



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**RENAN PROBST VAZ**

**CRISE DO PETRÓLEO, FONTES ALTERNATIVAS E QUESTÃO AGRÁRIA**  
**NO JORNAL *A UNIÃO* (PARAÍBA, 1973-1975)**

**JOÃO PESSOA**

**2020**

**RENAN PROBST VAZ**

**CRISE DO PETRÓLEO, FONTES ALTERNATIVAS E QUESTÃO AGRÁRIA  
NO JORNAL *A UNIÃO* (PARAÍBA, 1973-1975)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
História como requisito para obtenção do  
título de Licenciatura em História, sob a  
orientação do Prof. Dr. Tiago Bernardon  
de Oliveira.

JOÃO PESSOA


2020

RENAN PROBST VAZ

**CRISE DO PETRÓLEO, FONTES ALTERNATIVAS E QUESTÃO AGRÁRIA  
NO JORNAL A UNIÃO (PARAÍBA, 1973-1975)**

TCC aprovado em 7 de abril de 2020.

Banca Examinadora




(Nota 10,0)

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira  
(Depto. História/CCHLA/UEPB)  
Professor Orientador



(Nota 9,0)

Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa  
(Depto. Geografia/CH/UEPB)  
Professor Examinador



(Nota 10,0)

Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva  
(Depto. História/CCHLA/UEPB)  
Professora Examinadora

## Resumo

Após a Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960 foram desenvolvidos diversos avanços tecnológicos e políticas de ampliação do consumo pelos governos na maioria dos países da esfera capitalista, inserida no contexto de Guerra Fria. Esse momento de “expansão do desenvolvimento” em diversas áreas do globo, conhecido por “Era de Ouro”, era proveniente em grande parte pelo petróleo como fonte energética basilar, por sua utilidade e baixo custo. A crise do petróleo de 1973, provocada pelo aumento substancial do preço do barril por parte dos países produtores no Oriente Médio, levou a uma crise inflacionária e do custo de vida nos países dependentes e importadores, como o Brasil, impactando diretamente no “milagre econômico”, mote da propaganda da ditadura em curso. Como resposta, novas fontes energéticas passaram a ser buscadas em todo o mundo, visando a diminuição dos custos energéticos e o endividamento externo. O estado da Paraíba é inserido nesse contexto especialmente a partir dos debates que resultaram na elaboração do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), beneficiando as produções canavieiras para obtenção de álcool combustível. Neste TCC, buscaremos analisar o processo de acompanhamento da crise do petróleo, das medidas governamentais, da busca por fontes de energia alternativas e de suas implicações, especialmente nas relações sociais de produção no campo, por meio de artigos e matérias publicadas pelo jornal oficial de estado ‘*A União*’ entre 1973 e 1975, período demarcado pelo início da crise do petróleo e a implementação do Proálcool.

**Palavras chave:** Petróleo; Crise; Proálcool; Cana-de-açúcar; Questão Agrária.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPITULO I .....</b>	<b>6</b>
<b>OS “ANOS DOURADOS” E A CRISE DO PETRÓLEO DE 1973 .....</b>	<b>6</b>
<b>1.1 Petróleo.....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 Petrobrás.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Gasolina e combustível .....</b>	<b>19</b>
<b>1.4 Pesquisas de fontes alternativas ao petróleo .....</b>	<b>22</b>
<b>1.5 Cana-de-Açúcar e Álcool combustível .....</b>	<b>26</b>
<b>1.6 O Programa Nacional do Álcool .....</b>	<b>37</b>
<b>CAPITULO II.....</b>	<b>40</b>
<b>A EXPANSÃO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA .....</b>	<b>40</b>
<b>2.1 Energia .....</b>	<b>42</b>
<b>2.2 Questão agrária .....</b>	<b>46</b>
<b>2.3 INCRA.....</b>	<b>52</b>
<b>2.4 O trabalhador do campo vai à cidade .....</b>	<b>55</b>
<b>2.5 A migração do campo à cidade em <i>A União</i> .....</b>	<b>57</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil vivia em 1973 o período do “milagre econômico”, quando a economia nacional atingia crescimento notável, através de uma dinamização fortemente capitalista, onde a ditadura militar brasileira geria o Estado de forma a possibilitar o desenvolvimento de grandes empresas, fomentando uma modernização das fontes produtivas pela industrialização, com forte abertura ao capital internacional e baseado no arrocho salarial e repressão política aos trabalhadores, gerando uma concentração de renda abismal. O período aqui abordado, de 1973 a 1975, é subsequente ao do “milagre econômico” e dos “anos de chumbo” (1969-1973), período de maior repressão e perseguição política de todo o período da ditadura militar (1964-1985).

O período do “milagre” é findado pela crise do petróleo ocorrida em 1973 no Oriente Médio, onde se encontravam os maiores produtores e fornecedores de petróleo do mundo, do qual as maiores economias mundiais, desde os países concebidos como desenvolvidos aos de “Terceiro Mundo” considerados “em desenvolvimento” eram extremamente dependentes, dentre eles o Brasil. O petróleo era até então a fonte energética mais compensatória existente, por ter um custo muito baixo de importação, a qual servia a todo tipo de maquinário, fosse industrial, de transportes e até residencial, quando tal quadro passou a ser alterado pela elevação dos preços que foram rapidamente quadruplicados. A fase seguinte dessa brusca mudança ensejada pela crise, também conhecida por “choque do petróleo”, foi de aumento da inflação e consequentemente do custo de vida, levando a buscas por novas fontes energéticas capazes de diminuir a dependência externa do petróleo.

O estado da Paraíba, como no restante do Brasil, é naturalmente afetado, e como estado produtor de cana-de-açúcar, esteve inserido mais fortemente na questão pela busca de novas fontes energéticas, como no caso do álcool etanol para combustível automotor. O jornal oficial do estado, *A União*, nos permite avaliar a emergência dos projetos que culminaram no Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL – pelos discursos ali apresentados entre 1973 e 1975, sendo nossa principal fonte documental. Os temas elencados nesse trabalho, embora aparentemente variados, convergem ao mesmo ponto, buscando tratar sobre os interesses iminentes, apresentados e voltados sempre ao desenvolvimento nacional, entendido como incremento da produtividade em todos os setores, bastante objetivado e repetidamente citado. Tratava-se, porém, de um processo de modernização que, apesar de prometer melhores condições de vida ao conjunto da população, acabou por concentrar a riqueza. Dentre os efeitos, procuraremos analisar os relacionados à questão agrária e os concernentes preços dos produtos agrícolas para exportação, bem como o consequente e notável êxodo rural do período, buscando

assim avaliar os interesses em disputa implicitamente colocados na narrativa das matérias jornalísticas. A abordagem visa então esboçar os fins pretendidos pelos mandatários, com as formulações ensejadas para resolução dos problemas ali esboçados.

Dados os limites de um Trabalho de Conclusão de Curso, com prazos exíguos e feitos em meio a outras atividades letivas, o texto baseia-se, fundamentalmente, em reportar artigos presentes no jornal paraibano *A União* de janeiro de 1973 a dezembro de 1975, organizando-os de modo cronológico e por temas concernentes à crise energética e a busca de alternativas. Assim, conscientemente, optou-se por fazer um trabalho mais descritivo. Embora a escolha e ordenamento dos elementos a serem descritos tenham partido de critérios analíticos prévios e durante a construção da exposição, deixamos para a segunda parte e para as Considerações Finais os elementos mais analíticos desta pesquisa, compreendida como uma etapa a ter desdobramentos futuros.

## CAPITULO I

### OS “ANOS DOURADOS” E A CRISE DO PETRÓLEO DE 1973

As décadas de 1950-1960 foram cunhadas como “anos dourados” pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, em *Era Dos Extremos - O breve século XX* (1995), por ter sido o período no qual, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma série de avanços tecnológicos ocasionados no conflito bélico se estenderam e passaram a integrar o cotidiano das esferas civis da sociedade, inseridas no contexto da Guerra Fria (1947-1991), principalmente no lado dos países do bloco capitalista.

Os avanços provocados se deram em variadas áreas, proporcionando maior acesso a bens de consumo duráveis, melhor renda ao conjunto dos trabalhadores assalariados, estabilidade e condições de vida, inaugurando uma nova era. Onde antes existam barreiras, agora se tornavam pequenos obstáculos, pela evolução de transportes, comunicação e logística, modificando até a percepção de passagem do tempo, visto que nesse momento tudo passava a acontecer e proceder de forma muito rápida do até então visto e conhecido. A modernização e as melhorias materiais alcançadas ocasionaram também diversas modificações culturais, alterando a organização, divisão e complexidade do trabalho, ensejando maior inserção de grupos antes segregados, como das mulheres no mercado, diminuindo a restrição delas ao lar. A necessidade de mais avançada formação técnica e educacional era exigida e oportunizada agora aos jovens.

No bloco capitalista, especialmente nos países de capitalismo avançado, o contexto político da época era de busca pelo equilíbrio das patentes tensões entre empregadores e empregados, tentando garantir as reivindicações de ambos, com expansão das fontes produtivas, aumentando os lucros dos primeiros, e gerando maiores ganhos, bem como estabilidade, de forma equitativa, aos segundos. A Guerra Fria influenciava essa formação no lado capitalista - embora não fosse o fator principal, como colocado pelo autor - por fazer com que os anseios dos trabalhadores fossem mais bem atendidos, enquanto buscava principalmente a expansão do consumo de massas, assim evitando maiores contradições e possíveis revoltas contra o sistema, fomentando uma socialdemocracia, onde o estado não se privava ou isentava de fazer os devidos ajustes e investimentos, sociais ou materiais, em prol do desenvolvimento. Isso era vital para buscar desmobilizar as agendas políticas reivindicatórias e autônomas da classe trabalhadora, especialmente as revolucionárias, que apontavam para o exemplo do bloco socialista como solução concreta à exploração capitalista.



O processo, como um todo, era passível de grande dependência energética, e só foi possível, em grande medida, devido à ampla oferta e disponibilidade a baixo custo do petróleo, gerando assim um novo quadro histórico, de profunda sujeição mundial a essa matéria prima, levando a diversos conflitos e embates pela sua obtenção. Dos anos dourados seguiu-se aos “anos de crise”, quando essa fonte energética se tornou não menos disponível, porém muito mais dispendiosa. Isso porque a principal fonte de petróleo e que puxava os preços para baixo encontrava-se na região dos países árabes, onde, a partir de 1967, as tensões bélicas aumentaram significativamente, com impactos gigantescos após 1973.

A guerra Árabe-Israelense de 1973 ocorreu de 6 a 26 de outubro, com um ataque da coalisão árabe liderada por Egito e Síria, infligida contra as tropas israelenses no Sinai e nas colinas do Golã – que haviam sido ocupadas na guerra dos seis dias em 1967 – durante o Yom Kippur, feriado e principal data religiosa judaica. Os israelenses, apoiados pelos EUA, conseguiram reverter a desvantagem causada pelo efeito surpresa do golpe inicial, e seguiram avançando contra os territórios Árabes dos egípcios e sírios, apoiados pela URSS.

Em resposta ao conflito, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), majoritariamente formado por países árabes, decidiu protestar contra o apoio militar dos EUA (principal consumidor) a Israel na região do Oriente Médio. A decisão vinha na intervenção do preço do barril do petróleo, aumentando-o significativamente em pouco tempo, causando um choque nas economias dependentes da matéria prima e interrompendo o ciclo de abundância verificado nos países de capitalismo avançado desde a II Guerra Mundial, passando a ter impacto também na agenda de movimentos ecologistas, que passaram a dar atenção aos efeitos nocivos ao meio ambiente pelo uso dos combustíveis fósseis:

Um dos motivos pelos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tomando a energia ridiculamente barata, e barateando-a cada vez mais. Ironicamente, só depois de 1973, quando o cartel de produtores de petróleo, a OPEP, decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar, os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da consequente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes motorizadas do mundo, em particular na americana. (HOBBSAWM, 1995, p. 258)

O Brasil, no auge da ditadura militar, vivia o período do “milagre econômico” (1969-1973), que servia para a propaganda da ditadura no período que coincidia com os “anos de chumbo”, o de maior repressão e perseguição política (PRADO, EARP, 2013), tinha na economia o seu maior ponto de sustentação. Apoiada pelos beneficiários do sistema, o “milagre” teve um crescimento baseado na modernização e alinhamento das forças produtivas

ao mercado externo, em um movimento concatenado com os demais países do bloco capitalista, ao passo que aprofundava o arrocho salarial, a carestia de vida da classe trabalhadora e impedia suas mobilizações reivindicativas pela repressão (MENDONÇA, FONTES, 1994).

O estado da Paraíba, embora distante do epicentro da então concebida ‘crise do petróleo’ e aparentemente pouco suscetível às consequências do conflito geopolítico ocorrido no Oriente Médio – e de escala global – por estar em um estágio de produção aquém das forças produtivas mais dependentes do maquinário industrial, é inserido na questão por conta da busca de novas fontes energéticas encetadas na sequência. O impacto para a região inicialmente é em maior parte o do aumento do custo de vida, causado pela inflação ocasionada pelo encarecimento do combustível e dos transportes, além da desaceleração econômica a findar o “milagre econômico”. Passemos agora a acompanhar como a crise do petróleo foi percebida e divulgada pelo jornal *A União*, jornal vinculado ao governo do estado.

Ao trabalhar com matérias jornalísticas em periódicos e fontes impressas como documentação histórica, há de se ter a devida acuidade e atenção na análise, como com a disposição do local de cada matéria, seja de notícia ou artigo de opinião, pelo tamanho e abordagem, para auferir a importância dada a um assunto em determinado momento. As escolhas exercidas sobre o que era passível de ser noticiado e sobre a forma de veicular a notícia expõem a preocupação dispensada pela equipe editorial de um jornal a cada tema, tendo em vista nenhum discurso ser isento ou neutro, por mais que se pretenda imparcial. Esta preocupação do historiador ao tratar das fontes periódicas é importante para a filtragem dos documentos e do significado histórico ali presente (LUCA, 2005).

Desde o início da República, o jornal *A União* era o meio impresso mais tradicional e a principal via de comunicação e informação dos direcionamentos do governo do estado da Paraíba para o restante da população, enfocando como público alvo seus clientes e beneficiados.

A pesquisa nas edições impressas de *A União* entre janeiro de 1973 e dezembro de 1975 sobre as notícias relacionadas à crise energética desencadeada pela alta do preço do petróleo e seus impactos na economia brasileira e paraibana trouxe o seguinte quadro, em termos quantitativos, dos principais temas relacionados:

**Quadro 1:** Variação do número de matérias por tema

	<b>Pré-crise Desde janeiro de 1973</b>	<b>Guerra do Yom Kipur-colapso da crise do petróleo 23 de Setembro 1973 a 25 de Janeiro 1974*</b>	<b>Pós Guerra e extensão da crise</b>	<b>Total (592)</b>
Petróleo**	17	49	181	247
Petrobrás	4	3	20	27
Gasolina (combustível)	3	25	68	96
Pesquisa por novas fontes energéticas	2	4	14	19
Cana de açúcar/Álcool ***	6	0	42	48
Questão Agrária	27	1	30	58
Incra****	20	2	24	46
Energia*****	7	5	22	23
Sudene/BB/BNB/ financiamento	12	0	5	17
Migração	4	0	8	12

\* A divisão cronológica, quanto a guerra Árabe-Israelense, foi feita com base no efetivo combate e desmobilização das tropas e baseado nas datas das notícias.

\*\* Por petróleo selecionei exclusivamente as reportagens com a palavra, embora muitas matérias a tratar do conflito o tivessem como plano de fundo sem a referência direta.

\*\*\* A cana de açúcar configurou um tópico a parte da questão agrária por tratar dos preços e ser parte fundamental da compreensão desse trabalho.

\*\*\*\* Incra expõe a política de reforma agrária a as ações diretas do órgão no estado, diferente do tópico da questão agrária como um problema maior, a ser melhor esboçado mais a frente.

\*\*\*\*\* Por energia selecionei fontes renováveis e de outros escopos, como eletrificação rural e energia solar.

Para melhor exposição didática, a abordagem do conjunto das matérias será feita conforme a divisão cronológica estabelecida no quadro acima, com as matérias de antes, durante e após o choque dos preços do petróleo causado pelo conflito militar do Oriente Médio e consequente estabelecimento da crise, separada também por tema. Cada tema será tratado aqui separadamente dentro da datação analisada (desde janeiro de 1973 até dezembro de 1975). Optou-se pela manutenção original da grafia nas fontes no momento de sua reprodução a seguir.

## 1.1 Petróleo

A relevância do petróleo na economia mundial, incluindo o Brasil e a Paraíba naquele período, já se faz notar nas primeiras páginas avaliadas do jornal *A União*. Conquanto o preço do produto estivesse em aumento, meses antes do choque de setembro, o jornal expôs a consequente elevação do custo dos alimentos e de sua produção interna, e a relação direta entre

ambos, por exemplo, na matéria intitulada “Uma guerra pela alimentação” (*A União*, 27 jan. 1973, p. 5).

O receio da falta do petróleo também se tornou tangível, embora, inicialmente, notícias dessem conta de que seu fornecimento para o ano de 1974 já estava garantido conforme as novas regras de importação, sendo que agora a compra passaria a ser negociada diretamente com os grandes centros vendedores e não mais por concorrência entre as petrolíferas. A Petrobrás iria até as fornecedoras e não mais o contrário<sup>1</sup>. O dado já aponta uma mudança na correlação de forças do valor do petróleo e como o país estava sujeito a problemas internos conforme possíveis alterações no mercado externo. Em meio a essas mudanças, artigos reverberavam o ufanismo e apontavam para a necessidade de manter o otimismo do “milagre”. Em “Grito Desnecessário”<sup>2</sup>, a Petrobrás era apresentada como grande indústria do setor, com a empresa poupado muitas divisas ao país pela sua capacidade de extração, reafirmando sua imponência. Para o articulista, apesar da crise, era desnecessário “gritar defensivamente” que o petróleo é nosso, por “não haver dúvidas disso”.

A urgência da seguridade do combustível para o país levou o governo do estado e seu órgão oficial a uma oportuna tentativa de elevar o status do estado da Paraíba, saudando os investimentos federais pelo esforço empregado para obtenção de uma refinaria na cidade de Cabedelo<sup>3</sup>. Em todas as matérias que abordaram a possível implementação da refinaria em Cabedelo apontava-se a avidez dos parlamentares para tal obtenção de investimentos, bem como seus possíveis benefícios econômicos. A única opinião externa à Paraíba tomada sobre este assunto era do diretor da CACEX (Carta de Crédito Exterior do Banco do Brasil).

A crise se aproximava e os receios da falta de petróleo começavam a gerar debates sobre sua necessidade de quais medidas deveriam ser tomadas, entre maior exploração e obtenção, considerando até a diminuição do seu consumo e possível limitação da atividade de indústrias dependentes<sup>4</sup>.

A crise dos preços do petróleo foi apresentada pelo jornal como um jogo de xadrez das disputas políticas, onde os jogadores, árabes, de um lado, e israelenses, do outro, tentavam diminuir a importância do adversário e torná-lo coadjuvante na disputa<sup>5</sup>. Sendo o Brasil um dos

<sup>1</sup> “O petróleo não faltará ao país”. *A União*, 27 mar. 1973, p. 5.

<sup>2</sup> *A União*, 6 abr. 1973, p. 2

<sup>3</sup> “Unidade e otimismo”. *A União*, 10, abr. 1973, p. 2; “Esforço desperta confiança”, *A União*, 11 abr. 1973, p. 1; “MDB, Arena e o povo se unem para lutar ao lado de Ernani”. *A União*, 12 abr. 1973, p. 1; “Oposição e Arena unem-se a luta de Ernani pela refinaria”. *A União*, 12 abr. 1973, p. 8; “Gayoso diz que refinaria é aspiração de toda Paraíba”. *A União*, 13 abr. 1973, p. 8; “Refinaria no Nordeste”. *A União*, 29 abr. 1973, p. 7

<sup>4</sup> “O pesadelo do petróleo”. *A União*, 17 jul. 1973, p. 2; “Petróleo”. *A União*, 24 ago. 1973, p. 2; “Petróleo”. *A União*, 5 set. 1973, p. 1; “Petróleo”. *A União*, 5 set. 1973, p. 2.

<sup>5</sup> “Xeque Mate”. *A União*, 23 out. 1973, p. 2.

grandes importadores em meio ao conflito, sua neutralidade diplomática no conflito era ressaltada, pois não poderia optar por um em detrimento de outro, colocando-se apenas como comprador, tentando garantir suas cotas de importação, por ser 40% do petróleo consumido pelo país<sup>6</sup>.

Por outro lado, as movimentações frente ao conflito e possível escassez de combustível ao longo dos meses trouxeram certo pessimismo, atestando a dificuldade perante a situação, apresentando as tentativas de manutenção do suprimento por vias alternativas, como a ajuda da Venezuela com 15 mil barris diários, além da participação direta de EUA e URSS para tentar negociar uma trégua<sup>7</sup>.

A importância do Brasil como grande importador é colocada quando se cobra das grandes petroleiras a manutenção da capacidade de fornecimento<sup>8</sup>, e na sequência informa-se sobre as negociações de paz, com trocas de prisioneiros entre os beligerantes<sup>9</sup> para melhor andamento dos tratados sobre o preço do petróleo. As tentativas de controle dos preços não se dão apenas por negociações, como também por ameaça de retaliação, com boicote das vendas dos EUA aos árabes, causando tensão e apreensão quando se buscava maior cooperação<sup>10</sup>. Esta medida, porém, não tardaria a se mostrar falha, uma vez que, a partir de então, o barril de petróleo atingiria a maior marca, de 16 dólares, quando antes da guerra era de 4 por barril<sup>11</sup>.

O aumento exponencial do preço já refletia no cotidiano brasileiro. Embora tenham sido feitos anúncios de que a crise não afetaria o país, um conjunto de medidas foram adotadas, como o transporte marítimo adotando taxas progressivas por distância e redução de velocidade de navegação, atrasando os percursos para poupar combustível<sup>12</sup>.

A relação de forças e o peso político apresentaram mudanças, por exemplo, quando os árabes mostraram capacidade de exigir de um país europeu, a Itália, determinada mudança de postura, com manifestação pública quanto à Palestina, caso quisessem continuar recebendo seu

---

<sup>6</sup> “O Brasil & o petróleo”. *A União*, 4 out. 1973, p. 2.; “Abastecimento de petróleo para o Brasil será prejudicado caso se generalize a guerra Egito-Israel”. *A União*, 9 out. 1973, p. 1; “Reservas de gasolina no Brasil são para dois meses”. *A União*, 16 out. 1973, p. 1; Calamidade. *A União*, 16 out. 1973, p. 2.

<sup>7</sup> “Árabes elevaram preço do petróleo e Petrobrás espera determinações na área das relações exteriores”. *A União*, 18 out. 1973, p. 1; “EUA quer armistício como início de acordo de paz no oriente e URSS sugeriu policiamento mútuo”. *A União*, 19 out. 1973, p. 1; “Autoridade”. *A União*, 24 out. 1973, p. 2.

<sup>8</sup> “Esforços”. *A União*, 8 nov. 1973, p. 2.

<sup>9</sup> “Egito e Israel”. *A União*, 11 nov. 1973, p. 1; “Iniciada a troca”. *A União*, 17 nov. 1973, p. 1.

<sup>10</sup> “Boicote”. *A União*, 28 nov. 1973, p. 2)

<sup>11</sup> “Petróleo experimenta aumento”. *A União*, 12 dez. 1973, p. 1.

<sup>12</sup> “Crise do petróleo não vai afetar transporte marítimo no Brasil”. *A União*, 13 dez. 1973, p. 1.

petróleo<sup>13</sup>. O caso foi visto como um alerta de que o quadro seria de permanência dos altos preços quando findado o conflito<sup>14</sup>.

A busca por fornecimento levou a uma maior exploração do petróleo na Nigéria, gerando expectativas de bons rendimentos<sup>15</sup>. A preocupação era tamanha que se chegava a dizer que o petróleo tinha seus dias contados, tamanho nível de consumo mundial, dando-se como certo o fim das reservas petrolíferas, muito embora essa se desse em pelo menos, no mínimo, em más perspectivas, 13 anos<sup>16</sup>.

A geopolítica da Guerra Fria se fez presente nas páginas de *A União* dedicadas ao caso, quando o periódico apontou estar a URSS tentando se beneficiar da situação dos altos preços por ser também fornecedora do restante da Europa<sup>17</sup>, enquanto os EUA e seus aliados estavam investindo na busca por novas fontes e poços em países com ainda limitada exploração, distantes do Oriente Médio<sup>18</sup>.

As tensões seguiam pela possibilidade de novos aumentos ou até da interrupção da exportação<sup>19</sup>, levando o governo brasileiro a anunciar em breve um novo plano de matriz energética. O governo anunciava que buscava outras fontes para amenizar o crescente ônus da balança comercial com a compra do petróleo por não afetar apenas combustíveis como também derivados, a exemplo dos EUA, que fazia amplo uso em sua lavoura e tendia a aumentá-lo<sup>20</sup>.

A tendência de normalização e fim do boicote aparece quando a Arábia Saudita se dispôs, após muitas tratativas, a fornecer o petróleo necessário aos EUA, em conjunto com outros países não citados, contrariando Líbia e a Síria, na iminência de voltar a ser atacada militarmente em sua frente militar do conflito<sup>21</sup>.

O cenário de forte apreensão foi percebido quando se expôs a gravidade da problemática no artigo traduzido de Jakob k. Javits, afirmando ser o ano de 1974 crucial para o futuro perante as decisões a serem tomadas diante da ‘dança do poder econômico’ que envolvia os países consumidores e produtores de petróleo. Para o articulista, dependendo do direcionamento norte-americano, que mostrava forte de relação de dependência, mesmo com resultados favoráveis os dias vindouros seriam problemáticos por afetarem fortemente o comércio internacional<sup>22</sup>. O

<sup>13</sup> “Árabes pressionam Itália”. *A União*, 13 jan. 1974, p. 1.

<sup>14</sup> “Enquadramento”. *A União*, 16 jan. 1974, p. 2.

<sup>15</sup> “Cooperação”. *A União*, 31 Jan. 1974, p. 2.

<sup>16</sup> “Questão de data”. *A União*, 8 fev. 1974, p. 2.

<sup>17</sup> “Moscou, energia e detente”. *A União*, 8 fev. 1974, p. 2.

<sup>18</sup> “Pesquisa petrolífera”. *A União*, 9 fev. 1974, p. 7.

<sup>19</sup> “Boicote petrolífero será estudado por grupos de governantes árabes”. *A União*, 13 fev. 1974, p. 1.

<sup>20</sup> “Matriz”. *A União*, 5 mar. 1974, p. 2; “Fertilizantes”. *A União*, 14 mar. 1974, p. 2.

<sup>21</sup> “Arábia Saudita poderá atender a necessidade dos Estados Unidos”. *A União*, 20 mar. 1974, p. 1.

<sup>22</sup> JAVITS, Jakob. “Problemas para o comércio mundial”. *A União*, 2 abr. 1974, p. 2.

compasso de espera se confirmava e mantinha a expectativa com relação ao conflito, agora sem grandes novidades<sup>23</sup>.

Os EUA seguiam na busca por novas fontes de petróleo, agora em áreas litorâneas e costeiras, como um dos meios para tentar sanar a crise<sup>24</sup>. A atenção maior se volta mais para a possibilidade de maior endividamento no Brasil e nos demais países dependentes de petróleo, causado pela elevação dos preços, onerando a balança comercial pelo alto custo da importação de maquinário, diminuindo o ritmo de expansão de novas fábricas, citando a necessidade de manutenção de seu funcionamento sem chegar a estatizá-las<sup>25</sup>.

A extração de petróleo do território brasileiro foi pautada como necessidade pelo governo e pelo jornal *A União*, além de qualificada como de boas possibilidades<sup>26</sup>, e até colocada como obrigação das empresas transnacionais de realizar pesquisas nos países onde estavam instaladas suas filiais<sup>27</sup>.

O discurso desenvolvimentista era o esteio mantenedor da ditadura, que demonstra não abrir mão dessa política mesmo com as sérias dificuldades de evolução, frente à piora do endividamento externo e agravamento do quadro inflacionário, alegando ter obtido bom nível de reservas internacionais no ano anterior, e reafirmando tal postura com o anúncio do II Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>28</sup>.

O choque e o clima de insegurança não diminuíram os anseios dos mandatários paraibanos por uma refinaria de petróleo no estado, como mostra uma carta aberta do governador Ernani Sátiro, que ocupou a página inteira do jornal, endereçada ao presidente da república, General Ernesto Geisel e seu ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Na carta, o governador da Paraíba expôs os benefícios e vantagens advindas da instalação de uma refinaria da Petrobrás no município de Cabedelo, como as melhorias em seu porto e, por ser vizinha a capital, João Pessoa, teria boas possibilidades de estrutura e retorno de investimento pela vantajosa posição geográfica<sup>29</sup>.

A postura apresentada pelo jornal com relação ao gerenciamento das empresas e empreendimentos empregados para os objetivos determinados, segundo artigo publicado em *A União* sem assinatura de autor, fica clara quando corrobora e expõe a preferência de o governo brasileiro instaurado em 1964 lidar com as questões sociais e de infraestrutura, como educação,

---

<sup>23</sup> “Lua-de-mel”. *A União*, 4 abr. 1974, p. 2.

<sup>24</sup> “Petróleo no atlântico”. *A União*, 8 mai. 1974, p. 2.

<sup>25</sup> “Elevações”. *A União*, 16 mai. 1974, p. 2.

<sup>26</sup> “A influência do subsolo”. *A União*, 9 jul. 1974, p. 2.

<sup>27</sup> “Pedras”. *A União*, 24 ago. 1974, p. 2.

<sup>28</sup> “Enfrentando a conjuntura”, “Nossas possibilidades” *A União*, 21 set. 1974, p. 2.

<sup>29</sup> “A refinaria de petróleo”. *A União*, 6 out. 1974, p. 8.

saúde, rodovias e saneamento, para permitir o dito “consenso ocidental” na “livre iniciativa”, elencado na matéria como melhor meio de obtenção de resultados, evitando assim o “estatismo”. Contudo deixava aberta e era aceitável para o dito “consenso ocidental” a alternativa de utilizar-se de mandos estatais quando necessário, como no caso do petróleo. A questão torna-se tênue no próprio artigo acima referido, pela relação do poder nacional e da soberania frente aos investimentos do capital externo, no modo como esses poderiam acabar sendo distribuídos de forma desigual, por buscarem os países maiores e mais estáveis, citando o Pacto Andino e o Mercado Comum Centro Americano como exemplos a serem buscados para a tentativa de melhor regular essa descompensação<sup>30</sup>.

A intenção de tornar os preços mais baixos novamente seguia viva no bloco Ocidental, com os países do MCE (Mercado Comum Europeu, precursor da União Europeia) se reunindo para elaborar uma nova política europeia, enquanto o presidente norte americano, Gerald Ford, e seu Secretário de Estado, Henry Kissinger, davam declarações duras e ameaçando com represálias a política da OPEP<sup>31</sup>. O Brasil buscava então depender cada vez menos das importações de petróleo, investindo em exploração interna e colocando em perspectiva alcançar a autossuficiência petrolífera no ano 1979, visando triplicar a produção, porém informando a intenção de continuar a importar em menores quantidades<sup>32</sup>. As expectativas com os novos campos brasileiros se prenunciavam bastante positivas por confirmarem as projeções anteriores<sup>33</sup>, repercutindo até com alta na bolsa de valores<sup>34</sup>.

A questão do custo energético começou a afetar com gravidade outras áreas produtivas para além do maquinário industrial, em sua maioria de bens duráveis como até então se pautava. O jornal *A União* repercutia os impactos da crise sobre a produção alimentar, a necessidade humana mais básica. Os países do bloco europeu se reuniram tentando encontrar medidas de cooperação para política agrícola<sup>35</sup>.

A exigência para lidar com os preços, ainda que na tentativa de baixá-los, se deu notavelmente no intento de fomentar a extração interna dos países consumidores do petróleo da OPEP, como depôs o secretário de Estado Adjunto para Assuntos Econômicos dos EUA, Thomas Enders, visando diminuir a dependência de sua importação<sup>36</sup>, qual já vinha sendo

---

<sup>30</sup> “Nosso modelo”, “Opções diferentes”. *A União*, 16 out. 1974, p. 2

<sup>31</sup> “Ameaça”. *A União*, 27 out. 1974, p. 2.

<sup>32</sup> “Auto-suficiência petrolífera”. *A União*, 29 nov. 1974, p. 4.

<sup>33</sup> “Poço petrolífero de Campos dará 800 mil barris diários”. *A União*, 4 dez. 1974, p. 4.

<sup>34</sup> “Petróleo repercute na bolsa”. *A União*, 10 dez. 1974, p. 11.

<sup>35</sup> “Um raio de esperança”. *A União*, 4 dez. 1974, p. 2; “Crise na Europa motiva reunião”. *A União*, 10 dez. 1974, p. 1.

<sup>36</sup> “Importação reduzida forçaria baixa no preço do petróleo”. *A União*, 11 dez. 1974, p. 5.



efetivada no Brasil, de forma notável, mas claramente insuficiente, por aumentar apenas 10% do total anual de produção<sup>37</sup>. Em meio a essas projeções, o Xá do Irã afirmou ter o preço do petróleo ‘atingido um valor quase autêntico’ com o aumento do ano anterior, e que as nações se dariam por convencidas disso quando compreendessem ser o produto mais do que mera fonte energética<sup>38</sup>.

O efeito da crise do petróleo é tamanho que chega a ser comparado com a passagem bíblica da arca de Noé em uma matéria de página inteira, em artigo onde se cita que ‘4 bilhões de enjoados passageiros se viam a deriva’, sendo esses a população mundial em 1975, estando na iminência de uma ressaca<sup>39</sup>. Os anseios pela autossuficiência petrolífera afetavam a esfera política. O senador da Paraíba e do ARENA, Ruy Santos, por exemplo, alegou que com essa necessidade alcançada, a oposição não poderia mais explorar eleitoralmente os problemas causados pela crise do petróleo, por se então possível conter a inflação, sanar o desemprego e melhorar a distribuição de renda<sup>40</sup>. No estado da Paraíba, um vereador chegou a fazer pronunciamento alegando poder haver petróleo em Cabedelo<sup>41</sup>, possibilidade logo desmentida por autoridades competentes<sup>42</sup>.

O imbróglio começou a indicar a possibilidade resolução por acordo, quando foi proposto pelos EUA um novo plano petrolífero aos países exportadores. Os norte-americanos propunham um preço mínimo para o barril, cotado no mercado a 11 dólares nesse momento. O preço agora ‘mínimo’ servia para que acaso novas fontes energéticas fossem encontradas, após os amplos investimentos realizados desde o choque dos preços, o petróleo natural não fosse rebaixado artificialmente, e assim se evitasse o malogro das fontes auxiliares<sup>43</sup>.

A alta dos preços começava a afetar agora os exportadores, interessados também em uma baixa, pela diminuição da demanda causada. Buscavam agora outras garantias e benefícios mútuos para chegar a um acordo. O congelamento temporário dos preços era o objetivo maior tanto para fornecedores quanto para compradores - com a iminência de novas fontes serem obtidas – e os árabes buscavam segurança para investimentos nos EUA, controle da inflação e

---

<sup>37</sup> “Petróleo brasileiro sofre acréscimo em sua produção diária”. *A União*, 15 dez. 1974, p. 4.

<sup>38</sup> “Preço do petróleo no mercado mundial é quase autêntico”. *A União*, 19 dez. 1974, p. 5.

<sup>39</sup> “Petróleo da arca de Noé ao iate faiçal”. *A União*, 10 jan. 1975, p. 9.

<sup>40</sup> “Petróleo modificará panorama do Brasil”. *A União*, 15 jan. 1975, p. 4.

<sup>41</sup> “Vereador de Cabedelo acredita em petróleo”. *A União*, 25 jan. 1975, p. 8.

<sup>42</sup> “Não existe petróleo no estado da Paraíba”. *A União*, 29 jan. 1975, p. 8.

<sup>43</sup> “Novo plano petrolífero dos EUA é levado a Faiçal”. *A União*, 16 fev. 1975, p. 1.

da desvalorização do dólar. Os ganhos eram ainda maiores do que com os valores praticados até o choque da guerra<sup>44</sup>.

Enquanto isso, novos poços petrolíferos continuavam sendo descobertos e explorados no Brasil, principalmente na costa nordestina, em Sergipe e Alagoas<sup>45</sup>.

As tensões entre os consumidores e a OPEP seguiam, com esta buscando desvincular o barril de petróleo do dólar, cogitando novo aumento após o congelamento. Autoridades norte-americanas expressavam ser isso um risco de colapso para os próprios exportadores<sup>46</sup>.

Os EUA buscavam aumentar a produção energética como recurso para suprir as necessidades, embora na prática a extração viesse a baixar, não cumprindo com tal objetivo<sup>47</sup>.

A expectativa pela baixa do preço do petróleo por parte da OPEP seguia. Mesmo com todas as condicionantes, em setembro de 1975 continuava em alta, mas sem exorbitância, apenas acompanhando a média do pedido das lideranças dos países exportadores, ficando em 10%. Os EUA tentavam colocar a Venezuela para moderar o conselho da OPEP, por ser seu maior fornecedor<sup>48</sup>.

Após tantos aumentos, o governo brasileiro decidiu reduzir as importações em prol de reequilibrar a balança comercial. Os estados mais dependentes dos investimentos da União, localizados no Norte e no Nordeste, ficaram na expectativa do como proceder diante de tal situação<sup>49</sup>. A importação de petróleo, embora diminuída, continuava sendo de extrema importância para a economia nacional, com o governo procurando sempre novos fornecedores, como o Gabão<sup>50</sup>.

Em outubro de 1975, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgava queda de reservas de seus países membros pela diminuição de suas atividades comerciais e consequente

<sup>44</sup> “Kissinger propõe solução multilateral para o petróleo”. *A União*, 28 fev. 1975, p. 5; “Argélia sugere redução nos preços do petróleo”. *A União*, 5 mar. 1975, p. 1; “10 nações discutem energia”. *A União*, 9 abr. 1975, p. 1; “Exportadores querem o petróleo mais barato”. *A União*, 8 mai. 1975, p. 2

<sup>45</sup> “Surge mais petróleo em Sergipe”. *A União*, 18 mai. 1975, p. 1; “Descoberto novo poço petrolífero em Alagoas”. *A União*, 22 mai. 1975, p. 4.

<sup>46</sup> “Produtores de petróleo fazem reunião fechada”. *A União*, 10 Jun. 1975, p. 1; “Países membros da OPEP discutem novo aumento”. *A União*, 12 jun. 1975, p. 2; “OPEP ameaçada de entrar em colapso”. *A União*, jul. 1975, p. 3

<sup>47</sup> “Estados unidos veem maiores recursos energéticos na AL”. *A União*, 26 ago. 1975, p. 2; “América reduziu petróleo”. *A União*, 4 set. 1975, p. 1.

<sup>48</sup> “Novo aumento do petróleo pode ir a 15%”. *A União*, 23 set. 1975, p. 1; “Venezuela é solicitada a moderar a OPEP”. *A União*, 24 set. 1975, p. 2; “OPEP anuncia novo aumento para o petróleo”. *A União*, 25 set. 1975, p. 1; “Petróleo sobe 10% e aumentos são congelados”. *A União*, 28 set. 1975, p. 1.

<sup>49</sup> Cf. “Aumento do petróleo faz com que o país reduza importações”. *A União*, 3 out. 1975, p. 1; “Geisel anuncia hoje medidas para reduzir importações do país”. *A União*, 9 out. 1975, p. 1.

<sup>50</sup> “Gabão vai fornecer petróleo para o Brasil”. *A União*, 14 Out. 1975, p. 4.

arrecadação, com exceção de 4 países, a França e mais 3 exportadores de petróleo, não escapando nem mesmo a maioria dos membros da OPEP<sup>51</sup>.

A dependência do petróleo e o receio pela sua falta no mundo todo, inclusive no Brasil, se faz notar em uma reportagem de folha inteira de *A União*, tratando sua importância política e narrando sua história, desde a possibilidade de ter sido usado na Grécia antiga até as primeiras explorações na contemporaneidade, alegando ser um bem tão precioso que impulsionou diversos avanços a humanidade. O condicionamento a seu uso também foi ressaltado, tendo a matéria tratado como um problema o Estado precisar influir na economia para regular seu uso<sup>52</sup>.

A relação de dependência do Brasil com os EUA, para além do petróleo, tornou-se ainda mais nítida quando o governo brasileiro manifestou esperar o posicionamento norte-americano para então se orientar. A OPEP tentava se aproximar dos demais países consumidores, principalmente os influenciados pelos norte-americanos e ‘em desenvolvimento’, para ter maior poder de negociação e amplitude diplomática, expandindo suas relações<sup>53</sup>. Já os EUA, em plena Guerra Fria, ensaiaram uma aproximação com a China, na expectativa dela ter tanto petróleo quanto o Oriente Médio<sup>54</sup>.

Enquanto isso, o governo do Brasil seguiu buscando parceiros para exploração do petróleo em seu território e se colocou aberto a qualquer nação disposta a colaborar no desenvolvimento tecnológico para sua extração<sup>55</sup>. Para tanto, o jornal *A União* dedicou matérias sobre as iniciativas neste contexto da Petrobrás, a estatal brasileira dedicada à extração de petróleo.

## 1.2 Petrobrás

As primeiras complicações pelo preço do petróleo começam a ser anunciadas e a matéria “Grito Desnecessário”<sup>56</sup>, tratando da importância de ter sido garantido o fornecimento externo do produto para o ano seguinte, é repetida dias depois com o título ‘Símbolo do petróleo’, se referindo agora de modo mais valorativo à empresa estatal.<sup>57</sup>

A atuação da Petrobrás para manutenção da importação é reafirmada pelo governo brasileiro, quando ocorre um imbróglio pelos campos de petróleo aos quais a Líbia havia nacionalizado e eram, até então de posse da British Petroleum e do empresário Bunker Hunt,

<sup>51</sup> “Reservas do FMI caem 4 bilhões”. *A União*, 7 out. 1975, p. 1.

<sup>52</sup> “Petróleo: Sua importância e implicações políticas”. *A União*, 14 out. 1975, p. 5.

<sup>53</sup> “OPEP estuda ajuda a países mais pobres”. *A União*, 22 out. 1975, p. 2.

<sup>54</sup> “Cientista destaca liderança da China na área petrolífera”. *A União*, 23 out. 1975, p. 2.

<sup>55</sup> “Brasil quer apoio de todas as nações para explorar petróleo”. *A União*, 28 out. 1975, p. 1.

<sup>56</sup> “Grito Desnecessário”. *A União*, 6 abr. 1973, p. 2.

<sup>57</sup> “Símbolo do petróleo”. *A União*, 14 abr. 1973, p. 2.

que se declaravam detentores da extração desses campos. Os britânicos tentavam complicar as transações de fornecimento do petróleo da Líbia para o Brasil<sup>58</sup>.

Como foi visto anteriormente, a necessidade de maior produção de petróleo pela incerteza de fornecimento externo durante o conflito no Oriente Médio levou a empresa a aumentar o refino e planejar uma expansão da sua capacidade de extração, iniciando a trajetória de busca pela autossuficiência<sup>59</sup>.

As sucessivas altas do custo do combustível afligiam a população, e um artigo de Vania Guimarães buscou amenizar a situação, tratando da impaciência popular com o governo, alegando que a busca por novos campos com ampliação da capacidade produtiva de petróleo rendia boas expectativas e devia em breve trazer alento à crise, mesmo sendo algo para o futuro e não imediato. É notável a tentativa de culpabilizar os insatisfeitos por tecerem “críticas injustas e despreparadas, baseadas em desconhecimento”, alegando que o governo já desempenhava notável empenho para a manutenção da ordem<sup>60</sup>.

O investimento era feito não só com divisas estatais brasileiras, mas também com base em empréstimos internacionais, como um de 100 milhões de dólares pelo consórcio multinacional Libra Bank Limited para financiar um terminal marítimo na costa do Rio de Janeiro, atestando o interesse dos países consumidores de petróleo em obter novas fontes além das do Oriente Médio<sup>61</sup>. As pesquisas também passaram pelo litoral da Paraíba, sem sucesso em encontrar petróleo nesta área<sup>62</sup>.

O avanço da capacidade da empresa, com maiores investimentos em modernização e melhores condições de refino, era anunciado como significativo, embora seja notável quão limitado frente às necessidades do país<sup>63</sup>. O General Ernesto Geisel, então presidente da República e anteriormente presidente da Petrobrás, visitava o centro de pesquisa para soluções em petróleo, local apontado como responsável em direcionar a produção e exploração do produto e seus derivados<sup>64</sup>. O aumento da capacidade extrativa da empresa anunciava o cumprimento do objetivo de reduzir a importação<sup>65</sup>.

A dificuldade de aumentar a capacidade em quantidade mais significativa e condizente com as necessidades de consumo gerava insatisfação também no interior do partido civil de

---

<sup>58</sup> “Petrobrás tem apoio oficial contra ingleses”. *A União*, 16 ago. 1973, p. 4.

<sup>59</sup> “Petrobrás aumentará o refino”. *A União*, 21 nov. 1973, p. 1.

<sup>60</sup> “Brasil e o petróleo”. *A União*, 15 set. 1974, p. 2.

<sup>61</sup> “Petrobrás obtém financiamento para terminal marítimo”. *A União*, 25 dez. 1974, p. 4.

<sup>62</sup> “Petrobrás pesquisará a costa paraibana”. *A União*, 29 dez. 1974, p. 3.

<sup>63</sup> “Processamento das refinarias da Petrobrás cresceu 8% em 1974”. *A União*, 9 mar. 1975, p. 4.

<sup>64</sup> “Geisel visita centro de pesquisas da Petrobrás”. *A União*, 16 mar. 1975, p. 4.

<sup>65</sup> “Petrobrás vai reduzir a importação de petróleo”. *A União* 31 de mai. 1975, p. 4.

sustentação da ditadura, a ARENA. O senador paraibano Domício Gondim, em visita a Areia, sua cidade natal, ressaltava a necessidade da empresa buscar contratos com técnicos e cientistas capazes de alavancar a extração e produção do interior do território nacional, por ser, em suas palavras, de 20% do consumo do país, podendo reduzir-se a 5% em pouco tempo. Havia opositores da ideia que imputavam-lhe a pecha de entreguista, contra a qual ele se defendia<sup>66</sup>. O discurso de ampliação maciça dos investimentos na empresa seguia como a orientação principal de resolução do problema da necessidade de aumento da obtenção de petróleo<sup>67</sup>.

A descoberta de novos poços e consequente exploração a ser realizada nos anos seguintes, com maior refino e tecnologia, seguia como principal referencial das matérias sobre a empresa<sup>68</sup>. Estimava-se possuir 2 bilhões de barris embora a reserva oficial fosse de 700 milhões barris<sup>69</sup>.

### 1.3 Gasolina e combustível

Os combustíveis derivados do petróleo têm a maioria das notícias tratando sobre seus aumentos, consequência do aumento do preço do petróleo e da inflação. Antes do início do choque, constam apenas três breves notas de reajuste, e a terceira delas alegava ter ficado o aumento dentro do previsto, embora com ações governamentais para o controle do preço, por já se fazerem sentir as pressões externas, custando a gasolina entre 77 e 97 centavos por litro nesse momento<sup>70</sup>.

O choque inicialmente fez com que o governo tentasse manter sem aumento o preço dos combustíveis e derivados de petróleo, mesmo com a subida brusca do produto no mercado externo<sup>71</sup>. O abastecimento de gasolina aos postos da Paraíba faltou ainda em 1973, mas o jornal *A União* informava não haver relação com os incidentes do boicote dos árabes, atribuindo o problema à falta de navios para o transporte e entrega no porto de Cabedelo<sup>72</sup>.

A política de não aumentar os preços durou pouco diante do aumento do barril, que de 4 dólares passou a custar de 10 a 12, assim triplicando seu preço inicial. No final de 1973, o governo garantia haver petróleo para 60% das necessidades do ano seguinte caso as importações

<sup>66</sup> “Domício reafirma sua posição sobre o problema do petróleo”. *A União*, 12 jul. 1975, p. 3.

<sup>67</sup> “Petrobrás investiu mais 97,3% de janeiro a maio com exploração”. *A União*, 7 ago. 1975, p. 4.

<sup>68</sup> “Projetos exploratórios da Petrobrás na Amazônia”. *A União*, 12 ago. 1975, p. 4; “Petrobrás encomenda as maquinarias para funcionamento de Garoupa”. *A União*, 19 ago. 1975, p. 4; “Petrobrás testa poço com petróleo no Amapá”. *A União*, 28 ago. 1975, p. 4.

<sup>69</sup> “Petrobrás conta hoje com a existência de 2 bilhões de barris”. *A União*, 31 ago. 1975, p. 14; “Petrobrás abre poço pioneiro em Garoupa”. *A União*, 26 set. 1975, p. 4.

<sup>70</sup> “Vigoram hoje novos preços da gasolina no país”. *A União*, 1 mai. 1973, p. 1.

<sup>71</sup> “Governo vai garantir a oferta de gasolina”. *A União*, 8 nov. 1973, p. 1.

<sup>72</sup> “Gasolina volta ao normal hoje”. *A União*, 14 nov. 1973, p. 8.

fossem paralisadas<sup>73</sup>, ao passo que a tensão pela iminência de escassez de combustível tomava grandes proporções na Europa, com cientistas chegando a citar o controle de natalidade e consumo para conter o ritmo desenfreado de devastação dos recursos naturais a longo prazo<sup>74</sup>.

A possibilidade de contenção do uso da gasolina é citada, sendo o principal uso dentre os derivados de petróleo, com 35% da cota somente nos carros de passeio, não afetando assim o cotidiano pelo transporte, de pessoas ou mercadorias, ser realizado por veículos maiores. A nota afirma poder gerar economias caso fosse proibido tráfico de veículos com esse combustível aos domingos, aliado ao tabelamento de um preço bem acima do praticado, diferente do óleo diesel, principal combustível para o transporte de pessoas e de mercadorias via ônibus e caminhões, respectivamente, capaz de parar o país com sua falta e alta descontrolada do preço<sup>75</sup>.

Mas a alta da gasolina influía de fato no custo de vida. Uma nota de 12 de março de 1974 ilustra isso com a frase ‘A comida tem gosto de gasolina’, pronunciada em 1964 pelo então ministro José Américo e retomada pelo jornal para denotar sua atualidade, mesmo dez anos depois, quando tudo era afetado pela inflação consequente do aumento dos preços dos combustíveis<sup>76</sup>. A própria utilização individual de carros no dia a dia diminuía com muitas pessoas colocando seus carros a venda alegando não terem condições de mantê-los também pelo aumento dos preços de peças e acessórios, preferindo os transportes coletivos e táxis para locomoção<sup>77</sup>. Por sua vez responsáveis dos conselhos e dirigentes sindicais dos transportes coletivos e táxis lutavam por reajuste das passagens e tarifas, chegando até a reivindicar a possibilidade de cobrar bandeira dois aos sábados para diminuir os prejuízos causados pelas altas sucessivas<sup>78</sup>. O uso de motocicletas crescia e era incentivado, oportunizado por financeiras, crediários e “clube da moto”, inclusive com famílias de alta renda aderindo à prática, tamanho impacto vivenciado<sup>79</sup>.

A necessidade de reduzir o consumo de combustível era sentida em todas as áreas, com extensos artigos em *A União* orientando como fazê-lo na condução do veículo e do como seu estado de manutenção poderia influir no processo<sup>80</sup>. A Mercedes-Benz, empresa de veículos pesados, como ônibus e caminhões movidos a diesel, promoveu campanhas de esclarecimento por diversas cidades do país, patrocinada pelo CNP (Conselho Nacional do Petróleo) para

---

<sup>73</sup> “Gasolina aumenta em 1974”. *A União*, 8 dez. 1973, p. 1.

<sup>74</sup> “Pânico”, “Consumo”. *A União*, 8 dez. 1973, p. 2

<sup>75</sup> “Consumo”. *A União*, 15 jan. 1974, p. 2.

<sup>76</sup> “Gosto de gasolina”. *A União*, 12 mar. 1974, p. 2

<sup>77</sup> “Aumenta vendagem de carros”. *A União*, 17 abr. 1974, p. 2

<sup>78</sup> “Aragão vai reivindicar no Rio novo reajuste para coletivos”, “Bandeira dois aos sábados”. *A União*, 14 mai. 1974, p. 2.

<sup>79</sup> “Transporte que atende a muitos”. *A União*, 17 mai. 1974, p. 8.

<sup>80</sup> “Como economizar gasolina”. *A União*, 5 jul. 1974, p. 7.

conscientizar da importância da economia desse combustível<sup>81</sup>. A busca pela redução do consumo de combustível movia o mercado internacional e colocava um novo mote para as fabricantes ao tentar se adaptar, produzindo motores menores, como no caso da Ford<sup>82</sup>, e dispositivos para melhor rendimento, da Chrysler<sup>83</sup>.

A situação, de tão alarmante, chegava a ser usada como alerta em medida de segurança, como nessa breve nota, auferindo estar mais do dobro do preço do primeiro aumento antes do choque:

#### GASOLINA

Frase de um posto de gasolina, em Brasília, colocada pelo seu proprietário em protesto contra aqueles que abastecem o automóvel fumando: ‘Não fume aqui. Se a sua vida não vale coisa alguma, pense que a gasolina está custando Cr\$ 2,00 o litro’. Uma saída genial, sem dúvida. (A União, p.11, 20 nov. 1974)

O apelo pela economia do consumo de combustíveis era significativo, voltado agora ao bem comum e ao crescimento do país, por ser extremamente dependente do petróleo ao qual o país vinha aumentando suas importações até pouco tempo atrás, comparando-as até as de grandes nações industrializadas e desenvolvidas. O jornal, em apelo consonante com o do governo federal, indicava ser o ato de poupar gasolina um movimento mundial através da criação de carros mais leves com motores mais moderados, de condução mais prudente e cuidadosa, valendo-se do referencial dos estudos feitos em corridas automobilísticas<sup>84</sup>.

A descoberta de novos campos de petróleo e aumento da extração de petróleo dentro do território brasileiro trazia certo otimismo pela possibilidade de melhora nas negociações para o país, com o General Arakém de Oliveira, presidente da Petrobrás garantindo fornecimento de combustível sem problemas para o ano de 1975<sup>85</sup>. Não faltava no posto, mas o preço, com o 7º aumento em 14 meses, mesmo com significativos subsídios, forçava a baixa no consumo<sup>86</sup>. Acompanhava-se com atenção os desvelos das decisões da OPEP, pois tão logo anunciava-se de lá aumento do barril, de cá já se aguardava o aumento da gasolina<sup>87</sup>, tornando-se nesse momento algo quase mensal<sup>88</sup>.

<sup>81</sup> “Mercedes vai mostrar como se economiza combustível”. *A União*, 14 jul. 1974, p. 7.

<sup>82</sup> “Motores mais econômicos para o Torino e o Montego”. *A União*, 14 ago. 1974, p. 7.

<sup>83</sup> “Economizar gasolina”. *A União*, 16 ago. 1974, p. 7.

<sup>84</sup> “Como economizar gasolina”. *A União*, 22 nov. 1974, p. 9.

<sup>85</sup> “Brasil sem problemas de combustível em 1975”. *A União*, 15 dez. 1974, p. 1.

<sup>86</sup> “Gasolina já custa CR\$ 2,00”. *A União*, 11 jan. 1975, p. 1.

<sup>87</sup> “Gasolina terá novo aumento”. *A União*, 16 fev. 1975, p. 4.

<sup>88</sup> “Gasolina vai ter aumento”. *A União*, 23 mar. 1975, p.1.

A quantidade de táxis circulando diminuía e os motoristas reivindicavam aumento na tarifa para conseguir continuar rodando, com muitos taxistas buscando mudar de profissão<sup>89</sup>.

O jornal usa o exemplo da Argentina, com aumento de 180% na gasolina, citando a inflação e o déficit na balança comercial, para denotar a gravidade da situação em outros lugares, possivelmente piores que a do Brasil<sup>90</sup>.

O percentual de aumento dos combustíveis, geralmente em torno de 10% graças a medidas governamentais, dava indícios de passar a ser ainda mais elevado<sup>91</sup>, reduzindo significativamente o movimento nos postos, onde a matéria citou ser retomada a normalidade dias após a incidência do aumento quando os motoristas já estavam conformados. Entretanto, também apresentava a iminência de encerrar o consumo da gasolina azul, mais pura, potente e cara devido a procura deste item quase inexistente no mercado<sup>92</sup>. A exclusividade de uso da gasolina comum levaria problemas para as refinarias, precisando de adaptação a essa produção, adequação que requeria um alto custo<sup>93</sup>.

Em fins de outubro de 1975, a prefeitura de João Pessoa, através do mandatário Hermano Almeida, efetuou o racionamento de gasolina nos veículos a seu serviço para limitar o consumo e também servir de exemplo aos pessoenses<sup>94</sup>, atitude aplaudida inclusive pelo vereador Derivaldo Mendonça, líder do MDB, partido de oposição à ARENA do então prefeito<sup>95</sup>.

A exigência de novas fontes energéticas complementares para combustível tinha proporções expressivas, a serem avaliadas com exclusividade no próximo tópico.

#### 1.4 Pesquisas de fontes alternativas ao petróleo

A utilização de gasolina como fonte energética principal, já demonstrada aqui anteriormente, se dava pela abundância do petróleo a baixo preço, gerando imensa dependência da matéria prima, em maior parte importada. Outras fontes já estavam em pauta muito tempo antes, vindo a ser utilizadas nesse momento pela situação conflitante causada pelo choque da OPEP. Avaliaremos as principais referências às fontes alternativas presentes em matérias do jornal paraibano *A União*, em menor quantidade do que os temas já abordados, conforme o quadro, porém fundamentais para compreensão do trabalho.

<sup>89</sup> “Táxis tem movimento bem menor”. *A União*, 31 mai. 1975, p. 4.

<sup>90</sup> “Gasolina sobe em 180 por cento na Argentina”. *A União*, 6 jun. 1975, p. 2.

<sup>91</sup> “Aumento da gasolina aprovado pelo CNP será superior a 10%”. *A União*, 10 set. 1975, p. 4.

<sup>92</sup> Venda da gasolina cai 70%. *A União*, 24 set. 1975, p. 4.

<sup>93</sup> Refinarias enfrentam problemas. *A União*, 2 out. 1975, p. 4.

<sup>94</sup> “Prefeitura começa a racionar a gasolina”. *A União*, 21 out. 1975, p. 11.

<sup>95</sup> “Racionamento da gasolina recebe aplausos do MDB”. *A União*, 22 out. 1975, p. 3.



A primeira fonte alternativa a aparecer nas reportagens do periódico é a do óleo de xisto, chamado de petróleo sintético. A abordagem cita a pesquisa para exploração do óleo e potencial de extração, em montanhas de três estados no oeste norte-americano, do Colorado, Utah e Wyoming, na qual foram investidos três milhões de dólares em média por ano. O mesmo artigo indica que a URSS e a China também faziam extrações dessa matéria prima à época. O maior obstáculo seria o possível impacto ambiental, ainda pouco esclarecido<sup>96</sup>. De acordo com o texto, o Dr. Alfredo Eggers, da Fundação Nacional de Ciências dos EUA, em consulta a uma comissão do Senado daquele país, tratou esta fonte como tecnicamente inviável com a tecnologia do momento, ressaltando necessitar de amplo investimento para o devido aproveitamento. Segundo ele, o óleo de xisto só se tornaria viável caso os preços do petróleo comum subissem demasiadamente. O problema da localização seria o fator preponderante, por estar em uma área distante dos principais centros de alta demanda de energia<sup>97</sup>.

O problema energético era avaliado com especial atenção por governos de todo o mundo, e o jornal paraibano informava já haver muitos cientistas pesquisando novas fontes ao redor do mundo. O exemplo dos EUA estar sofrendo escassez de combustíveis, em um momento onde a população crescia substancialmente e a expansão econômica e produtiva era determinante para os desígnios da humanidade, deixava a todos apreensivos com as futuras condições de vida e de meio ambiente<sup>98</sup>.

A carestia da gasolina durante o conflito no Oriente Médio levou o CNP a considerar o racionamento no Brasil. A busca de motores movidos por fontes distintas, independentes de derivados aparece como uma necessidade premente<sup>99</sup>. O jornal informa que cidadãos promoveram tentativas de utilização do gás butano em seus carros particulares como recurso para o colapso – capaz de afetar 10 mil motoristas na capital paraibana –, através de adaptação dos motores, como fez o senhor Roosevelt Alencar, funcionário da FUSEP (Fundação de Saúde do Estado da Paraíba), seguindo o exemplo de cidadãos de outras capitais do país, com maior sucesso no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Recife a medida foi proibida pelo fato do código de trânsito só permitir combustível determinado de fábrica correspondente ao automóvel<sup>100</sup>.

O Xá do Irã, Rezza Palevi, recomendava a utilização de outros meios energéticos, como água e carvão, ponderando ser o petróleo precioso demais para ser queimado como combustível de calefação ou impulsor de máquinas. Apontou que o florescimento da industrialização

---

<sup>96</sup> “Petróleo sintético poderá ser produzido pelos EUA”. *A União*, 16 mar. 1973, p. 5.

<sup>97</sup> “Petróleo poderá ser o sintético”. *A União*, 27 mar. 1973, p. 5.

<sup>98</sup> “Energia”. *A União*, 30 ago. 1973, p. 2.

<sup>99</sup> “Pesquisas”. *A União*, 7 dez. 1973, p. 2.

<sup>100</sup> “Gás Butano testado para substituir a gasolina”. *A União*, 8 dez. 1973, p. 3.

no Ocidente se deu às custas dos países produtores de petróleo, localizados majoritariamente no Oriente Médio<sup>101</sup>.

Ainda em 1974, *A União* reporta que a adaptação de motores de veículos para serem movidos por outros combustíveis fez a Universidade de Campinas projetar pesquisas envolvendo o álcool anidro, que, além de mais barato, também é menos poluente que os derivados de petróleo. Problemas técnicos como a taxa de compressão e o tempo de aquecimento do motor, mais lento para o álcool, estavam a ser resolvidos, podendo posteriormente ser voltados aos veículos a diesel. Chama atenção na matéria dois fatores: o álcool custar Cr\$ 0,80 por litro enquanto rendia 50% da gasolina que custava Cr\$ 1,02 nesse momento, e a necessidade aumentar a produção de cana-de-açúcar para obtenção da quantidade necessária de álcool anidro, pois o álcool chamado de misturado não servia para a função<sup>102</sup>. A pressa por veículos movidos por outras fontes de energia é percebida quando o jornal menciona as pesquisas de motores elétricos não terem avançado o suficiente, o motor a gás ser ainda muito caro e o a vapor muito pesado, aludindo à importância de se manter poupando gasolina<sup>103</sup>.

Os sucessivos aumentos do barril de petróleo fizeram avançar, mesmo com os empecilhos, a exploração de óleo de xisto nos EUA, através de concessões a grandes petroleiras, explorando cada uma o campo de um dos estados montanhosos citados anteriormente<sup>104</sup>. Novos combustíveis eram entendidos agora não só como meio de continuidade energética, mas também pela preservação e melhora do meio ambiente, buscando produzir resíduos menos poluentes<sup>105</sup>.

A aspiração de queda dos preços do petróleo era vista como incumbência imediata nos esforços de cooperação internacional, além dos planos de pesquisa em novas fontes energéticas para diminuir a dependência do petróleo e dos países produtores. Isso poderia ser lido em um artigo onde o autor se referia aos EUA como “nós”, embora a autoria não esteja especificada<sup>106</sup>. Um artigo publicado em *A União* escrito por um jornalista situado em Londres, expôs um estudo feito no Reino Unido sobre carros elétricos, funcionais apenas para entregas e pequenos trajetos com muitas paradas, ficando os carros movidos à gasolina e diesel a perdurar por pelo menos 25 anos para demais tarefas. Ao final, cita que só 21% dos carros da Grã-Bretanha são de combustíveis derivados de petróleo, insinuando ser decisão da indústria daquele país modificar

---

<sup>101</sup> “Xá do Irã aconselha a procura de novas fontes de energização”. *A União*, 29 dez. 1973, p. 1.

<sup>102</sup> “Testes em motor a álcool em S. Paulo”. *A União*, 8 fev. 1974, p. 7.

<sup>103</sup> “Combustível”. *A União*, 16 mar. 1974, p. 2.

<sup>104</sup> “Exploração do óleo de xisto”. *A União*, 23 jun. 1974, p. 2.

<sup>105</sup> “Nova gasolina”. *A União*, 11 ago. 1974, p. 2.

<sup>106</sup> “Porque os preços do petróleo devem cair”. *A União*, 19 nov. 1974, p. 5.

a matriz energética, porém não parecendo haver maiores interesses por levar a uma possível revolução na economia nacional<sup>107</sup>. Adicionar benzeno sintético a gasolina na proporção de 20% do litro para gerar economia era a ideia de um cientista norte-americano, conseguindo o feito com detritos de uma fábrica de New Jersey, podendo usar também carvão de coque, sobras agrícolas, calça e outras matérias primas abundantes nos EUA<sup>108</sup>. No Brasil, até a água era defendida como possível combustível, ideia defendida pelo ex-vendedor de caminhão Sidney Godolphin e Silva. Tendo rejeitada a patente por autoridades brasileiras, o carioca viajava para Europa tentando obter apoio para o seu projeto<sup>109</sup>.

Em meados de 1975, *A União* publicava que o secretário geral do Ministério de Minas e Energia do Brasil, Arnaldo Bardalho, sugeriu que o Nordeste poderia ajudar a superar a crise do petróleo. Em uma conferência proferida aos estagiários da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) com sede no Rio de Janeiro, falou sobre o presidente Geisel estar empenhado no desenvolvimento de energia nuclear aproveitando o potencial da bacia do rio São Francisco, além do projeto de energia solar realizado na Paraíba e na transformação da mandioca em álcool, um das matérias primas para este fim, que permitia, comprovadamente, a possibilidade de sua utilização em até 25% no litro da gasolina sem prejudicar os motores. A adoção do álcool de mandioca para ser misturado com a gasolina não desequilibraria, segundo o ministro, a produção açucareira<sup>110</sup>.

Na busca por alternativas à crise dos preços do petróleo, a mandioca apareceu, então, como um bom elemento para a produção de álcool anidro, podendo-se aproveitar todas suas partes, como o caule para remédios e as folhas como alimento proteico. O entrave era a produção estar baseada na pequena produção, requerendo racionalização do governo para cultivo em grande escala<sup>111</sup>. O deputado federal Sócrates Pedro fez um requerimento ao ministro de Minas e Energias, Shigeaki Ueki, para a instalação de uma destilaria no estado, considerando a Paraíba ter 67 mil hectares de plantação, com expectativa de produção de 653.874 toneladas de mandioca, e rendimento de 9.772 kg por hectare, podendo ser quadruplicado com um sistema de adubo. A proposta agregaria às regiões do Curimataú, Litoral e Brejo, sendo de simples cultivo e exequível a qualquer trabalhador, podendo dividir espaço ainda com feijão e milho<sup>112</sup>.

---

<sup>107</sup> “Gasolina e diesel, 25 anos”. *A União*, 1 fev. 1975, p. 5.

<sup>108</sup> “Gasolina associa benzeno”. *A União*, 1 jun. 1975, p. 1.

<sup>109</sup> “Gasolina substitui água”. *A União*, 26 abr. 1975, p. 4.

<sup>110</sup> “Nordeste pode superar sua crise de petróleo”. *A União*, 15 jun. 1975, p. 8.

<sup>111</sup> “Mandioca poderá ter um papel prioritário para o país”. *A União*, 31 de ago. 1975, p. 3.

<sup>112</sup> “Mandioca da Paraíba poderá ser utilizada para álcool”. *A União*, 27 set. 1975, p. 3.

A dependência do petróleo pelos EUA causou insatisfação aos mandatários norte-americanos, ansiosos por novas fontes energéticas por se verem praticamente a mercê dos países produtores da OPEP<sup>113</sup>. O investimento no carvão era uma delas, com meta de duplicar, em dez anos, a capacidade extrativa daquele momento, indo de 600 milhões de toneladas para 1.200 milhões. Os locais de extração eram distantes dos grandes centros, o que complicava a viabilidade econômica, e era preciso também melhorar a tecnologia de remoção das cinzas e do enxofre para torná-lo viável também ambientalmente<sup>114</sup>. Um encontro para debater problemas de energia e novas fontes é promovido em Washington, contando com vários representantes da América latina, incluindo brasileiros<sup>115</sup>.

O arrastar da crise torna a conferir atenção ao carro elétrico, agora apontado como possível solução em médio prazo, por ser positivo ambientalmente, pouco poluente, tendo como obstáculo ainda o armazenamento energético de forma suficiente e razoável a maior rendimento<sup>116</sup>.

A procura por veículos e combustíveis com fontes alternativas de energia, aqui exposta, passou por diferentes alternativas, estando delimitada pela localidade. Abordamos agora o percurso e as motivações da solução ensejada no Brasil.

### **1.5 Cana-de-Açúcar e Álcool combustível**

A produção de açúcar voltada primordialmente à exportação é um dos fundamentos mais antigos do Nordeste brasileiro, advindo da colonização portuguesa nos séculos XVI e XVII. O algodão posteriormente veio a dividir e superar a liderança econômica do estado com o avanço da ocupação do interior, juntamente com a pecuária. Na região do litoral, a cana-de-açúcar sempre foi a força produtiva motriz, determinando os rumos políticos. Veremos então a relação do produto com o problema energético brasileiro do choque do petróleo de 1973.

A primeira matéria encontrada em *A União* sobre o tema informa que o Brasil deve se tornar o maior fornecedor mundial de açúcar, segundo observadores do departamento de agricultura dos EUA<sup>117</sup>, com produção estimada em seis milhões de toneladas métricas. Esta cifra superaria a de Cuba, com a safra de cinco milhões de toneladas, quando esta tinha dificuldades de cumprir com seus acordos de comércio, exportando para mercados do bloco

---

<sup>113</sup> “Petróleo ameaça economia dos Estados Unidos”. *A União*, 18 set. 1975, p. 2.

<sup>114</sup> “EUA intensificam a produção de carvão”. *A União*, 8 out. 1975, p. 2.

<sup>115</sup> “EUA farão seminário sobre energia”. *A União*, 15 out. 1975, p. 2.

<sup>116</sup> “Engenheiro vê carro elétrico”. *A União*, 23 out. 1975, p. 4.

<sup>117</sup> “Açúcar e camarão dão divisas”. *A União*, 27 mar. 1973, p. 2.

socialista, como URSS e China, e estando com 58 de suas 129 usinas paralisadas por problemas climáticos<sup>118</sup>.

A perspectiva de bom excedente de produção talvez não fosse tão satisfatória para alguns, possivelmente por baixar a cotação do açúcar internacionalmente. Em março de 1973, no plenário da Assembleia Legislativa da Paraíba, o deputado Valdir dos Santos Lima acusou o secretário de Agricultura, o agrônomo Nivaldo Montenegro, de “incapaz e mentiroso”, quando discutia problemas ligados ao excesso de produção de cana-de-açúcar em municípios do Brejo no ano de 1972. Em resposta, o secretário apenas se defendeu dizendo servir a um governo íntegro e não compreender as acusações, vindas de um homem até então tido como equilibrado, e que buscou solucionar tal problema expedindo circular para a usina Monte Alegre e outras da região do Brejo para receberem o excesso da cana produzido no estado em 1972<sup>119</sup>.

Segundo o jornal, à época a Paraíba era o terceiro produtor de açúcar em todo o país, com 1 milhão e 800 mil sacas de açúcar cristal, atrás somente de Pernambuco e Alagoas, de acordo com os estudos do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA<sup>120</sup>. Embora estivesse em pauta um possível excesso de produção, apresentou-se um suposto problema de falta de açúcar em um período entre março e agosto de 1973, aparentemente ocorrido por problemas técnicos nas usinas, no período de moagem da cana, contornado com importação de açúcar de Pernambuco e outros centros açucareiros da região<sup>121</sup>.

O centro-sul do país começava a investir fortemente no açúcar, começando em São Paulo e se estendendo por Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, onde o governador Rondon Pacheco anunciava uma “superusina” no município de Manga, no norte do estado, para ser a maior da América Latina<sup>122</sup>. Um movimento modernizante foi realizado na Paraíba. O diretor-presidente da Usina Santa Helena, comendador Renato Ribeiro Coutinho, em entendimento com a alta direção do IAA, buscou iniciar uma nova linha de produção industrial para largo consumo do açúcar “debereba” (consta assim na matéria, possivelmente era “demerara”), destinado especialmente a mercados do exterior. A ação, por iniciativa de uma empresa privada, foi classificada e retratada como consequentemente bastante positiva para o estado de modo geral, não sendo algo novo, por já ter a usina passado sua capacidade de 200 mil para 450 mil sacas anuais de açúcar fino<sup>123</sup>.

---

<sup>118</sup> “Perspectiva açucareira”. *A União*, 17 mar. 1973, p. 2.

<sup>119</sup> “Governo atento à cana”. *A União*, 20 mar. 1973, p. 1.

<sup>120</sup> “Paraíba é 3º em açúcar”. *A União*, 17 mai. 1973, p. 2.

<sup>121</sup> “Problema do açúcar está parcialmente resolvido no estado”. *A União*, 5 ago. 1973, p. 4.

<sup>122</sup> “Centro Sul está investindo muito mais no açúcar”. *A União*, 11, ago. 1973, p. 4.

<sup>123</sup> “Açúcar”. *A União*, 1 set. 1973, p. 2.

O anuncio da possibilidade de misturar álcool à gasolina repercutiu positivamente entre plantadores do Rio Grande do Sul, por preverem nova corrida ao campo semelhante ao ocorrido com a soja no ano anterior, podendo aumentar a produção que era de 120 mil toneladas anuais em média<sup>124</sup>.

A modernização da produção era um processo notável, de ampliação das instalações industriais e avanço da tecnologia no cultivo de cana-de-açúcar, buscando melhores índices de produtividade por hectare. Dada como necessidade, esperava-se posição mais significativa do estado da Paraíba nas estatísticas da agroindústria açucareira regional, listando a quantidade de usinas e produtividade por estado, conforme citado em matéria, da produção autorizada pelo IAA para a safra 1973/1974, estimada em 38.500.000 de sacos de açúcar centrifugado:

**Quadro 2:** Produtividade canavieira dos estados e suas usinas

Estado	Usinas	Sacos de açúcar	Média*	Mel residual - Toneladas
Pernambuco	38	20.500.000	539.473,68	574.000
Alagoas	24	13.000.000	541.666,66	364.000
Paraíba	7	1.800.000	257.142,85	50.450
Bahia	5	1.050.000	210.000	29.400
Sergipe	5	1.050.000	210.000	29.400
Rio Grande do Norte	2	600.000	300.000	16.800
Ceará	1	300.000	300.000	8.400
Piauí	1	100.000	100.000	2.800
Maranhão	1	100.000	100.000	2.800

\*A média remete ao cálculo feito entre número de usinas e sacas produzidas, não constando originalmente em “Açúcar paraibano”. A *União*, 26 jan. 1974, p. 2.

É considerável a diferença das cifras entre os estados, conforme exposto no quadro contido na matéria, estando a Paraíba abaixo da metade dos principais concorrentes, Pernambuco e Alagoas<sup>125</sup>. A situação é exposta também em outro artigo<sup>126</sup>, com o Norte-Nordeste correspondendo a apenas 30% da produção nacional, porém sendo 70% da produção total de cana-de-açúcar brasileira, com 1,8 milhões de pessoas dependentes desse mercado. O texto destaca também que só as duas principais usinas de Pernambuco, Catende e Central

<sup>124</sup> “Mistura gasolina e álcool leva euforia à lavoura do RGS”. A *União*, 13 dez. 1973, p. 1.

<sup>125</sup> “Açúcar paraibano”. A *União*, 26 jan. 1974, p. 2.

<sup>126</sup> “Nossas Usinas”. A *União*, 1 mar. 1974, p. 2.

Barreiros, superaram a produção total das usinas paraibanas<sup>127</sup>. Os produtores de cana se queixavam do preço do açúcar ser desestimulante, estando abaixo do necessário, também pelos investimentos em modernização empregados, considerando-se ainda o aumento da necessidade mundial do produto<sup>128</sup>. A produção de cana com estimativas de aumento, mesmo baixa no estado, gerava excedentes e a secretaria de agricultura permanecia atenta ao fato. Técnicos do governo da Tchecoslováquia foram chamados para avaliar a possibilidade de aproveitar os excedentes na produção de melaço e álcool<sup>129</sup>. Em matéria de Belo Horizonte afastava-se a possibilidade da falta de açúcar no mercado brasileiro. Aparentava ser algo da região central do país, pois foi afirmado pelos comerciantes mineiros que os estoques brasileiros eram suficientes tendo em vista a produção nordestina corresponder aos índices previstos<sup>130</sup>.

Mas uma enchente assolou a região da várzea paraibana, avariando maquinários e invadindo canaviais, prejudicando a produção como um todo, com prejuízo de 50 milhões de cruzeiros, de 600 mil sacas de açúcar e 20 milhões de litros de melaço, além de 8 milhões e meio de ICM de arrecadação daquela safra. Os prejuízos acometeriam também a safra de 1974/1975 em 40%<sup>131</sup>.

O preço do açúcar subia de 1,50 para 1,70 cruzeiros e incomodava consumidores nos mercados no interior do estado. Um aumento era esperado, e ainda estava sendo definido, não tendo sido autorizado pela SUNAB<sup>132</sup>.

A produção de açúcar do estado de Alagoas não agradava aos usineiros, por ter crescido apenas 1% da safra anterior, estacionando em 11 milhões de sacas quando o esperado era de 13 milhões. Da safra de 1971/72 para a de 1973/74 houve um acréscimo de 35,6% no volume de cana moída e apenas 11,6% na produção de açúcar. O volume das chuvas e a qualidade da cana eram as justificativas para a quebra do total estimado<sup>133</sup>.

A pretensão por um programa voltado a buscar maior produção de açúcar é descrita por *A União* que reportava um pedido dos usineiros da Paraíba, por meio do diretor da Associação dos Plantadores de Cana do Estado, Henry Tavares, ao IAA, no qual diziam já ter um plano para esse fim. Defendiam ser preciso alavancar a produção, no momento avaliada em 2 milhões de sacas, para ter autossuficiência, pois para suprir a demanda interna importavam açúcar de Pernambuco, e mesmo com a baixa e insuficiente produção canavieira da Paraíba, ainda

---

<sup>127</sup> “Nossas Usinas”. *A União*, 1 mar. 1974, p. 2.

<sup>128</sup> “Plantadores de cana”. *A União*, 1 mar. 1974, p. 2.

<sup>129</sup> “Excedentes da cana de açúcar poderão entrar na produção do álcool”. *A União*, 1 mar. 1974, p. 8.

<sup>130</sup> “Açúcar não faltará no país”. *A União*, 4 abr. 1974, p. 1.

<sup>131</sup> “Cana destruída”. *A União*, 28 abr. 1974, p. 1.

<sup>132</sup> “Preço do açúcar é reclamado”. *A União*, 18 mai. 1974, p. 7.

<sup>133</sup> “Produção”. *A União*, 2 jun. 1974, p. 2.

exportavam parte do produto para Maranhão, Pará e Amazonas. A usina de Santa Rita parecia ser o foco da medida solicitada, pois seria a mais beneficiada por ser a maior produtora. A matéria destaca já haver a intenção de estender o pedido para outras regiões e usinas<sup>134</sup>. O IAA também proveu, com recursos do Banco do Brasil via decreto-lei n. 1266, o montante de 53.579 milhões de cruzeiros a Companhia Agro Industrial Santa Helena – Calena, destinados a aquisição de equipamentos industriais, instalações e obras civis, para dobrar a produção de açúcar em três anos, chegando a um milhão de sacos por safra. O faturamento da empresa nessa ação era estimado em 80.000.000,00 e deveria criar centenas de novos empregos. O prazo de amortização do empréstimo era de 12 anos, com 3 de carência e juros fixo de 10%<sup>135</sup>.

O preço do açúcar é retratado em um artigo de Frank Brodway reproduzido em *A União*, no qual indicava o mercado do açúcar não refinado de Londres, o United Sugar Market Association (UTSMA), como o principal regulador mundial de preços, tendo certa concorrência com o de Nova York e complementaridade com o de açúcar refinado de Paris. Esses mercados regiam o preço com contratos de compra para vendedores sem outros acordos como “açúcar da Commonwealth” e “ato do açúcar dos Estados Unidos da América” - citados, porém não explicados - permitindo maior seguridade e equilíbrio frente a intempéries naturais e variações do cenário político. A demanda, por ser pouco variável, determinava certa estabilidade dos preços, segundo o autor, sendo protegidos de especuladores<sup>136</sup>.

A exportação de rapadura também era vista como uma vitória dos mandatários para impulsionar a produção açucareira paraibana<sup>137</sup>.

A inflação mundial causada pela alta dos combustíveis encarecia a produção da cana, gerando a apreensão de uma baixa no consumo mundial, e medidas eram tentadas para que não se inferisse nas estimativas de expansão do mercado açucareiro. O artigo a retratar esse movimento, escrito por autor situado em Washington, tem linguagem bastante técnica e por vezes é pouco claro, parecendo querer evitar alardes sobre a problemática referida e até tentando trazer um tom positivo sobre a iminência de melhora com a estabilização dos preços<sup>138</sup>. O empenho por melhorar a produção de cana de açúcar era colocado como necessidade por haver uma dura queda na produção do açúcar de beterraba, sendo de extrema importância suprir os

---

<sup>134</sup> “Aumentará produção de açúcar”. *A União*, 25 out. 1974, p. 8.

<sup>135</sup> “Usina dobrará produção com ajuda do IAA”. *A União*, 7 nov. 1974, p. 8.

<sup>136</sup> “Estabilidade no mercado de açúcar”. *A União*, 1 nov. 1974, p. 2.

<sup>137</sup> “Autorizada exportação da rapadura paraibana”. *A União*, 10 dez. 1974, p. 1.

<sup>138</sup> “Mercado açucareiro mundial com excelentes perspectivas”. *A União*, 18 set. 1974, p. 5.



mercados norte-americano e europeu, seja pela alta do preço, seja pela possível falta do produto<sup>139</sup>.

O açúcar estava entre os principais produtos e objeto de melhorias por parte do governo, recebendo investimentos em importação de equipamentos juntamente com a petroquímica e alumínio. Uma usina de Alagoas, por exemplo, recebeu 12 milhões de cruzeiros de incentivos fiscais, em projeto visando investir até 97 milhões na capacidade de moagem<sup>140</sup>.

Os maiores produtores de açúcar mundiais buscavam formar uma conferência para lidar com os problemas do mercado, e causavam tremor nos consumidores que temiam uma nova organização ao estilo da OPEP. A hipótese era rechaçada pelos próprios produtores porque, diferente do petróleo, cuja produção limitava-se a poucos países, a cana era produzida em um número muito maior de países e não era imprescindível ao crescimento e desenvolvimento econômico, podendo perder consumo em caso de encarecimento além da inflação<sup>141</sup>.

O valor tabelado do açúcar incomodava os produtores, e o senador Arnon de Mello (ARENA) reivindicou melhores preços, alegando o atual reajuste ser desestimulante para a imperiosa expansão do setor, considerando a proximidade de misturar álcool na gasolina. O custo de produção era de 200 dólares por tonelada, e o valor de exportação já tendo sido de US\$ 1500 e caído a 500 apenas 20 dias depois, era agora de 600 dólares em média. A matéria explica a relação do IAA com os recursos do fundo especial de exportação, tendo dele o investimento de Cr\$ 2 bilhões e 300 milhões nas regiões Norte e Nordeste. O quanto chegava aos produtores estaria na diferença entre o custo e o lucro obtido, com retorno indireto pelo modo de proceder, com prazo longo, juros baixos e sem correção monetária. O senador, defendendo melhora no preço do açúcar, da cana e do álcool, destaca que tudo devia ser feito no sentido de conter o custo de vida, evitando-se maior ônus para o consumidor, sendo imprescindível expandir a produção<sup>142</sup>.

A despeito das exigências quanto à melhora dos preços para os produtos da cana, o mesmo jornal coloca em pauta um estudo realizado por bancos particulares americanos, onde tratam do ano só não ter sido pior para o Brasil, com aumento de 20% do custo de vida, por ter produzido 7 milhões de toneladas de açúcar e ter sido beneficiado pelos altíssimos preços alcançados pelo produto. Vale salientar o estudo ser de bancos privados norte-americanos, com interesses próprios nas negociações internacionais, podendo ter os seus envolvidos nesse caso,

---

<sup>139</sup> “Maior produção de açúcar”. *A União*, 31 dez. 1974, p. 5.

<sup>140</sup> “Incentivos fiscais para petroquímica, alumínio e açúcar”. *A União*, 3 jan. 1975, p. 4.

<sup>141</sup> “A conferência sobre o açúcar”. *A União*, 13 fev. 1975, p. 5.

<sup>142</sup> “Senador pede melhores preços para o açúcar”. *A União*, 21 fev. 1975, p. 5.

pleiteando benefícios próprios com a relação de preços<sup>143</sup>. Posteriormente, o secretário adjunto do Tesouro norte-americano, Charles Cooper, declarou à Subcomissão Bancária da Câmara dos Deputados do seu país que o aumento da dívida externa em compensação ao custo elevado do petróleo era natural, e que só não foi pior nos países em desenvolvimento exportadores de açúcar e fósforo, por esses produtos terem elevação superior a do petróleo<sup>144</sup>.

O deputado Manuel Gaudêncio solicitou ao governador da Paraíba, Ivan Bichara, providências para iniciar gestões junto ao IAA pela construção de vias pavimentadas ligando várias cidades da região produtora de cana-de-açúcar. O investimento em melhorias de infraestrutura de transporte é intrínseco à modernização da produção<sup>145</sup>.

Neste período, a cana-de-açúcar era o segundo principal produto agrícola do estado da Paraíba, ficando atrás apenas do algodão, e aumentando sua participação percentual no produto bruto das lavouras<sup>146</sup>.

A produção sofria um descompasso devido aos preços, com produção de cana inferior à capacidade de moagem, a qual seria adiada até a majoração dos preços. O problema recaía sobre os fornecedores de cana, sem capital para variações no calendário açucareiro. Nos mercados das cidades o açúcar era vendido normalmente, embora constasse câmbio negro, algo atribuído pelo presidente do Sindicato dos Cultivadores, Miguel José Netto, como manobra de intermediários interessados em lucros exorbitantes. Setores ligados à agroindústria açucareira admitiam que a produção sofreria redução de 30% na safra 1975/76 em Pernambuco<sup>147</sup>.

A produção de açúcar mundial fora estimada em 49 milhões e 360 mil toneladas métricas, sendo a América Latina responsável por 23 milhões e 959 mil para 1975, superando a marca de 23 milhões e 332 mil de 1973/1974. O Conselho Monetário Nacional concedia reajuste de 29% para o açúcar refinado, indo de Cr\$ 1,55 para 2,00. Para a cana-de-açúcar foi estimado aumento de 25%, cifra igual para as regiões Centro-Sul e Nordeste, enquanto fornecedores queriam reajustamento superior<sup>148</sup>.

A criação de um Comitê do Açúcar, constituída por representantes dos produtores e funcionários do IAA, era uma proposta defendida pelo senador Luiz Cavalcante (ARENA-AL). A ideia era expandir o gerenciamento de controle das exportações, então centralizadas na figura do diretor de exportação do IAA, forma criticada como insuficiente pelo senador, que destacou

---

<sup>143</sup> “Preços não alteram no Brasil o comportamento econômico”. *A União*, 20 mar. 1975, p. 1.

<sup>144</sup> “Dívida dos países aumenta”. *A União*, 25 jul. 1975, p. 1.

<sup>145</sup> “Deputado pede rodovia ligando várias cidades produtoras de açúcar”. *A União*, 8 abr. 1975, p. 8.

<sup>146</sup> “Diversificação”. *A União*, 18 abr. 1975, p. 3.

<sup>147</sup> “Produção açucareira no nordeste cai em trinta por cento”. *A União*, 20 mai. 1975, p. 4.

<sup>148</sup> “Produção mundial de açúcar vai ultrapassar a de 1974”. *A União*, 1 jun. 1975, p. 13.

também a queda da moeda dólar e a premência de cotar o preço do açúcar em outras moedas. Evidenciava-se a ideia de permitir maior acesso dos produtores ao meio regulador estatal<sup>149</sup>.

A quebra da produção paulista de cana, em matéria situada de São Paulo a qual trata exclusivamente do fato naquele estado, foi definida em 30% em reunião em 2 de Agosto de 1975, pela comissão técnica da cana-de-açúcar da Federação de Agricultura de São Paulo. Isso levou essa federação à decisão de enviar um memorial ao presidente Ernesto Geisel, pedindo o reajuste do preço de suporte, de Cr\$ 80,53 para 100,00, ou mais, além do pagamento à vista aos fornecedores de cana, condição determinada pelo IAA, não sendo cumprida então pelas usinas, sendo pagos 75% no momento e o restante parcelado. A medida era vista como meio de suprir os prejuízos dessa safra, alegando complicações deixadas para a seguinte, como na região de Assis, onde a geada havia queimado todas as gemas. São Paulo produzia 50% da cana do país e com essa quebra a produção teria sido de 42 milhões de sacas, aquém do previsto de 60 milhões do estado<sup>150</sup>. O pedido de reajuste foi de Cr\$ 120,43 por tonelada, embora com poucas esperanças dos usineiros de ser atendido, deixando-os descontentes por desejarem melhora do preço e não apenas os financiamentos prometidos, mesmo tendo certeza de aumento do açúcar nos mercados regionais e do álcool anidro para combustível. Alegavam ser o baixo preço desestimulante aos produtores, podendo faltar cana para as usinas e açúcar para população. Já o reajuste buscado poderia estimular os produtores a ampliar e renovar suas lavouras, e a ofertar maior volume de serviços e empregar mais mão-de-obra disponível nas regiões canavieiras, tendo maior segurança no fornecimento da matéria prima<sup>151</sup>.

As usinas da Paraíba iniciavam a moagem de cana da safra 1975/1976 e a cota de produção estabelecida era de 1.625.526 de sacas enquanto o IAA previa 2.300.000. A cota de produção dos municípios era definida pelo instituto e representava parte da produção do país. A matéria de *A União* destaca os benefícios de a cota ser fixada entre produtores e cooperados para o comércio, porém não havendo cooperativas no estado<sup>152</sup>.

O governo estudava o aumento do preço da tonelada do açúcar, citando a solicitação dos produtores ser de 40% a 45%, indo de Cr\$ 86,00 para 120,00 no centro-sul e Cr\$ 96,00 para 137,00 no norte-nordeste. O presidente do IAA, General Tavares do Carmo, ao se encontrar com o ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, ao tratar sobre a eliminação do subsídio direto ao consumidor do açúcar, disse ser a decisão incumbência do ministério, por

---

<sup>149</sup> “Comitê do açúcar é visto como solução para exportações”. *A União*, 18 jul. 1975, p. 4.

<sup>150</sup> “Plantadores de cana vão levar memorial a Geisel”. *A União*, 3 ago. 1975, p. 14.

<sup>151</sup> “Preço baixo ameaça produção açucareira”. *A União*, 31 ago. 1975, p. 14.

<sup>152</sup> “Usinas começam moagem do açúcar da safra 1975/76”. *A União*, 25 set. 1975, p. 12.

estar em patamar bem mais elevado de importância do que o instituto, cabendo aos estudos e decisões da presidência, dependendo de como impactaria no custo da vida conforme a inflação<sup>153</sup>.

A fabricação de álcool para ser misturado na gasolina era renunciada na Paraíba em Pedras de Fogo, com financiamento do Banco do Brasil, com um investimento de 34 milhões de cruzeiros. A “Gramame Agro-industrial e Alcoólica” tinha previsão de produção de 21 milhões de litros de álcool para safra de 20 dias, com consumo já previsto no mercado. Esse empreendimento era posto como esteio de inovação e a possíveis empresas na área<sup>154</sup>.

A exportação de açúcar obtinha bons resultados e aumentava a participação do Nordeste no total brasileiro, indo de 11,8% em 1973 e 17,3% em 1974 para 20,4% no primeiro semestre de 1975. Alcançavam assim cifra superior a 800 milhões de dólares, tendo sido de 567 no ano anterior. Pernambuco e Alagoas obtinham 529,5 milhões desse montante em exportações. O preço da tonelada do açúcar também subiu 153,7%, indo de US\$ 332,27 para 843,22<sup>155</sup>. A produção de açúcar da Paraíba subia em 20% enquanto a do sul poderia cair 35%<sup>156</sup>.

A modernização da produção canavieira com implemento de tecnologias mais avançadas foi debatida e tratada como imperiosa em artigo do jornal em 3 de outubro de 1975, por conta da melhora da capacidade de concorrência com mercados mais avançados. O entrave para a execução dessa medida estava no alijamento da mão-de-obra, deixando muitos dependentes sem meios de subsistência, pelas máquinas serem capazes de colher 350 toneladas de cana em 10 horas de operação, trabalho procedido por 116 homens na mesma jornada. A queixa dos produtores de escassez de mão de obra e conseqüente encarecimento da produção era o argumento para considerar inevitável a mecanização<sup>157</sup>.

O presidente Geisel definia os novos rumos econômicos do país frente aos desafios impostos pelo alto preço do petróleo, buscando refrear o endividamento externo, inaugurando programas voltados à produção interna de produtos antes exportados, sendo o Proálcool um dos mais importantes<sup>158</sup>.

A Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo considerou viável e recomendou a implantação da indústria de álcool carburante – de cana-de-açúcar, mandioca e possivelmente batata doce – para adicionar à gasolina. Para tal fim, a Secretaria apresentou um amplo estudo

---

<sup>153</sup> “Governo estuda os novos preços da cana e do açúcar”. *A União*, 14 set. 1975, p. 4.

<sup>154</sup> “Álcool”. *A União*, 28 set. 1975, p. 3.

<sup>155</sup> “Açúcar aumenta exportações do NE”. *A União*, 28 set. 1975, p. 10.

<sup>156</sup> “Produção de açúcar sobe 20 por cento”. *A União*, 2 out. 1975, p. 12.

<sup>157</sup> “Produção canavieira”. *A União*, 3 out. 1975, p. 3.

<sup>158</sup> “Geisel anuncia os novos rumos econômicos do país”. *A União*, 10 out. 1975, p. 1.

próprio em encontro do Alto Conselho Agrícola com o governador do estado Paulo Egídio Martins, onde estavam presentes o secretário de Agricultura Pedro Tassinari e empresários, e defendiam a liderança do estado de São Paulo na ampliação da produção nacional. Interesse razoável e compreensível, considerando ser o estado o maior consumidor de combustível, com 42% do total do país, e também o maior produtor de cana-de-açúcar. O governador destacou a possibilidade de economia de 500 milhões de dólares pela adição de 20% de álcool à gasolina não ser interessante, pois deveria ser de bilhões de dólares, com um combustível de 100% álcool. O governador dizia ser responsabilidade do governo federal a decisão pela implementação de um programa voltado ao álcool, mas se colocava como incapaz de ficar indiferente à crise energética por conta dos milhares empregos da indústria automotiva, e cobrava agilidade para o processo por faltar pouco tempo para o início do ano agrícola, devendo demorar três anos para atender a devida demanda de álcool etílico. Os técnicos da Secretaria ressaltavam ainda o trabalho das destilarias nacionais ser ocioso em 38%<sup>159</sup>.

O financiamento da já citada fábrica em Pedras de Fogo, na Paraíba, voltada ao álcool, chamou a atenção da imprensa pelo alto volume financeiro para um produto já conhecido e pouco explorado. Uma longa matéria de *A União* abordou a relação de novos empreendimentos para o fabrico de álcool a ser misturado à gasolina, tratando também da mandioca para tal fim, mostrando todos os condicionantes, desde a produção com rendimento de toneladas por hectare de cada produto - 17 t/ha da mandioca e 45 t/ha da cana -, o preço do açúcar no mercado para compensação e as tecnologias a serem utilizadas para a obtenção compensatória<sup>160</sup>. O superintendente da SUDENE, engenheiro José Lins de Albuquerque, na comitiva do ministro do Interior Rangel Reis, disse, em entrevista em passagem pela capital paraibana, que a crise do petróleo, embora pudesse dificultar o desenvolvimento do Nordeste, poderia também atrair novas indústrias à região para produção de outras fontes de energia, como o álcool, a partir da cana-de-açúcar, da mandioca e da batata doce<sup>161</sup>.

A batata doce também é abordada de forma mais acurada pelo jornal, seguindo estudo da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo<sup>162</sup>. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro anunciou providências visando aumentar o plantio de mandioca e a pesquisar demais produtos voltados à produção de álcool, e o secretário José Resende Peres revelou a intenção da Petrobrás de instalar até 1980 duas unidades de produção

<sup>159</sup> “São Paulo já estuda como produzir álcool carburante”. *A União*, 10 out. 1975, p. 4.

<sup>160</sup> “Paraíba vai produzir álcool para gasolina”. *A União*, 12 out. 1975, p. 10.

<sup>161</sup> “Crises podem trazer indústrias do álcool”. *A União*, 21, out. 1975, p. 4.

<sup>162</sup> “Utilização da batata doce no fabrico do álcool”. *A União*, 21 out. 1975, p. 10.

de álcool de mandioca no estado. A matéria destaca a vantagem da mandioca, por produzir 150 litros de álcool por tonelada enquanto a cana produzia apenas 60 litros<sup>163</sup>. O chefe do Setor Vegetal do Ministério da Agricultura, engenheiro agrônomo Manoel Tavares de Melo Cavalcante Filho, defendeu em Campina Grande, na Paraíba, o quanto era fácil extrair álcool de mandioca. O processo tecnológico era um pouco mais complexo que o da cana, mas a vantagem da mandioca seria a capacidade de vegetar em solos pobres, precisando infinitamente menor irrigação, sendo uma cultura grande em relação a consumo e pequena em escala industrial. O ponto principal seria a viabilidade econômica, pela mandioca render por hectare no momento de 6 a 8 toneladas com método de produção primário, podendo chegar a 30 t/ha com o emprego da tecnologia moderna. Respondendo a pergunta sobre possível poluição rural com emprego dos chamados ‘defensivos agrícolas’, ele diz apenas ser esse nome a designação genérica para venenos como inseticidas, fungicidas e acaricidas<sup>164</sup>.

A primeira usina brasileira de demonstração para álcool de mandioca estava a ser montada pela Petrobrás e a Secretaria de Indústria e Comércio do estado de Minas Gerais, na região das Três Marias, buscava utilizar toda tecnologia disponível para a função. O projeto previa o plantio de 18 mil hectares até o ano de 1979, com investimento de Cr\$ 150 milhões, e a usina de Cr\$ 40 milhões começaria a produzir em outubro de 1977 60 mil litros diários de álcool, chegando a 21 milhões e 600 mil litros por ano. Os técnicos responsáveis destacavam não existir no país tradição de cultivo de mandioca na escala intensiva necessária para o programa do álcool carburante, assim como a tecnologia da parte industrial aprimorada pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT) não havia sido testada ainda em nível de produção comercial<sup>165</sup>.

A instituição do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) pelo governo federal, voltada ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e a política de combustível automotor, foi agraciada pelo deputado Edme Tavares (ARENA) em pronunciamento na Assembleia Legislativa da Paraíba em novembro de 1975, aplaudindo a preocupação do presidente Ernesto Geisel por ser uma medida de diminuir as desigualdades regionais e incentivar o investimento no Nordeste. Destacou como a providência abriria amplas perspectivas a agroindústria paraibana com novas alternativas para o cultivo de cana-de-açúcar e mandioca, contribuindo para o desenvolvimento de regiões como Curimataú, Brejo, Sertão e Cariri. Tratou as linhas de crédito oferecidas pelos bancos do Brasil, Nacional de

---

<sup>163</sup> “Plantio da mandioca será incentivado”. *A União*, 24 out. 1975, p. 4.

<sup>164</sup> “Agrônomo diz como é fácil extrair álcool de mandioca”. *A União*, 6 nov. 1975, p. 3.

<sup>165</sup> “Álcool de mandioca terá usina em Minas”. *A União*, 12 nov. 1975, p. 4.

Desenvolvimento Econômico e do Nordeste, com 17% de juros ao ano para construção de destilarias, para pagamento em 12 anos com 3 de carência, além do financiamento para matéria prima, com juros de 7% ao ano, pagamento em 5 e carência de 2. Indicou a importância da medida, pela economia de divisas através da substituição de importações de combustíveis, redução das disparidades regionais e individuais de renda, crescimento da renda interna pelo emprego de mão de obra ociosa, aproveitamento das terras não cultivadas, além da expansão dos bens de capital. O aumento de 15% no preço da tonelada de cana-de-açúcar, indo de Cr\$ 99,3 para 113,4 foi referenciado como um estímulo para os produtores decidirem ampliar a produção<sup>166</sup>. Iniciava-se, assim, um programa de incentivo à produção alcooleira com fortes impactos na economia e sociedade brasileira, em especial, a paraibana.

## 1.6 O Programa Nacional do Alcool

O percurso até aqui transcorrido serviu para compreendermos, conforme as reportagens do periódico referenciado, enquanto fonte histórica, a problemática envolvendo a crise do petróleo, sendo o principal recurso energético do século XX, de melhor custo benefício, por ter um preço bastante baixo, tornando-se a base da matriz energética até o início dos anos 1970. A alta dos preços em 1973 levou a eminente falta de combustível, gerando maior busca por pesquisas e meios capazes de solucionar - ainda que parcialmente - os prejuízos gerados para a economia e sociedade, enfocados no agravamento do endividamento externo, com escalada do custo de vida pela inflação. O álcool anidro, primeiro como mistura para gasolina e posteriormente como etanol, foi a providência tomada pelos governantes, em boa parte como paliativo para manutenção da ordem cotidiana. Sua obtenção, principalmente através da cana-de-açúcar, com suas consequências extrapoladas a outras esferas é o nosso objeto de análise.

A crise do petróleo encerrou o período chamado de “milagre econômico”, principal referência da ditadura brasileira, quando o país crescia em média 10% ao ano, índice bastante elevado, esfacelando o consenso sobre o regime pelo estancamento do crescimento, arruinando seu principal alicerce de sustentação e abatendo a coesão de poder dos militares (KUCINSKI, 2001).

A opção pela tentativa de manutenção do crescimento através de obtenção de financiamentos, elevando a dívida externa e descomprimindo a inflação foi a opção assumida pelo governo Geisel, em contrariedade à maioria dos países, que optavam por realizar um ajuste recessivo na economia com o objetivo de ajustá-la ao novo cenário econômico mundial. A

---

<sup>166</sup> “Plano Nacional do Alcool é aplaudido na Assembléia”. *A União*, 18 nov. 1975, p 3.

preocupação em manter o fornecimento de combustível com investimentos em maior extração dentro do território nacional, além de substituição da importação, eram peças fundamentais para implementar esta escolha (TEIXEIRA, 2015).

O Nordeste, região predominantemente agrícola, voltava sua produção para o mercado interno, tendo nos estados do Centro-Sul seus maiores consumidores, por ser aonde se encontravam as indústrias de maior e mais avançado porte, como de bens duráveis (FURTADO, 1981). Na década de 1970, a cana-de-açúcar é um dos principais produtos de exportação nordestino, estando ainda abaixo do maior produtor do país, o estado de São Paulo (CINTRA, 2010), sendo esse também o maior consumidor de combustível, a qual o Programa Nacional do Álcool visa suprir em maior escala.

A autora Monique Cintra, no livro *Do Álcool ao Etanol: Trajetória Única* descreve como o excedente produtivo de cana-de-açúcar causado pelos altos preços no mercado internacional foi fundamental para a configuração do Proálcool, em consonância com a crise do petróleo:

O Proálcool foi uma política público-privada que evoluiu de um interesse do governo a um acordo com os usineiros visando a construção de destilarias autônomas para a ampliação da produção de álcool, com o envolvimento obrigatório da Petrobras na distribuição do combustível. Posteriormente, foi incorporada a indústria automobilística. O programa finalmente incluía financiamento, precificação, lavoura, agroindústria, logística de distribuição, equipamentos e desenvolvimento de motores a explosão movidos a álcool para veículos variados. (CINTRA, 2010, p. 68)

É notável até então na documentação consultada – o jornal paraibano *A União* – como a pressão dos usineiros por maior demanda e o aumento do preço do açúcar para os produtores foi fundamental para a gestação do programa, quando outras fontes e meios eram buscados para diminuir os impactos da dependência do petróleo. Lembre-se, como foi visto acima, que a cana-de-açúcar não era o produto mais incontestável para o objetivo proposto de solução da crise dos combustíveis. A mandioca, por exemplo, parecia ser muito mais eficaz, barata e viável com menos irrigação. No entanto, seus produtores, majoritariamente pequenos, não estavam politicamente organizados como os tradicionais usineiros da região, organizados em torno do IAA e com fortes produtores no estado de São Paulo.

As transformações produtivas e sociais ocasionadas a partir do PROÁLCOOL já estavam sendo esboçadas no mesmo jornal *A União*, a qual buscaremos observar a seguir.

Até aqui, vimos o discurso de *A União* em suas reportagens e artigos, quanto ao quadro energético da economia mundial nos ‘anos dourados’, com a dependência e a crise do petróleo



ao qual o Brasil como importador foi diretamente atingido, a busca por novas fontes energéticas e como a Paraíba foi inserida no contexto da modernização conservadora da produção canavieira pela geração de uma nova demanda, a do álcool combustível. Observamos os principais efeitos do choque dos preços do petróleo, do conseqüente aumento do custo de vida e dos interesses dos mandatários dos governos federal e estadual em aliança com os usineiros, do estado da Paraíba e dos demais canavieiros do país. Veremos agora a situação do meio rural e dos camponeses, fortemente afetados pelas transformações a serem engendradas.

## CAPITULO II

### A EXPANSÃO DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA

O recorte temporal aqui abordado, de 1973 a 1975, está inserido no contexto de redução significativa do número absoluto da população rural mundial, assim colocado por Hobsbawm em *A Era dos Extremos*, quando a industrialização, mais patente nos grandes centros urbanos, se estendeu ao campo e à produção agrícola. Quanto mais alto o nível de desenvolvimento e industrialização dos países, menor se tornou seu contingente campesino diante dos investimentos em tecnologia, juntamente com o fator de pauperização da população rural. Sobre o caso brasileiro, o próprio autor descreve: “Na América Latina, a porcentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951-73), no México (1960-80) e — quase — no Brasil (1960-80)” (HOBBSAWM, 1995, p. 285).

O campesinato brasileiro é formado em grande parte herança da escravidão, principal força de trabalho explorada na terra dos fazendeiros e latifundiários durante os períodos colonial e imperial. Após a abolição, os escravizados ficaram juridicamente livres e buscaram áreas próprias para cultivo e subsistência própria, enquanto a maioria permaneceu nas fazendas ou territórios onde viviam anteriormente, muitos agora na condição de “morador”, trabalhando nas terras dos latifundiários em troca de acesso à moradia e a seu roçado. Assim, é formado em grande parte por afro-descendentes e mestiços indígenas, tendo uma forte composição étnica imanente a questão. O Brasil foi constituído desde seus primórdios como colônia de exploração voltada ao mercado externo e, em meio à escravidão, coexistiam variadas formas de relação de trabalho em seu interior, variando a forma de pagamento pelos serviços realizados. Em significativa medida, nas mais diversas regiões do país, parte da produção total ficava com o trabalhador e camponês local, para usufruto próprio. Há também os pequenos agricultores, proprietários de suas terras, constituídas de minifúndios, em parcela mais limitada da fração dos produtores agrícolas. O fato de os trabalhadores habitarem muitas vezes nas terras dos proprietários após o fim da escravidão legal, ficando à disposição destes, chama a atenção para certa similitude com o feudalismo, citando-se na literatura clássica da Sociologia brasileira por vezes até como “resquícios feudais”. Entretanto tal conformação se encerra aí (MARTINS, 1984). Não é do foco desse trabalho e nem cabe aqui maiores caracterizações sobre feudalismo. O ponto é que enquanto na Europa o camponês fazia parte de um corpo com seus pares em prol do seu feudo, precisando defender a honra da casa senhorial e prestando diversos serviços para obter sua proteção, segurança e sobrevivência, no Brasil o foco era a manutenção da mão de

obra fácil e disponível, contratada quando preciso, sem maiores regulamentações ou obrigações jurídicas. Vale lembrar que o ciclo de produção agrícola é mais complexo e rígido do que a de bens processados das fábricas, com trabalho mais maleável e maior rotatividade da mão de obra (PRADO JUNIOR, 1979). O mais próximo desse campesinato de origem feudal - embora ainda de modo bastante limitado - na realidade brasileira se deu com os fenômenos do coronelismo, do clientelismo e do mandonismo, onde há certo compromisso entre arrendatários e proprietários, porém não havendo obrigações e vínculos legais entre ambos (CARVALHO, 2005).

O fator religioso é imanente ao campo e à relação com a agricultura, por ser um ritual, da sementeira até a colheita, em ciclos, nas mais diferentes localidades, possuindo um fator de forte mística (ELIADE, 1993). No Brasil, as revoltas camponesas, em seu princípio, logo após a proclamação da República tiveram forte componente religioso, com influência da colonização e do histórico ibérico, com uma religiosidade apropriada às massas populares, nos movimentos messiânicos, de Canudos e Contestado, por exemplo. Posteriormente, a partir de meados do século XX, o imponente papel da Igreja Católica nas Ligas Camponesas e na formação das Comunidades Eclesiais de Base durante a ditadura nos faz ter maior cuidado ao tentar observar a questão de modo puramente econômico, tendo em vista se tratar de algo cultural, mais complexo e adornado de nuances das quais os números são incapazes de mostrar (MARTINS, 1984).

A importância de tal conceituação é para melhor compreendermos nosso objeto. O problema da questão agrária e da produção canavieira aqui avaliada se dá em grande parte pela concentração de terras, algo flagrante no país, desde os primórdios da colonização europeia baseada no latifúndio. A estrutura fundiária jamais foi alterada, tendo sua manutenção efetivada em todos os momentos de crise na história do Brasil, em meio a diversos conflitos pela terra, impossibilitando o acesso ao uso próprio pelos trabalhadores do campo, os quais ficavam com limitados meios de subsistência e sujeitos às más condições reinantes. A base escravista da sociedade os tornou mão de obra acessível a trabalhos exercidos nos períodos agrícolas de sementeira e colheita, com pagamento em dinheiro e por vezes em parte da produção como no caso das parcerias, do colonato e dos foreiros, onde também se permitiam pequenas hortas para si e seus dependentes em sua moradia adjunta na terra dos proprietários e empregadores.

O processo de expansão da produção canavieira, através do emprego de tecnologias mais avançadas, se deu enquanto a política agrária dos militares durante a ditadura (1964-1985) era tornar os conflitos pela terra em questão puramente técnica, fazendo dela apenas e tão somente um produto lucrativo, tentando evitar ao máximo qualquer avaliação política,

esmagando também as resistências culturais e disputas regionais. O objetivo era maximizar os rendimentos da produção, aumentando a produtividade da terra com diminuição dos custos, receituário comum no desenvolvimento capitalista, aplicado de forma contundente nesse momento. Por trás dessa orientação aparentemente técnica, havia um preceito político basilar: não intervir na propriedade latifundiária, conservando sua existência e até mesmo garantindo sua expansão.

Das inúmeras consequências, para o caso do latifúndio sucroalcooleiro a consequência maior desta política foi a absolutização da produção de cana-de-açúcar na região do litoral do Nordeste, especialmente o pernambucano, fortalecendo o latifúndio e fomentando a monocultura, com a industrialização do meio agrícola (DABAT, 2016). Algo semelhante ao que ocorreu em Pernambuco pode ser observado também na Paraíba. O impacto sobre a população de trabalhadores do campo foi significativo, pois tornou o pagamento em dinheiro, ou mesmo de salário, o *modus operandi*, algo não necessariamente bom e por vezes até negativo, pelas más ou até inexistentes condições jurídicas, de fiscalização e proteção trabalhista (PRADO JUNIOR, 1979). O processo também influenciou no fim das diminutas culturas de subsistência, mantidas pelos trabalhadores onde moravam, para complementar seus víveres básicos, limando suas condições de sobrevivência, ficando cada vez mais à mercê da produção mercadológica (GRAZIANO, 1980).

A exposição deste processo pelo periódico do governo do estado da Paraíba, o jornal *A União*, se dará pelos tópicos mais relevantes conforme o quadro 1 da página 9, a começar pela energia, da eletrificação rural a outros elementos de modernização do campo difundidos no período entre 1973 e 1975.

## 2.1 Energia

A maioria das matérias trata sobre eletrificação rural, sua importância e meios empregados, além das novas fontes em pesquisa como a energia solar, para utilização no campo e na produção agrícola. Já citamos aqui longamente como o petróleo era largamente empregado, sendo agora precioso e caro demais para continuar como fonte basilar, buscando sua substituição pela eletricidade advinda de fontes renováveis.

O artigo de Paul Delovrier, intitulado de “A invasão da eletricidade”, publicado em *A União* de 31 de janeiro de 1973, mostra como a demanda por energia primária aumentava exponencialmente, tendo triplicado na primeira metade do século XX e novamente triplicado em 20 anos – período dos anos dourados do capitalismo mundial –, indicando como fundamental a utilização de fontes renováveis como a eletricidade e o desenvolvimento nuclear.

Fontes antes observadas com certa resistência pelos produtores petrolíferos agora eram compreendidas como fundamentais, tamanha seria a necessidade de petróleo quando chegassem os anos 2000, por exemplo, vendo-se possivelmente incapazes de tamanha projeção de consumo<sup>167</sup>. A eletrificação rural voltada ao aumento da produtividade agrícola era exposta como uma necessidade pelo secretário da Agricultura, Nivaldo Montenegro, em conferências de estudos da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), por estar o país em momento de industrialização, precisando desdobrar tal mudança ao setor primário para melhorar a competitividade externa<sup>168</sup>. Um grande projeto com largos investimentos era realizado no setor para tal fim, chegando à monta de Cr\$ 6,5 milhões no estado, construindo 28 mil km de rede elétrica no Brasil, sendo 290 km na Paraíba, beneficiando 471 propriedades<sup>169</sup>. Conceituava-se ser o grau de desenvolvimento e o padrão de vida dado pelo nível de consumo de energia elétrica, e o INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) seria o responsável pela implementação do projeto no estado, através de 116 cooperativas de eletrificação rural integradas na programação<sup>170</sup>.

Nestes artigos, a energia solar era apresentada como capaz de ser a redenção definitiva da economia do Nordeste brasileiro, servindo desde a fritura de um simples bife até a fusão de metais pesados. O II Simpósio de Energia Solar seria realizado em João Pessoa, dia 1º de Setembro de 1973, apesar do desconhecimento do grande público, e o núcleo dessas pesquisas da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) já obtinha bons resultados, mesmo com pouco espaço e quase todo material advindo de improvisação<sup>171</sup>. Estações do sol começavam a ser instaladas no estado, voltadas à apuração da solarimetria, com três etapas de pesquisa<sup>172</sup>. A energia eólica também era apontada como meio necessário para complementar o fornecimento energético, além da energia solar a qual se voltavam as pesquisas no momento. Segundo as expectativas constantes nos textos de *A União*, as regiões pobres seriam as maiores beneficiadas, por ser mais barato e fácil de implantação do que as hidrelétricas, além de condizente com a demanda de locais menores e menos exigentes<sup>173</sup>. *A União* noticiava que cata-ventos submarinos, ou “cata-marés”, com turbinas submersas, eram desenvolvidos para geração

---

<sup>167</sup> “A invasão da eletricidade”. *A União*, 31 jan. 1973, p. 7.

<sup>168</sup> “Eletrificação rural”. *A União*, 7 fev. 1973, p. 2.

<sup>169</sup> “Eletrificação rural paraibana receberá Cr\$ 6,5 milhões”. *A União*, 22 fev. 1973, p. 5.

<sup>170</sup> “Eletrificação rural”. *A União*, 21 mar. 1973, p. 2.

<sup>171</sup> “Novas energias”. *A União*, 1 set. 1973, p. 2.

<sup>172</sup> “Prevista a instalação de dezesseis estações do sol”. *A União*, 5 set. 1973, p. 8.

<sup>173</sup> “Energia solar e eólica”. *A União*, 12 set. 1973, p. 2.

de energia por meio das correntes marítimas na costa norte-americana, no Golfo do México e em áreas da Europa<sup>174</sup>.

Neste processo, o diretor do Instituto de Teoria Física, da Universidade de Nova York, professor Chen Ning Yang, prêmio Nobel de física em 1957, declarou à imprensa que os problemas de energia enfrentados não poderiam ser resolvidos sem a obtenção de novas tecnologias e de uma condizente e adequada administração do tema. Destacou a capacidade da energia solar para complementar a crescente demanda energética e o como o incremento dessa seria superior ao petróleo por ser uma fonte inesgotável<sup>175</sup>.

O consumo de energia elétrica no Brasil chegava a 14,8% e superava as estimativas de 11% a 12% anteriores, dado como algo positivo pelo país precisar de energia e tornar positivos os investimentos em obtenção de energias elétricas, evitando estrangulamentos futuros. A matéria destaca também ser o país rico em recursos naturais e dever então utilizá-los<sup>176</sup>.

O uso de energia solar poderia beneficiar em grande medida as residências. Era o que explicava longamente, com todos os prós e contras, dificuldades e custos de instalação, além do funcionamento, o físico Harry Thomason, por já ter desenvolvido muitas experiências na área, apesar de não ser um “heliolatra” como cita a matéria de Laurie Ross transcrita por *A União*<sup>177</sup>. Uso semelhante era feito nas escolas em locais frios dos EUA para calefação, podendo ser facilmente instalados em prédios<sup>178</sup>. A energia despendida nos EUA para esse fim era de um quarto da demanda total, provida em grande parte do petróleo, podendo ser substituída sem maiores percalços pela energia solar<sup>179</sup>.

O acordo brasileiro com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) pelo financiamento de nova etapa da usina de Paulo Afonso, dobrando a capacidade instalada, com geração de 3,8 milhões de kilowatts, era apontado como positivo para a industrialização da agricultura no Nordeste, principalmente pela relação com a crise do petróleo<sup>180</sup>. O uso de energia elétrica subia e levava à diminuição do consumo de combustível. Com investimentos de Cr\$ 14 bilhões, aumentando em 12% a capacidade das usinas, indo de 15 milhões 506 mil kw para 17 milhões e 378 kw, utiliza-se mais as hidrelétricas e menos as termelétricas, e assim poupava-se 54,9 do volume de diesel e óleo combustível. Este resultado foi considerado extremamente positivo, e como já vimos anteriormente, a queda do consumo de petróleo

---

<sup>174</sup> “Correntes marinhas, novas fontes de energia”. *A União*, 10 jan. 1974, p. 6.

<sup>175</sup> “Energia Solar”. *A União*, 30 jan. 1974, p. 2.

<sup>176</sup> “Energia”. *A União*, 17 abr. 1974, p. 2.

<sup>177</sup> “Aquecimento solar”. *A União*, 4 mai. 1974, p. 2.

<sup>178</sup> “Aproveitando a energia solar”. *A União*, 7 mai. 1974, p. 2.

<sup>179</sup> “Aquecimento e refrigeração solar”. *A União*, 9 mai. 1974, p. 7.

<sup>180</sup> “Perspectiva”. *A União*, 22 jul. 1974, p. 2.

extrapolava a vontade e o planejamento interno por conta da crise, escapando dos presságios dos governantes. A elevação noticiada era ainda limitada e pouco significativa, insuficiente como meio de superar a dependência energética externa, e a tentativa de se valer disso como um grande feito soa bastante torpe<sup>181</sup>.

A principal fonte energética buscada pelos norte-americanos era a nuclear, por seu alto potencial. Porém, com o arrastar da crise, a energia solar tomava a frente em seus planos energéticos, pela simples aplicação e fácil aproveitamento<sup>182</sup>. De modo semelhante, no Brasil, o então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, declarou que após as pesquisas para uso da energia nuclear o país passaria a buscar o aproveitamento da energia solar<sup>183</sup>.

No entanto, apesar dos anúncios oficiais, os técnicos e pesquisadores da energia solar no Brasil reclamavam maior intercâmbio e contato com pesquisadores de outros países, bem como do limitado investimento de pesquisa no setor<sup>184</sup>. Uma extensa matéria (possivelmente a maior observada sobre o tema nesta pesquisa no jornal *A União*) aborda todos os quesitos, objetivos e estágio da pesquisa, dizendo ser a energia eólica de mais rápido emprego, haja vista a humanidade já utilizá-la há muito tempo. Já a solar possivelmente viria até a acabar com a seca no Nordeste, podendo ser capaz de modificar a pluviometria, tendo ainda vários fatores a serem mais bem estudados e conhecidos para tal fim<sup>185</sup>. Uma matéria destacada de capa dizia que o Brasil estava desenvolvendo bem as pesquisas solares, ainda que fossem bastante recentes, mesmo com os entraves de investimentos e intercâmbio. Alertava também que os pesquisadores brasileiros já possuíam conhecimento dos estudos de outros pesquisadores pelo mundo, estando até à frente deles, por partirem mais imediatamente à prática<sup>186</sup>. Outra ampla matéria, com imagens das placas solares, descreve os usos da energia solar, desde quando se passou a fazer tal uso pelos egípcios e gregos antigos, conforme suas necessidades e capacidades técnicas, até as possibilidades contemporâneas, quando se avalizava armazenamento com secagem de frutas, climatização residencial, fogão de cozinha, irrigação agrícola, fornos solares industriais na produção de tungstênio, e obtenção de hidrogênio como combustível. Nota-se o apelo para a possibilidade energética vindoura frente ao problema da dependência de petróleo<sup>187</sup>.

<sup>181</sup> “Eletrobrás: setor de energia elétrica cresce 12,1 e reduz em 55% o uso de combustível”. *A União*, 28 dez. 1974, p. 4.

<sup>182</sup> “Americanos agora dão valor a energia solar”. *A União*, 1 jul. 1975, p. 2.

<sup>183</sup> “Ueki diz que Brasil vai aproveitar energia solar”. *A União*, 30 jul. 1975, p. 4.

<sup>184</sup> “Técnicos discutem apoio para energia solar”. *A União*, 16 set. 1975, p. 12.

<sup>185</sup> “Energia solar pode acabar com a seca”. *A União*, 17 set. 1975, p. 12.

<sup>186</sup> “Brasil vai bem em pesquisas solares”. *A União*, 18 set. 1975, p. 1.

<sup>187</sup> “O sol pode ser uma solução?” *A União*, 25 out. 1975, p. 5.

As energias limpas e renováveis, agora com pesquisas mais aprofundadas, eram um dos fatores trazidos nos textos publicados em *A União* como forma de diminuição da dependência de petróleo, fator mais imponente do que as questões de custo e ambiental. Conjugado a tal fator estava, como visto, a eletrificação rural, parte inerente a modernização da produção agrícola.

## 2.2 Questão agrária

A nossa abordagem sobre a questão agrária já é dada na introdução deste capítulo. Seguiremos agora para a análise de como as matérias do jornal *A União* debatiam a questão, os interesses e concepções postos.

A ideia da modernização conflagrada aparece como “revolução verde”, avaliando uma mudança de prisma produtivo em dez anos, com elevação da renda regional, puxada pelo desenvolvimento industrial e melhora de serviços, demandando maior produção agrícola, de alimentos e matérias primas. De acordo com *A União*, o êxito das pesquisas agrônomicas efetuadas em países como Índia, México, Filipinas, Paquistão e Ceilão serviriam como exemplo para o incremento da produtividade no Brasil - e o Nordeste então aumentaria suas exportações para o exterior -, atingindo até 1980 o objetivo de acréscimo do bem estar e fomento da industrialização almejada<sup>188</sup>. O papel da agricultura para o desenvolvimento nacional e, em especial do Nordeste e da Paraíba, era colocado como estratégico por ser considerado fator de sustentação do crescimento, indo de 2% a 7% ao ano, e então apoiando a industrialização, força motriz da aceleração econômica, por esta crescer 15% ao ano e ter agora papel de maior destaque, superando o setor primário, a agricultura<sup>189</sup>.

De acordo com as notícias do jornal, o Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), criado em 1972 e viabilizado pelo Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) instalado em 1971, beneficiava 37.500 trabalhadores rurais na Paraíba, garantindo, via decreto-lei, aposentadoria por velhice e invalidez, pensão, funeral, assistência médica, ambulatorial e odontológica. A quantia despendida para tal era de 5 a 6 milhões de cruzeiros, e independia de sindicalização. É interessante observar como tal medida se encaixava no esquadro de modernização, estendendo práticas recentes da realidade urbana ao campo<sup>190</sup>.

A modernização agrícola, entendida como incremento de tecnologia e aumento da produtividade, não era interesse apenas do Brasil, mas algo internacional. O Banco

<sup>188</sup> “Revolução verde”. *A União*, 20 fev. 1975, p. 2.

<sup>189</sup> “Crescimento acelerado.” *A União*, 21 fev. 1973, p. 2.

<sup>190</sup> “Prorural trouxe benefícios a 37 mil paraibanos”. *A União*, 10 mai. 1973, p. 1.



Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD esteve em missão no Brasil com seus representantes se encontrando com secretários e autoridades do governo paraibano para tomar conhecimento das principais necessidades do estado em termos de eletrificação rural e estradas vicinais e a caracterização das principais áreas do Nordeste. Visavam garantir recursos, via empréstimos em consonância com o governo federal, para financiamento de programas agronômicos e educacionais na região<sup>191</sup>. As opções de meios empregados para essa modernização eram até então a expansão com adição de terras às já cultivadas, emprego da irrigação em áreas onde tal ainda não se fazia e aumento da produtividade com melhor uso por novos insumos e métodos de plantio mais modernos. O entrave para essa modernização era a imponente necessidade de aumento de renda para o crescente número de agricultores, enquanto se preconizava o aumento de produtividade por mão de obra. O aumento da produtividade poderia gerar excedentes a serem reinvestidos na agricultura para se alcançar as melhorias de renda e bem estar buscadas. Fica implícito no artigo de Pedro Sisnando Leite, de 1 de junho de 1973, o descompasso entre a modernização pelo emprego da tecnologia – que substitui e diminui a empregabilidade humana - e a garantia de emprego e renda para os trabalhadores rurais, embora no texto essa contradição fosse amenizada<sup>192</sup>. O jornal também alegava que, para o General Médici, os empreendimentos de fomento tecnológico e industrialização estavam voltados à melhoria da condição humana dos brasileiros, por levar o avanço e a modernidade a regiões remotas e a populações antes não atendidas, em condições de atraso material<sup>193</sup>.

Simultaneamente, a reforma agrária era anunciada pelo ministro da Agricultura, e o jornal destacava o clima de paz a qual esta se realizava no Brasil durante a ditadura brasileira, diferentemente do que se verificava em outros países latino-americanos. A determinação da reforma era agir de modo “pragmático”, “técnico”, garantindo “as bases para uma transformação das estruturas produtoras do país” e apoiadas no fortalecimento das exportações, na modernização da agricultura e na expansão da indústria nacional. Segundo o ministro, o projeto de reforma agrária do governo federal consistia na formação de linhas de crédito, preparação do homem para as reformas e na criação de uma mentalidade empresarial, bem como nos processos de racionalização da produção. Na Paraíba isso se refletia nas ações do governador Ernani Sátyro de distribuição de sementes selecionadas e do sistema de comercialização através das centrais de abastecimento. É palpável a síntese presente nesse artigo dos direcionamentos agrários dessas reformas, com uma modernização voltada

---

<sup>191</sup> “Banco mundial estuda formulas para ajudar a agricultura da região”. *A União*, 24 mai. 1973, p. 8.

<sup>192</sup> “A modernização da agricultura no Nordeste”. *A União*, 27 mai. 1973, p. 2.

<sup>193</sup> “Nossa consolidação”. *A União*, 1 jun. 1973, p. 2.

prioritariamente à maximização do lucro e da mentalidade empresarial a ser fomentada junto aos agricultores<sup>194</sup>. Uma matéria de Londres, de Peter Thomas, e republicada em *A União* em 28 de julho de 1973, abordava a questão do emprego de meios mais modernos e adequados de plantio, por esse ainda estar aquém do esperado em escala mundial, principalmente porque os agricultores não assimilavam as formas mais modernas de incrementar e aumentar a produção de grãos apesar dos esforços educacionais da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) para melhorar a situação<sup>195</sup>. O jornal ainda destacava a mudança de prisma na agricultura brasileira promovido pela ditadura: onde antes se onerava o produtor agrícola a fim de conter a inflação, agora se investia para obter maiores ganhos produtivos<sup>196</sup>.

A política agrária brasileira era elogiada não só por periódicos brasileiros como *A União*. Este periódico reforçava sua adesão ao reportar a análises semelhantes feitas por mídias norte-americanas, como o “New York Times” e o “Foreign Agriculture”, por estar o Brasil avançando significativamente nas exportações, tornando-se um dos maiores produtores do mundo, só atrás de EUA e China, com produtos de maior e mais recente importância do que antes<sup>197</sup>. A política agrária implementada era destacada como pragmática e necessária, tendo no governo seu principal impulsionador. Para exaltar a política brasileira, os artigos costumavam estabelecer comparações com a situação das reformas efetuadas em outros países, designando-as como “popularescas e demagógicas”, “incipientes e irracionais”. Estas medidas atenderiam as necessidades brasileiras, evitando que no Nordeste voltassem a “desfraldar bandeiras ideológicas e inapropriadas a nossa índole”, como ocorrera antes da “Revolução” de 1964. A matéria elencava a contraposição da reforma do Brasil a efetuada nesses outros países, apontando estar o país em melhor posição, utilizando o PIB e o nível de comercialização para tal comparação<sup>198</sup>.

A importância do aumento da produção agrícola mundial era visto como fundamental, mas levava ao contraponto da necessidade dos produtores de erguer sua participação no mercado de exportações, pois se todos os países produzissem mais que o necessário não haveria como o mercado absorver tamanho excedente. A pauta era tema de encontro da FAO e dos ministros da Agricultura. Ressalta-se a questão da fome, com a população aumentando

---

<sup>194</sup> “Política agrária”. *A União*, 29 jun. 1973, p. 2.

<sup>195</sup> “As armas do agricultor”. *A União*, 28 jul. 1973, p. 2.

<sup>196</sup> “Agricultura”. *A União*, 8 ago. 1973, p. 2.

<sup>197</sup> “Imprensa dos EUA ressalta agricultura do Brasil”. *A União*, 18 ago. 1973, p. 4.

<sup>198</sup> “O trabalho da terra”. *A União*, 2 ago. 1973, p. 2.

exponencialmente nesse momento, não faltando a quem alimentar, mas sim a questão financeira de como suprir os financiamentos de tamanho salto produtivo<sup>199</sup>.

O agrônomo Nilton Marinho, diretor da divisão de abastecimento da secretaria de agricultura e comércio, cobrava por uma revolução agrícola no estado da Paraíba, e comparava a realização do México nesse sentido, por serem países de vastas extensões territoriais. Clamava por um órgão centralizador das comissões para impulsionar esse objetivo. Alegava também a crise do petróleo complicar bastante o custo de vida e por isso ser premente tal mudança produtiva no estado<sup>200</sup>. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, a ser concretizado pelo então presidente, General Ernesto Geisel, aumentava o enfoque na industrialização da agricultura, buscando equipará-la ao crescimento industrial, e se espelhava na Argentina e na Austrália para aumentar a produção da pecuária<sup>201</sup>.

A ideia de aumento produtivo através da utilização de novas tecnologias e insumos é preconizada em artigo de José Leal publicado em *A União*. O autor discorda de uma reforma agrária capaz de fragmentar as grandes propriedades e dar acesso à terra aos trabalhadores rurais, alegando ter sido tal reforma promotora de agitação e demagógica, pois quando aplicada muito pouco influente para o desenvolvimento das áreas de lavoura, não constituindo remédio para combater a pauperização do povo. Defende ser o papel da agricultura para abastecimento da população ainda subestimado, por não se ter realizado o esforço harmônico de modernizar os métodos de lavrar o solo, recolhimento das colheitas e da comercialização das sobras, e ser a pasta de agricultura a de menor dotação orçamentária dentre as demais do governo da República. A pasta ficava impossibilitada de promover a execução do plano de expansão e modernização das atividades rurais, na medida reclamada pela necessidade de se abandonar métodos e processos legados pelos colonizadores. Nesta perspectiva, defendia-se que enfoque do governo estadual para a agricultura seria de sua expansão sob novos critérios técnicos, escudado em bases econômicas, pois de outra forma estaria fadado ao fracasso<sup>202</sup>.

A fome antes citada aparece aqui com clareza. O número da população mundial vivendo em nível de miséria, com até 50 dólares anuais, era de 600 milhões de pessoas, três vezes a população norte-americana à época. Por isso, o Banco Mundial tendia a voltar sua ajuda aos pequenos produtores, segundo artigo de John Holway, embora tal processo fosse difícil, mas também menos arriscado, porque os investimentos de antes, com irrigação em grandes

---

<sup>199</sup> “Problemas da alimentação mundial” *A União*, 17 jan. 1974, p. 2.

<sup>200</sup> “Agrônomo Nilton Marinho quer revolução agrícola no estado”. *A União*, 14 fev. 1974, p. 8.

<sup>201</sup> “Geisel e a agricultura”. *A União*, 12 mar. 1974, p. 2

<sup>202</sup> “A agricultura no governo”. *A União*, 23 mai. 1974, p. 2.

propriedades, afetava mesmo que indiretamente as menores, e já agora deveriam se direcionar a essas diretamente, com maiores dificuldades logísticas<sup>203</sup>.

O presidente Geisel disse, em encontro com secretários estaduais de Agricultura, que o Brasil não poderia viver em sobressalto com a eminente falta de produtos básicos como arroz, trigo e soja, e que, portanto, era necessário alinhar o governo federal com os estaduais, mantendo esforços para o desenvolvimento da tecnologia agrícola. Disse ser preciso mudar a mentalidade do homem do campo, evitando seu êxodo para os grandes centros urbanos<sup>204</sup>.

O Conselho Mundial Contra a Fome, composto por 36 países, estabeleceu medidas para melhorar a produção da agricultura mundial, instituindo um fundo de um bilhão de dólares por ano para garantir uma ajuda de 10 milhões de toneladas de alimentos nos 3 anos seguintes. Houve divergências entre os países em desenvolvimento, classificados pelo jornal como os “famintos” de África e Ásia de um lado, e os “radicais” da América Latina e parte da Ásia de outro<sup>205</sup>.

O senador Agenor Maria (MDB-RN) propunha a criação de “batalhões rurais”, nas cidades-polo do interior do país, onde os jovens durante o serviço militar aprenderiam técnicas e instrumentos agrícolas modernos, como sementes selecionadas, motobomba e tratores. A ideia era de cobrir a falta de mão de obra capacitada para lidar com essas novas ferramentas, pois havia quem pudesse comprá-las, porém faltava quem soubesse operá-las e as menores cidades não possuíam condições de promover cursos para tal<sup>206</sup>. O subdesenvolvimento da agricultura era visto como um grande obstáculo ao desenvolvimento do país, e apregoava-se o apoio à política de modernização realizada. Pedia-se um esforço para infundir no espírito do homem do campo a mística da confiança e do otimismo no trabalho de melhoria qualitativa da atividade agropecuária. Nas matérias analisadas, é notória a visão sobre ser o trabalhador do campo atrasado e acomodado, pouco produtivo<sup>207</sup>. Programas para diversificação agrícola com o fomento de outras culturas pouco exploradas eram também fomentados, embora em muito menor escala e ênfase<sup>208</sup>.

Os financiamentos no setor agrícola para o Nordeste obtinham percentuais maiores que nos anos anteriores, com 123% de aumento sobre o ano anterior (1974) e mais de três vezes a quantia de 1973, aumentando em 20% as operações de crédito rural. A agricultura detinha 70%

---

<sup>203</sup> “Ajuda ao pequeno agricultor”. *A União*, 19 mar. 1975, p. 3

<sup>204</sup> “Geisel fala sobre mudança agrícola”. *A União*, 8 mai. 1975, p. 1.

<sup>205</sup> “Conselho mundial da alimentação examina plano contra a fome”. *A União*, 19 jun. 1975, p. 2.

<sup>206</sup> “Para senador batalhão rural é a solução para a agricultura”. *A União*, 10 jul. 1975, p. 4.

<sup>207</sup> “Mensagem de otimismo”. *A União*, 31 jul. 1975, p. 3.

<sup>208</sup> “Produção agrícola”. *A União*, 3 ago. 1975, p. 3.

dos investimentos e os 30% restantes ficavam para a pecuária. A nota de *A União* não especifica os valores em relação à inflação daquele ano<sup>209</sup>. Um convênio entre o governo do estado e o ministério da Agricultura fora assinado em setembro de 1975, visando um programa integrado de pesquisas agropecuárias com a obtenção de conhecimentos científicos e tecnológicos considerados imprescindíveis ao desenvolvimento do setor na Paraíba<sup>210</sup>. O convênio também buscava o fomento da motomecanização agrícola<sup>211</sup>. O orçamento dos recursos para fins agrícolas para o ano de 1976 era elevado em 130%, denotando a importância a qual o setor possuía, porém novamente não fica claro o quanto disso era aumento real e não apenas para cobrir a inflação<sup>212</sup>. A meta modernizadora para o Nordeste incluía a irrigação de 100 mil hectares até 1979, segundo o ministro do interior, Rangel Reis, em visita ao estado. Colocava-se em pauta os investimentos federais no estado e o superintendente da SUDENE, José Lins de Albuquerque, dizia não ser a crise do petróleo motivo para que empresas deixassem de investir na região, mas sim para que se instalassem e produzissem, haja visto o exemplo do Programa Nacional do Alcool<sup>213</sup>.

O problema da fome mundial era longamente avaliado, citando a situação da agricultura em vários países do mundo. Abordava a diferença produtiva do Ocidente, onde, segundo o jornal, uma cesta de lixo com os restos alimentares de uma casa alimentaria um africano por dia. A situação era contrastante entre as culturas de produção mais atrasada do Oriente e a superprodução atingida pelos países desenvolvidos, com esses precisando diminuir a produção para não haver baixas nos lucros dos produtores. Culpava-se a União Soviética pela alta do trigo e até sua falta, por ter comprado boa parte da produção mundial voltada à alimentação de gado bovino. Apontava a situação da França, onde a utilização das máquinas aumentou em 200% a produção do campo, e em consequência jogou dois milhões de camponeses pobres nas grandes cidades. O foco da matéria era expor a capacidade produtiva mundial frente à incapacidade mercadológica de absorção e distribuição para tamanha demanda, sendo os países subdesenvolvidos e de agricultura não modernizada a sofrerem cada vez mais com a situação, por penarem para sequer manter a subsistência em suas terras, que dirá poderem competir em um mercado cada vez mais acirrado. Fica claro o tom impositivo da necessidade de modernização e industrialização do campo para escapar desse problema<sup>214</sup>.

---

<sup>209</sup> “Banco amplia crédito rural no Nordeste”. *A União*, 19 set. 1975, p. 1.

<sup>210</sup> “Paraíba firmará convênio para programas agrícolas”. *A União*, 20 set. 1975, p. 1.

<sup>211</sup> “Estado firmou convênio para fins agrícolas”. *A União*, 27 set. 1975, p. 8.

<sup>212</sup> “Recursos para agricultura sobem 130%”. *A União*, 30 out. 1975, p. 8.

<sup>213</sup> “Nordeste irrigará 100 mil hectares até 1979”. *A União*, 21 out. 1975, p. 1.

<sup>214</sup> “O mundo continua com fome”. *A União*, 14 nov. 1975, p. 9.

Uma análise de Delmiro Maia, em artigo, fala sobre a cultura do milho na Paraíba e no Nordeste, onde dizia ser essa ainda limitada, voltada à subsistência, mas insatisfatória para este próprio fim, enquanto haviam muitas terras inutilizadas, podendo o plantio ser estendido e melhorado com a tecnologia correta, melhorando a produção e conseqüentemente a vida da população pelo aumento calórico proporcionado<sup>215</sup>.

O presidente Geisel, juntamente com o ministro interino da Agricultura, Paulo Romano, e o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, disse em encontro nacional com 1.050 empresários agropecuários que se produzia pouco e era necessário produzir muito mais. Reis Velloso reclamou de ainda faltarem em 30 milhões de toneladas de cereais e 10 milhões de oleaginosas quando o necessário a ser produzido era de 100 milhões para ambas. Paulo Romano tratou da importância da agricultura para o produto nacional e de perseguir a melhoria de vida do homem do campo<sup>216</sup>.

A exposição dessas matérias relacionadas à produtividade agrícola expõe os imperativos reinantes de aumentar a produção através da industrialização e de tecnologia mais avançada. Expõe nitidamente as problemáticas inseridas e qual a visão sobre o homem do campo e quais os objetivos principais, de obtenção de maior lucro via exportações para aumento do PIB e equiparação ao desenvolvimento industrial de matérias processadas, dos bens semiduráveis e duráveis. Avaliaremos agora, para completar a questão, a situação da distribuição de terras, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

### 2.3 INCRA

A função do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi de instituir uma reforma agrária própria da ditadura militar, como já exposto na introdução deste capítulo. O mote da reforma não era melhorar o acesso à terra para aqueles que nela trabalhavam, mas o de expandir as fronteiras agrícolas ocupando novas áreas em outras regiões, como na Amazônia e no Mato Grosso (GRAZIANO, 1980). Alguns pontos desta questão já foram observados no tópico anterior. Atenhamo-nos agora de forma mais direcionada sobre a atuação do INCRA no período entre 1973 e 1975.

A assistência para ocupação de terras na Amazônia aparece nas páginas de *A União* como um sucesso, reproduzindo a avaliação do próprio órgão, pela numerosa procura de paraibanos interessados nas boas áreas de terra com ótimas condições de plantio<sup>217</sup>.

---

<sup>215</sup> “Pesquisa e tecnologia”. *A União*, 18 nov. 1975, p. 10.

<sup>216</sup> “Geisel quer agricultura do país mais produtiva”. *A União*, 20 nov. 1975, p. 4.

<sup>217</sup> “Colonização atrai muito”. *A União*, 23 fev. 1973, p. 5.

O ministro da Agricultura, Cirne Lima, disse não recuar no programa de reforma agrária proposto para o Nordeste, alertando que os proprietários que não aderissem ao programa e tivessem demonstrado características cadastrais de latifundiários teriam suas terras desapropriadas conforme as normas legais. Alegou ser o número de adesistas muito maior que o dos não adesistas, dos quais correspondiam a menor parte do total das terras do estado, de apenas 9 mil hectares, e que seus casos deveriam ser examinados pelo ministério para serem tomadas as medidas cabíveis<sup>218</sup>. A coordenadoria do INCRA informou serem de 23 mil hectares a soma da extensão das propriedades a serem desapropriadas, de 24 proprietários não adesistas ao Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), sendo muitas delas em áreas de irregularidades de chuva, a serem avaliadas por técnicos do órgão. Pesquisas eram realizadas por advogados do instituto para descobrirem tentativas de burlar a lei, como no caso de proprietários doarem partes de suas terras a parentes de até 3º grau para evitarem a adesão ao Proterra, por preferirem permanecer com o usufruto dessas de modo especulativo e futuro ao invés de torná-las produtivas<sup>219</sup>. O presidente do INCRA, Moura Cavalcanti, disse ter o governo o apoio da classe rural para efetivação da reforma, com vitória do diálogo, por não ser voltada a “destruir o que já existe”, mas sim a corrigir distorções. Colocava como extremamente positiva a reforma do governo, por ser voltada ao desenvolvimento da nação e que minorias não poderiam entravá-lo<sup>220</sup>.

Apenas 15 paraibanos fizeram propostas para aquisição de lotes rurais na Amazônia após o prazo para preenchimento dos formulários ter se encerrado. As áreas eram de lotes de 2 mil hectares próximos à fronteira com Rondônia e 3 mil ao longo da rodovia transamazônica e perimetral norte, voltadas a pequenas e médias empresas rurais<sup>221</sup>.

O INCRA buscava implantar cadastros técnicos auxiliares de planejamento do crescimento urbano, com recursos do imposto territorial rural, nas áreas metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza. O cadastro era um complemento de declaração de proprietários rurais, visando fornecer dados como o tipo de vocação do solo, investimentos necessários ao desenvolvimento regional e levantamento aerofotográfico<sup>222</sup>.

A expansão agrícola com ocupação de terras na Amazônia era vista como um Plano de Integração Nacional, ao qual o INCRA já havia tornado proprietários mais de 200 mil brasileiros, com 50 mil famílias do Nordeste ou do Sul, tendo nascido em Altamira mais de mil

---

<sup>218</sup> “O governo não recua”. *A União*, 23 fev. 1973, p. 5.

<sup>219</sup> “Incrá desapropria na Pb”. *A União*, 25 fev. 1973, p. 2.

<sup>220</sup> “Reforma agrária e o diálogo”. *A União*, 20 mar. 1973, p. 2.

<sup>221</sup> “Quinze paraibanos vão adquirir lotes rurais do Incra na Amazônia”. *A União*, 22 mar. 1973, p. 5.

<sup>222</sup> “Incrá fará planejamento a longo prazo”. *A União*, 17 mai. 1973, p. 1.

e quinhentos novos brasileiros. Tratava-se tal reforma como dinâmica e realista, sendo diferente das propostas até então feitas. Buscava o presidente Geisel formar uma classe média rural, descomprimindo áreas superpovoadas e povoando áreas desabitadas, tentando atender também a necessidade de expansão da produção com melhora tecnológica<sup>223</sup>.

A revisão da política de reforma agrária era anunciada quase um ano depois, reexaminando-se projetos de colonização, principalmente na Transamazônica. O novo presidente do INCRA, Lourenno Tavares Vieira da Silva, prometia empenhar todos os esforços para tornar mais agressivos os programas voltados a mobilizar todo o potencial humano existente no meio rural brasileiro<sup>224</sup>. A questão envolvida na Transamazônica causava certos desvelos, com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criticando em documento a política de colonização empregada pelo INCRA, pelo sentido dado à integração do espaço Amazônico à vida econômica brasileira, abordando qual seria melhor estratégia para esse fim. Criticava principalmente o uso intensivo de propaganda para a ocupação da região com excedentes populacionais nordestinos. Insinua-se ter havido pressa por conta da obra da via Transamazônica, faltando devido planejamento e debate para as melhores medidas envolvidas<sup>225</sup>.

A tributação progressiva da propriedade rural seria um meio para evitar a conservação de terras improdutivas com o único fim de especulação para maiores ganhos. O INCRA publicava o cadastramento rural voltado a tal fim nesse momento. A matéria também explicava a diferença entre cotação de terras para o que produziam, como café, milho e soja, para as terras ociosas, e tratava como bem vinda a taxaço para aumento da produtividade por uso de terras até então inativas<sup>226</sup>.

A execução do projeto de reforma agrária pelo INCRA foi dada como falha, e para isso se criava um novo órgão, chamado CONTERRA – Companhia Nordestina de Distribuição de Terras, com um corpo administrativo numeroso e várias divisões, devendo estudar e planejar a estrutura racional das parcelas de assentamento das famílias e elaborar direta ou indiretamente, através de subcontrato, os trabalhos de loteamento e infraestrutura básica necessária. Os técnicos do Departamento de Abastecimento e Agricultura da SUDENE elencaram em documento os motivos de falha do INCRA para execução do Proterra, prejudicada principalmente pelas excessivas funções do órgão, como programas de eletrificação rural,

---

<sup>223</sup> “Ocupação nacional”. *A União*, 17 mai. 1973, p. 2.

<sup>224</sup> “Revisão na reforma agrária”. *A União*, 4 abr. 1973, p. 1.

<sup>225</sup> “Colonização”. *A União*, 11 abr. 1974, p. 2.

<sup>226</sup> “Ação econômica”. *A União*, 25 ago. 1973, p. 2



cooperativismo, treinamento de mão-de-obra, comercialização de produtos agrícolas e construção de estradas vicinais, além da falha na utilização dos instrumentos para efetuar de forma rápida a desapropriação de terras<sup>227</sup>. A partir de então, as matérias sobre o órgão são breves informes sobre cursos e questões cadastrais de terras, algumas delas dos lotes na Amazônia, todavia pouco a agregar em nosso objeto.

As questões relacionadas à terra aqui abordadas serviram para demonstrar qual a posição e função do e no discurso do jornal, referentes ao que já vinha sendo implementado e tendia a se acentuar com o Proálcool. Avaliaremos a seguir o efeito de tal política sobre a migração acentuada do campo para a cidade, enchendo ainda mais as metrópoles e aglomerados urbanos, favorecendo ainda mais a acumulação capitalista pela ampliação da oferta da força de trabalho.

#### **2.4 O trabalhador do campo vai à cidade**

A migração do trabalhador do campo para os centros urbanos, ocasionada pela industrialização da produção agrária é um fato histórico relativamente recente no Brasil, porém com precedentes notáveis em escala temporal, estendida a outros locais, não sendo algo totalmente inédito, guardadas os momentos históricos. Outros movimentos semelhantes ao longo da história podem ser elencados, em maior medida pela concentração de terras e consequente deterioração da condição de vida camponesa, chegando até o caso da expulsão pela força.

O principal motivador deste TCC e de toda análise aqui efetuada é o Capítulo XXIV do livro *O Capital* de Karl Marx, intitulada “A assim chamada acumulação primitiva”, onde é narrado o processo de cercamento dos campos ocorrido na Inglaterra a partir do século XVI, quando as terras comunais pertencentes à aristocracia fundiária, concedidas e habitadas por camponeses em função de servidão – estrutura fundante do sistema feudal - são cercadas e brutalmente diminuídas via uso violento de força militar, voltado a fins mercadológicos, como produção de ovelhas para obtenção de lã, por necessitar de poucos pastores no trabalho, alcançando maior lucratividade. As terras onde os camponeses viviam há gerações, sendo costumeiro ocuparem 1500 acres, eram drasticamente reduzidas a 50, inviabilizando qualquer condição de subsistência no local. Este processo transformou o usufruto da terra, antes comunal, com todo apelo cultural envolvido, em algo puramente mercadológico, sendo comercializada conforme os anseios de seus proprietários. É válido ressaltar a comutação da aristocracia fundiária com a burguesia nascente inglesa, pela primeira obter rendimentos com o processo

---

<sup>227</sup> “Conterra vai executar reforma agrária no NE”. *A União*, 23 mai. 1975, p. 8.

mantendo-se beneficiária de posição dominante. O fomento a formação do capital se engendra quando essa massa camponesa pauperizada se desloca aos centros urbanos, tornando-se mão de obra análoga à escravidão - quando absorvida e empregada - ficando passível de condenação por vadiagem, estando desocupada e à margem da sociedade. O mercado manufatureiro pré-revolução industrial daquele momento possuía já uma organização e disposição do trabalho distintos do operado no campo, onde reinava um modo próprio diante das imposições da natureza (THOMPSON, 2004). Uma forte legislação com duras penas contra a vagabundagem - tendo até mesmo salário máximo -, apelidada por Marx de “leis sanguinárias”, foi forjada na Inglaterra dos séculos XVI a XIX, pois se compreendia ser um favor dos proprietários “acolher” os desocupados, os explorando ao extremo. O impulso do processo para a ‘acumulação primitiva de capitais’ e conseqüentemente ao modo capitalista de produção foi basilar, e levou a sociedade, até então dependente da agricultura e da terra para sobrevivência, a se tornar cada vez mais voltada ao mercado (WOOD, 2001). Segundo Marx, este seria o processo embrionário que permitiria localizar a origem do capitalismo na Inglaterra, cujo processo de expropriação do produtor direto dos meios de produção passaria a ser observado, em linhas gerais e com especificidades históricas, em todos os lugares do mundo nos séculos subsequentes.

A degradação da condição de vida do pequeno produtor camponês é observada já na antiguidade clássica, no império romano, com o modo de produção escravista, onde a concentração de posses, como terras e escravos perpetrava impraticáveis condições de concorrência dos preços, vejamos:

A concentração da terra nas mãos de grandes proprietários fez com que a produção de seus escravos concorresse com vantagem com a dos pequenos produtores. Desencorajados e empobrecidos, os camponeses abandonavam suas terras, processo visível já no século II a.C., e se estabeleciam em Roma, engrossando as fileiras da plebe urbana. Para amenizar o problema social das massas de desocupados na *urbs*, Roma passou a dar-lhes subsídios, e desenvolveu-se na famosa política do “pão e circo”, isto é, a plebe urbana recebia alimentos a preços baixos e espetáculos públicos gratuitos para sua diversão. Uma vez na cidade, muitos não conseguiam trabalho, pois grande parte dos ofícios era exercida por escravos, e os recém-chegados ficavam reduzidos à miséria. Processo semelhante ocorreu com muitos artesãos, que viram sua produção comprometida pela presença significativa de escravos na indústria artesanal, fabricando artigos de bronze, vidro, ferro, cerâmica, vinho etc. (BELTRÃO, DAVIDSON, 2010, p. 265)

Como se vê, a questão fundiária transpõe épocas e nos apresenta um fenômeno semelhante, ao qual nos debruçamos e viemos até então analisando nesse trabalho: a industrialização do campo, com tecnologias mais avançadas, conflagrando a monocultura e a

absolutização das terras ao buscar maior produtividade e ganhos mercadológicos nos anos 1970 no Brasil. A crise do petróleo, com a instituição do Proálcool, acarretou destino semelhante aos processos supracitados, intensificando processo de separação do produtor direto aos meios de produção verificados no Brasil desde o século anterior, em meio à própria escravidão. Este processo de modernização agrícola resultou em proletarizar contingentes populacionais do campo que ainda não eram plenamente proletarizados.

Este período corresponde à diminuição do contingente rural em escala global, como descrito acima. O Brasil nesse momento deixou de ter a maior parte da sua população no campo para tornar-se um país eminentemente urbano, sem o devido controle e planejamento da migração e de habitação, ocasionando o inchaço das grandes cidades, essencial para a acumulação capitalista em curso. Paradoxalmente, tal qual no Estado inglês da época moderna, essa situação causava preocupações e alarmava os observadores durante o período em questão. Vejamos as suas opiniões e abordagens sobre a questão.

## **2.5 A migração do campo à cidade em *A União***

A quantidade de matérias sobre a migração em *A União* é reduzida. No entanto nos traz boa qualidade de material para contribuir sobre o tema e suas questões inerentes.

De acordo com as matérias analisadas, as maiores preocupações da ditadura, no caso, do governo Geisel, girava em torno de como disciplinar e empregar a migração interna, a população saída dos rincões longínquos, principalmente do Nordeste, para as grandes cidades do sul, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Em artigo de 7 de abril de 1973, intitulado “Migrante a empregar”, a situação é compreendida como um fenômeno social fruto da desigualdade de oportunidades e serviços, pela pobreza engendrada nos lugares menores e a incapacidade da agricultura de garantir ocupação contínua, em contraposição à prosperidade e melhor acesso a serviços das maiores cidades. Em contrapartida, a migração interna também é vista como sintoma do desenvolvimento em marcha, que precisava mobilizar os recursos humanos disponíveis para o crescimento econômico, com os trabalhadores retirando da riqueza em expansão a parcela correspondente a si e a sua família. O jornal assinalava como solução uma política de pleno emprego - ainda não configurada como ação governamental - com apontamentos de especialistas, tratando da necessidade de núcleos de treinamento industrial e artesanal para a colocação da força de trabalho não qualificada. Paralelamente ao

desenvolvimento intensivo do mercado de trabalho, se requeria uma projeção espacial voltada a diminuir desequilíbrios inter-regionais<sup>228</sup>.

Em outro artigo, de 24 de maio de 1973, sem identificação do autor, a migração foi tratada como fenômeno, de modo geral e abrangente, e é descrita, como um verdadeiro desafio à inteligência do homem, à sua capacidade de organização e à sua imaginação prospectiva, causada pela industrialização, com a atração dos centros urbanos como já citado acima. Era, segundo o texto, um problema da humanidade, ou da falta dela pela solidão da grande cidade, onde se altera o modo de vida, faltando o sentido de comunidade, tendendo o individualismo a ser reinante. A questão é situada inclusive com o pensamento de grandes pensadores do tema, como quando citados Max Weber, Osvald Spengler, Geor Simmel, Louis Wirth, E. W. Burgess, Mackenzie, Chombart, Lauwe, Lewis Mumford, G. Gungvirch. O ponto principal seria o dos “planos de desenvolvimentos integrados”, em que se olhava apenas para a foz dos problemas, no caso a cidade, onde deságuam as consequências, e não se olhar devidamente para a nascente, nos campos, onde se estancaria a raiz da questão. A matéria é finalizada enaltecendo a ação do governo, o qual felizmente estaria dedicando atenção especial aos meios rurais e ao interior em geral, onde “deveria encontrar-se o verdadeiro suporte da estrutura do desenvolvimento racional e do progresso social justo e sadio”<sup>229</sup>.

Além de compreender o processo migratório como decorrência inevitável da modernização almejada e apoiar as medidas do governo para lidar com esta questão, os males gerados pelo crescimento urbano, como do aumento da poluição, com congestionamento humano e de máquinas, também eram vistos como necessários, por serem intrínsecos ao desenvolvimento. O processo em curso no Brasil era assinalado como comum em toda história e em todos os locais, quase como que naturalizando o processo histórico em curso. Colocava-se ser na cidade onde se arrecada, embala e distribui os produtos rurais, onde se pesquisa e produz, no conjunto das instituições de ensino, novas variedades de plantas, novas técnicas e ferramentas a serem reintroduzidas no campo para incrementar a produtividade rural. Alertava ser o desenvolvimento o único meio de resolver os problemas de pobreza, poluição e aglomeração, com o progresso definitivo sendo imperioso no curto prazo, por não haver tempo hábil para que tal processo ocorra com os devidos cuidados. É nítida na análise a tentativa de naturalizar o crescimento desordenado causado pelas condições pouco ou nada planejadas<sup>230</sup>.

---

<sup>228</sup> “Migrante a empregar”. *A União*, 7 abr. 1973, p. 2.

<sup>229</sup> “Problemas que vem da urbanização”. *A União*, 24 mai. 1973, p. 2.

<sup>230</sup> “Desenvolvimento adequado”. *A União*, 27 mai. 1973, p. 2.

O ministro do Planejamento defendeu a conveniência de uma estruturação urbana concebida em função dos objetivos e programas nacionais e regionais, levando em consideração fatores geográficos, por ser a longo prazo “mais racional e menos dispendioso do que as simples soluções de engenharia que tomem como um dado as atuais tendências de evolução, mecanicamente”. Os problemas de poluição industrial, bem como humana, pela ausência de serviços básicos de água esgoto preocupavam e se debatiam as melhores formas para resolução, conquanto ganhassem relevo conforme sua projeção para política de desenvolvimento. Era exigida uma visão integrada e abrangente de todos os aspectos e efeitos envolvidos. Intentava-se induzir uma volta ao campo através de política de fortalecimento agrícola, para equilibrar a relação campo-cidade, embora nenhum outro meio fosse excluído, englobando a associação entre os setores público e privado para esse fim<sup>231</sup>.

A desruralização do interior do Nordeste era assinalada, com o início do inverno, como um problema eminente, pela insuficiência crescente da já escassa mão-de-obra, ao limitar a atividade agropecuária. Correspondia ao problema da superurbanização, no outro lado. O jornal *A União* reporta que o II Encontro Interregional de Cientistas Sociais do Brasil foi realizado em Garanhuns sob a promoção do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, onde o geógrafo Gilberto Osório de Andrade afirmou ser o fenômeno da superurbanização do Nordeste um câncer social exigindo providências para desacelerar o crescimento vertiginoso das populações das metrópoles nordestinas. O economista Clóvis Cavalcanti, do Instituto Joaquim Nabuco, afirmava a necessidade de evitar a migração do homem do campo através da ampliação da oferta de emprego na própria lavoura, utilizando mais racionalmente recursos tradicionais. Os prejuízos causados no campo pelo êxodo rural eram agora mais latentes do que a questão ambiental dos grandes centros urbanos, e causavam até maior preocupação, como exposto na matéria<sup>232</sup>.

O aumento exponencial da população mundial pós-Segunda Guerra era entendido como uma explosão demográfica, pois havia agora 1 bilhão e 300 milhões de pessoas a mais no mundo do que na primeira reunião da FAO, em 1954. Exigia-se muito mais agora da produção agrícola para suprir o problema de alimentação, embora o consumo de proteína ainda fosse abaixo do necessário para grande parte da população mundial. Inevitavelmente tal aumento gerava também maior aglomeração, concatenando outros problemas de similar complexidade, como já citados acima. Debatia-se a imposição de medidas para frear o crescimento populacional, o que tornava patente a contraposição entre países desenvolvidos e

---

<sup>231</sup> “Cidade e campo”. *A União*, 13 jun. 1973, p. 2

<sup>232</sup> “A desruralização”. *A União*, 27 jan. 1974, p. 2.

superpopulosos e os do chamado Terceiro Mundo, por esses ainda conceberem importância e necessidade de material humano para o caso de esforço de guerra. A ONU, como forma de evitar maiores conflitos, buscava investir 90% no desenvolvimento econômico e social<sup>233</sup>.

O crescimento desordenado complicava a rotina da cidade de João Pessoa, processo comum às cidades maiores e em crescimento. No artigo “Sem improvisar”, de 20 de julho de 1975, indicou-se que a elevação do nível de vida conquistado durante o “milagre econômico” fazia com que qualquer um se visse no direito de “reclamar regalias”, até mesmo os mais pobres. Assim, serviços foram criados para suprir as imposições da cidade, como o da pontualidade no horário de trabalho, com os transportes coletivos, também chamados de transporte de massa. O ponto é que já não se tolerava a lama causada pelas chuvas ou a poeira típica do verão, e então era cobrado, como dever dos administradores, a capacidade de lidar com o planejamento urbano para lidar com essas questões de forma apropriada<sup>234</sup>.

O ministro do Interior, Rangel Reis, disse aos estagiários do IV Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento da ADESG que a responsabilidade pela pressão das grandes cidades era do Nordeste, e que o problema, conseqüente da pobreza, não seria resolvido apenas com deslocamento da mão de obra excedente para a Amazônia e para o Centro-Oeste. Citou estar o governo do presidente Geisel consciente da situação, qual havia estabelecido a estratégia de combater a pobreza dentro do próprio Nordeste, com melhor distribuição de renda e de terras. A maioria a população passava a viver nas cidades durante os anos 1970, e 3,5 milhões de pessoas participavam da migração. Os investimentos estatais eram então de 4.0000 dólares por pessoa em infra-estrutura urbana, calculando-se assim 100 milhões de cruzeiros investidos nas grandes cidades brasileiras. Um exemplo de consequência da rápida migração campo-cidade era a taxa de mortalidade infantil da grande São Paulo ter alta, se aproximando da do Nordeste, que era de 27%<sup>235</sup>.

Em 26 de novembro de 1975 o presidente da República discursou na abertura do Simpósio de Política Urbana promovido pelo partido ARENA em Brasília, anunciando a disposição do governo federal em evitar a continuidade da expansão desordenada das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Explicou não se tratar de bloquear o crescimento, mas de cuidar para que ocorresse organicamente, sem provocar ou acentuar os problemas inerentes aos grandes centros urbanos. Destacou a missão da ARENA no diálogo permanente com o povo para solucionar os grandes problemas urbanos do país, por ser tarefa essencial ao

---

<sup>233</sup> “BOMBA POPULACIONAL, Até onde vai o perigo?” *A União*, 8 mar. 1975, p. 9.

<sup>234</sup> “Sem improvisar”. *A União*, 20 jul. 1975, p. 3.

<sup>235</sup> “Ministro vê migrações criando pressões nas grandes cidades do país”. *A União*, 30 ago. 1975, p. 4.

desenvolvimento da democracia brasileira. Lembrou também que em 1940, quando muitos dos presentes já eram nascidos, apenas 31% da população eram urbanas, devendo essa chegar a dois terços da população nacional em 1980<sup>236</sup>.

O tema da migração, com o menor número de matérias e artigos avaliados nesse trabalho, nos permite analisar as ações e medidas governamentais, completando nosso objeto, ao lidar com a questão campo-cidade, desde a questão agrária por um lado, alegando buscar uma solução para o meio rural de modo a evitar maior êxodo, até o investimento em estrutura urbana no outro ponto, das habitações pela expansão das grandes cidades, para abrigar tamanho contingente humano.

É importante notar as causas apontadas, bem como o tratamento despendido no discurso do jornal. A pobreza era tida como a principal causa do fenômeno, mas não pela pauperização do campo, e sim pelo contraste entre as regiões do país. Reinava o desequilíbrio causado pela diferença de onde o avanço já havia chegado, trazendo a prosperidade, como no caso do Sul (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro), e de onde predominava o atraso, como no caso do Nordeste. A industrialização e a modernidade eram colocadas como imprescindíveis ao bem estar e ao desenvolvimento humano e social, não havendo espaços para cogitar como ou quem se beneficiaria do e no processo.

---

<sup>236</sup> (“Governo controlará expansão de cidades”. *A União*, 27 nov. 1975, p. 1)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, analisaremos com maior acuidade aqui as questões concernentes sobre o processo ocorrido no recorte temporal abordado, de 1973 a 1975, desde a percepção da crise do petróleo. O foco é compreender quem foram os principais articuladores deste processo de busca de alternativas energéticas e principais beneficiados, que, no caso brasileiro, foram os usineiros. Essa fração da classe dominante brasileira, com forte presença nos estados de São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, conseguiu pautar suas reivindicações e torná-las medidas governamentais durante a ditadura, frente a uma população civil que sofria limitações para sua organização e participação no processo político de decisão.

O discurso da mídia sempre me foi material de interesse e curiosidade, pois a informação diária ou momentânea dos fatos contribui direta e significativamente em nossa visão de mundo, bem como influi nas ações do cotidiano. Toda leitura da realidade é balizada por noções políticas, e a neutralidade não só é inexistente como as tentativas de reportar-se de modo neutro também revelam as parcialidades contidas nos próprios discursos (FREIRE, 1981). Portanto, os meios informacionais e de comunicação nos trazem e revelam um meio para uma apreciação mais aprofundada de recortes temporais do passado, sendo fontes valiosas para o ofício do historiador enquanto pensador social na medida que remetem a eventos históricos e às posições e visões de mundo que orientam os próprios jornais em sua forma de reportar estes eventos (LUCA, 2005).

O momento histórico vivido no Brasil à época que aqui abordamos era, por um lado, de intensa repressão às vozes dissonantes do projeto político hegemônico da ditadura empresarial-militar, que valeu-se da tortura e assassinatos cometidos pelo Estado como ferramentas de manutenção da ordem (ARNS, 1985); e, por outro lado, de conformação da opinião pública por conta do dinamismo e da aceleração econômica criados durante e pelo assim denominado “milagre econômico”, período constituído pela intensificação da industrialização baseada no forte arrocho salarial (PRADO, EARP, 2013), em situação semelhante e próxima a outros países considerados em desenvolvimento naquele momento. Esse projeto ‘desenvolvimentista’ característico da ditadura militar brasileira era a política de Estado que geria o desenvolvimento do capitalismo baseado na modernização das forças produtivas, orientando os investimentos estatais para o crescimento das empresas públicas e privadas, como na industrialização do campo aqui abordada, visando aumentar a produtividade, porém sem alteração da estrutura social, com bases eminentemente autocráticas. O sentido empregado por esse



‘desenvolvimento’ nas páginas do jornal é pouco esclarecido e remete de modo simples a desenvolvimento de técnicas modernizantes de produção e consumo. O processo é gerido com ampla abertura ao capital externo e era orquestrado pelas forças de produção do mercado internacional, dos grandes conglomerados e trustes empresariais, baseados e sediados nos países desenvolvidos, voltando-se a abarcar os países com mão de obra de mais baixo custo, em um processo de transnacionalização das empresas, onde as sedes decidiam os rumos e criavam as tecnologias e partes mais avançadas e especializadas, e destinavam a parte mais geral e final - como nas montadoras de veículos instaladas no Brasil - para os países mais “atrasados” (HOBSBAWM, 1995, p. 275). Visava, como em todo processo de expansão do capitalismo, baixar os custos para alavancar os lucros, de acordo com a lógica imperativa da reprodução ampliada do capital.

O estado da Paraíba, por ser menor e aparentemente distante dos grandes centros do país, é apresentado em boa parte da historiografia brasileira como um dos entes menos interligados e concatenados aos acontecimentos mais relevantes das esferas nacional e internacional em muitos momentos. A pesquisa realizada nesse trabalho nos alude de modo fundamental a um quadro de dependência e alinhamento ao modelo de desenvolvimento externo, dificilmente elaborado para a solução dos problemas e melhoria das condições de vida locais.

O governo estadual, nesse recorte histórico, é gerido pelas principais forças dominantes das oligarquias regionais. No caso do litoral paraibano, é composto pelos usineiros do setor sucroalcooleiro, que em aliança com o poder central, do governo federal, instituem seus interesses e determinações de forma impositiva e sem maiores resistências, haja visto que os meios de coerção empregados ditatorialmente já citados acima. O discurso estabelecido para a adequação da ordem pública a esses mandamentos é passível de boa observação e compreensão nos periódicos e meios de comunicação da época, como do nosso principal componente documental, o jornal *A União*, por representar a interlocução direta – ou a tentativa de – entre governo e demais esferas da população civil.

A crise energética causada pelo choque do petróleo dos países Árabes em 1973 colocou uma nova problemática a ordem da produção mundial, pela dependência extremada de petróleo, como já abordado no quadro 1 da página 9, onde quase metade das matérias tem referência direta ao produto para o fabrico do combustível. Os transportes de modo geral eram bastante dependentes, mas não só, pois seu custo era tão baixo que mesmo indústrias pesadas se valiam do petróleo como meio energético básico no maquinário. O principal problema foi a quadruplicação do preço dessa fonte tão fundamental, onerando além do esperável a balança

dos países dependentes, como no caso do Brasil. Encontrar novas fontes capazes de diminuir essa dependência externa, de forma compensável economicamente era o propósito a ser então conquistado.

A busca por diversas fontes energéticas hoje conhecidas, principalmente as renováveis, teve um fomento maior à pesquisa nesse momento, como já evidenciado, como da hidrelétrica, solar, eólica e principalmente, do álcool etanol. Se as fontes de energia elétrica eram capazes de suprir em pouco tempo a demanda residencial e até de maquinários industriais pesados, o caso não era o mesmo para os veículos automotivos, do qual o transporte no Brasil, de pessoas ou de mercadorias, era realizado em imensa maioria. As indústrias automobilísticas eram instaladas no país com maior ênfase pouco tempo antes, e as estradas de asfalto passavam a cortar cada vez mais o território, até como instrumento de ufanismo por parte da ditadura, como reflexo da grandiosidade a qual o governo pretendia levar, como a rodovia Transamazônica, começando no município de Cabedelo, na Paraíba, e chegando a Amazônia até desembocar no Peru, tendo mais de 4.000 km de extensão. A importância da necessidade de manutenção deste projeto era parte imanente da sustentação das bases ditadura militar (KUCINSKI, 2001), tornando-se ainda mais impositivo um meio de amenizar a crise dos combustíveis. O modo como o álcool etanol aparece como a principal alternativa nesse processo, primeiro como mistura na gasolina e depois como combustível puro, é o ponto principal a ser mais bem analisado.

A crise do petróleo levou ao encarecimento dos combustíveis e conseqüentemente do custo de vida, piorando em muito a inflação e arriscando até parar diversos setores da economia pela possibilidade de falta. Outra fonte energética para manter os veículos e transportes em funcionamento era de extrema necessidade, por ser até mesmo implementado o racionamento em certos momentos. Porém o fator principal não fora o receio da escassez, e sim o custo envolvido no processo. Novas fontes eram buscadas e a decisão de utilizar as que tivessem melhores possibilidades de obtenção dentro do território nacional foi tomada quando as nações importadoras constataram ser realidade o novo quadro, de proceder conforme determinavam as ações tomadas no Oriente Médio.

O álcool etanol já era testado e sua possibilidade de uso cotidiano era conhecida desde a chegada dos primeiros carros no Brasil no final do século XIX e início do século XX (CINTRA, 2010). A relação custo benefício era o fator determinante para combustíveis automotivos, como já tratamos do baixo preço do petróleo nos anos dourados. Já a produção de álcool etanol em larga escala era uma questão eminentemente política, pois dependia de determinações agrícolas para tal usufruto, sendo tal fator tão importante quanto da demanda por

combustíveis. O álcool etanol pode ser extraído de muitas culturas agrícolas, a macaxeira, a batata-doce e a cana-de-açúcar, algumas delas mais proveitosas para tal fim, como no caso aqui abordado, quando se decide empregá-lo, em meados de 1975, meses antes do anúncio do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). A macaxeira era uma cultura basicamente de pequenos produtores, com propriedades de terras de pequenas extensões, e possuía rendimento menor em quantidade de quilos por hectare, do qual poderia ser alavancado com incrementos tecnológicos, necessitando de menor irrigação que a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar, a despeito da sua produtividade para álcool etanol em comparação com a macaxeira, por ser semelhante ou até mesmo inferior, conforme as reportagens nos apresentam, era uma das produções mais antigas do Brasil e das Américas, sendo inserida pelos colonizadores nos primórdios de sua exploração na região, instaurando um poderio político e oligárquico presente até os dias atuais.

O quadro de escassez de combustível e busca por novas fontes se apresenta como uma grande oportunidade aos usineiros de todo Brasil, no qual os da Paraíba acabam se inserindo, para aumentar a demanda canavieira em significativa quantidade. Os usineiros se veem diante de um projeto capaz de adentrá-los de forma contundente no alinhamento com o mercado internacional, com produção em larga escala, pela industrialização do meio agrário, capaz de superar a baixa produtividade de açúcar no estado da Paraíba, visto na página 22. Esse projeto, representado e impetrado depois com o Proálcool, tinha o objetivo de realizar a modernização dos meios de produção sem alterar fortemente ou de modo negativo as relações de trabalho para os empregadores. O avanço tecnológico no capitalismo tende a aumentar a produtividade substituindo o emprego da mão-de-obra humana, o que conseqüentemente leva à diminuição dos postos de trabalho no mercado. No meio agrário, com a industrialização do campo, não é diferente.

O projeto visava uma modernização conservadora, efetivada através da industrialização e expansão canavieira, que não era inconteste e unânime para toda sociedade, principalmente levando em conta seus efeitos práticos. Portanto havia a necessidade de meios para conformação da opinião pública sobre ser uma necessidade incontroversa, mesmo em um período demarcado pela repressão política da ditadura. A efetivação do projeto, com o Estado brasileiro sendo usado pelos usineiros através do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) para financiar esse projeto, era vista pelos próprios usineiros como um artifício que só foi possível por conta da ditadura do período, como diz um usineiro de São Paulo, Roberto Villa, em estudo de Cintia Cintra:

A Petrobras compraria o álcool, abrigaria uma reserva estratégica em tancagem e seria responsável pela mistura e distribuição do combustível nos postos de abastecimento nacionais. Essa foi uma tarefa obrigatória para a estatal, que não tinha maior empenho nessa atividade.

Mas não, não teria sido possível fazer tão rápido e tão bem, todo um “modelaço” de desenvolvimento industrial como foi feito no país. Não. Tinha que ser na ditadura! O próprio Próalcool tinha que ser. Porque em um regime democrático haveria insinuação de escândalos, de corrupção, longas discussões sobre legitimidade de subsídios. Roberto Villa, 2003. (CINTRA, 2010, p. 61)

O objetivo maior era a mecanização da produção agrícola, de forma rápida e efetiva, o que dependia de uma demanda canavieira maior para obtenção dos devidos investimentos de alta monta, demasiadamente dispendiosos e possivelmente mais onerosos que compensatórios no primeiro momento de aplicação para que os usineiros optassem por arcá-los exclusivamente por si. Como saída, se valeram do Estado para lidar com o volumoso dispêndio, imprescindível à produção pela competitividade já sentida no mercado. O custo para essa ação pelo governo dos militares, com financiamento estatal, era extraordinariamente alto, o que impunha perdas e desvios de outras áreas, e só era possível durante a ditadura pelo caráter de classe dessa, tendo sido iniciada no golpe de 1964 e efetivada no AI-5 em 1968, voltada a atender os interesses de dominação das elites – como era o caso dos usineiros com as Ligas Camponesas –, então temerosas pelas mobilizações populares (MATTOS, 2016, p. 48).

A expansão da produção canavieira necessitava não só da industrialização, portanto do maquinário moderno, mas também de mais terras, e aí se encontra uma das formas dos usineiros de lidarem com os conflitos agrários, pois com a mecanização da produção se angariava e acoplavam hectares de terras limítrofes às propriedades, expulsando dali os antigos residentes, muitas vezes os próprios camponeses que trabalhavam nos canaviais, por prescindir da mão-de-obra da maioria deles (GRAZIANO, 1980). A ideia de reforma agrária referenciada no jornal, executada pelo governo estadual em conformidade com o poder central, tinha o intento de limar a improdutividade das terras que em geral tinham fins puramente especulativos, e assim tornar imperante o uso produtivo, porém não se pretendia gerar uma divisão equânime e possibilitar o acesso a pequenos produtores rurais (MARTINS, 1984).

O Jornal *A União*, vinculado ao governo do estado, representava em suas páginas esse projeto, com o ideário das elites da Paraíba, como um mecanismo de formação do consenso junto à população paraibana. As reportagens se valem de questões urgentes, como o problema dos transportes, o custo de vida, a fome e a conseqüente necessidade de aumento da produção mundial de grãos, como medidas de extrema importância, além da promessa de benefícios e

ganhos para todos com o desenvolvimento a ser engendrado, também visto como algo inevitável e de conotação extremamente positiva.

O discurso trazia consigo uma compreensão politicamente parcial, já que todas as questões humanas são eminentemente políticas, em todos os seus matizes. Os artigos de *A União*, quando tratam das questões aqui inseridas, tendem a imputar as posições contrárias às do jornal como “demagógicas” e “ineficientes”, como no caso da reforma agrária a possibilitar o acesso à terra aos camponeses, e apresentam como “puramente” técnicas, no sentido de “inquestionavelmente neutras”, as prerrogativas das quais são partidários, como o projeto de modernização conservadora a ser executado, tentando abstrair o sentido político da questão. O discurso único é característico e inerente aos regimes autoritários, do qual é intrínseco a ditadura militar brasileira (1964-1985), período ao qual nosso recorte histórico está ensejado.

O papel desempenhado pelo periódico, portanto, foi de fundamentar a política governamental, apresentando de forma conveniente e atrativa o plano de ação e os objetivos dos usineiros, pois os ganhos para a população de forma geral eram bastante superficiais, enquanto buscavam atender as demandas das elites agrárias do estado em parceria com os militares e as grandes empresas de fora do país.

## REFERÊNCIAS

- ARNS, Paulo. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BELTRÃO, Cláudia; DAVIDSON, Jorge. **História Antiga**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. v. 2 ( módulos 3 e 4.)
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- CINTRA, Margarida. **Do álcool ao etanol**: trajetória única. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- DABAT, Christine. Absolutização da propriedade fundiária, da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar. In: BERNARDON, Tiago; AIRES, José; SILVA, Vânia da (Org.). **Poder, memória e resistência**: Os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA- Mídia Editora, 2016.
- ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- FURTADO, Celso. **O Brasil pós milagre**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- GRAZIANO, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil** (terra e poder: o problema da terra na crise política). 1. ed. Petrópolis: Vozes. 1984.
- MATTOS, Marcelo. As lutas da classe trabalhadora e o golpe de 1964. In: BERNARDON, Tiago; AIRES, José; SILVA, Vânia da (Org.). **Poder, memória e resistência**: Os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA- Mídia Editora, 2016.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano**. 6. ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 4.
- TEIXEIRA, Pollyana. **O Brasil pós-milagre econômico**: os impactos do choque do petróleo na recessão de 1973 e o II PND. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158484>. Acesso em: 04 abr. 2020.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

## CAPITULO I

“Uma guerra pela alimentação” *A União*, 27 jan. 1973, p. 5

“Petróleo sintético poderá ser produzido pelos EUA”. *A União*, 16 mar. 1973, p. 5

“Paraíba é 3º em açúcar”. *A União*, 17 mai. 1973, p. 2

“Perspectiva açucareira”. *A União*, 17 mar. 1973, p. 2

“Governo atento à cana”. *A União*, 20 mar. 1973, p. 1

“Açúcar e camarão dão divisas”. *A União*, 27 mar. 1973, p. 2

“O petróleo não faltará ao país” *A União*, 27 mar. 1973, p. 5

“Petróleo poderá ser o sintético”. *A União*, 27 mar. 1973, p. 5

“Grito Desnecessário” *A União*, 6 abr. 1973, p. 2

“Unidade e otimismo”. *A União*, 10, abr. 1973, p. 2

“Esforço desperta confiança”, *A União*, 11 abr. 1973, p. 1

“Símbolo do petróleo”. *A União*, 14 abr. 1973, p. 2

“MDB, Arena e o povo se unem para lutar ao lado de Ernani”. *A União*, 12 abr. 1973, p. 1

”Oposição e Arena unem-se a luta de Ernani pela refinaria”. *A União*, 12 abr. 1973, p. 8

“Gayoso diz que refinaria é aspiração de toda Paraíba”. *A União*, 13 abr. 1973, p. 8

“Refinaria no Nordeste”. *A União*, 29 abr. 1973, p. 7

“Vigoram hoje novos preços da gasolina no país”. *A União*, 1 maio 1973, p. 1

“O pesadelo do petróleo”. *A União*, 17 jul. 1973, p. 2

“Problema do açúcar está parcialmente resolvido no estado”. *A União*, 5 ago. 1973, p. 4

“Centro Sul está investindo muito mais no açúcar”. *A União*, 11, ago. 1973, p. 4

“Petrobrás tem apoio oficial contra ingleses”. *A União*, 16 ago. 1973, p. 4

“Petróleo”. *A União*, 24 ago. 1973, p. 2

“Energia”. *A União*, 30 ago. 1973, p. 2

“Açuçar”. *A União*, 1 set. 1973, p. 2

“Petróleo”. *A União*, 5 set. 1973, p. 1

“Petróleo”. *A União*, 5 set. 1973, p. 2

“Xeque Mate”. *A União*, 23 out. 1973, p. 2

“O Brasil & o petróleo”. *A União*, 4 out. 1973, p. 2

“Abastecimento de petróleo para o Brasil será prejudicado caso se generalize a guerra Egito-Israel”. *A União*, 9 out. 1973, p. 1

“Reservas de gasolina no Brasil são para dois meses. *A União*, 16 out. 1973, p. 1

“Calamidade”. *A União*, 16 out. 1973, p. 2

“Árabes elevaram preço do petróleo e Petrobrás espera determinações na área das relações exteriores”. *A União*, 18 out. 1973, p. 1

“EUA quer armistício como início de acordo de paz no oriente e URSS sugeriu policiamento mútuo”. *A União*, 19 out. 1973, p. 1

“Autoridade”. *A União*, 24 out. 1973, p. 2

“Esforços”. *A União*, 8 nov. 1973, p. 2

“Egito e Israel”. *A União*, 11 nov. 1973, p. 1

“Iniciada a troca”. *A União*, 17 nov. 1973, p. 1.

“Governo vai garantir a oferta de gasolina”. *A União*, 8 nov. 1973, p. 1

“Gasolina volta ao normal hoje”. *A União*, 14 nov. 1973, p. 8

“Gasolina aumenta em 1974”. *A União*, 8 dez. 1973, p. 1

“Pânico”, “Consumo”. *A União*, 8 dez. 1973, p. 2

“Petrobrás aumentará o refino”. *A União*, 21 nov. 1973, p. 1

“Boicote”. *A União*, 28 nov. 1973, p. 2

“Pesquisas”. *A União*, 7 dez. 1973, p. 2



- “Gás Butano testado para substituir a gasolina”. *A União*, 8 dez. 1973, p. 3
- “Petróleo experimenta aumento”. *A União*, 12 dez. 1973, p. 1
- “Crise do petróleo não vai afetar transporte marítimo no Brasil”. *A União*, 13 dez. 1973, p. 1
- “Mistura gasolina e álcool leva euforia à lavoura do RGS”. *A União*, 13 dez. 1973, p. 1
- “Xá do Irã aconselha a procura de novas fontes de energização”. *A União*, 29 dez. 1973, p. 1
- “Árabes pressionam Itália”. *A União*, 13 jan. 1974, p. 1
- “Consumo”. *A União*, 15 jan. 1974, p. 2
- “Enquadramento”. *A União*, 16 jan. 1974, p. 2
- “Cooperação”. *A União*, 31 jan. 1974, p. 2
- “Açúcar paraibano”. *A União*, 26 jan. 1974, p. 2
- “Questão de data”. *A União*, 8 fev. 1974, p. 2
- “Moscou, energia e detente”. *A União*, 8 fev. 1974, p. 2
- “Testes em motor a álcool em S. Paulo”. *A União*, 8 fev. 1974, p. 7
- “Pesquisa petrolífera”. *A União*, 9 fev. 1974, p. 7
- “Nossas Usinas”. *A União*, 1 mar. 1974, p. 2
- “Plantadores de cana”. *A União*, 1 mar. 1974, p. 2
- “Excedentes da cana de açúcar poderão entrar na produção do álcool”. *A União*, 1 mar. 1974, p. 8
- “Boicote petrolífero será estudado por grupos de governantes árabes”. *A União*, 13 fev. 1974, p. 1
- “Gosto de gasolina”. *A União*, 12 mar. 1974, p. 2
- “Matriz”. *A União*, 5 mar. 1974, p. 2; “Fertilizantes”. *A União*, 14 mar. 1974, p. 2
- “Combustível”. *A União*, 16 mar. 1974, p. 2
- “Arábia Saudita poderá atender a necessidade dos Estados Unidos”. *A União*, 20 mar. 1974, p. 1
- JAVITS, Jakob. “Problemas para o comércio mundial”. *A União*, 2 abr. 1974, p. 2
- “Lua-de-mel”. *A União*, 4 abr. 1974, . p. 2

- “Açúcar não faltará no país”. *A União*, 4 abr. 1974, p. 1
- “Aumenta vendagem de carros”. *A União*, 17 abr. 1974, p. 2
- “Cana destruída”. *A União*, 28 abr. 1974, p.1.
- “Vigoram hoje novos preços da gasolina no país”. *A União*, 1 maio 1973, p. 1
- “Preço do açúcar é reclamado”. *A União*, 18 maio 1974, p. 7
- “Petróleo no atlântico”. *A União*, 8 maio 1974, p. 2
- “Aragão vai reivindicar no Rio novo reajuste para coletivos” *A União*, 14 maio 1974, p. 2
- “Bandeira dois aos sábados”. *A União*, 14 maio 1974, p. 2
- “Elevações”. *A União*, 16 maio 1974, p. 2
- “Transporte que atende a muitos”. *A União*, 17 maio 1974, p. 8
- “Produção”. *A União*, 2 jun. 1974, p. 2
- “Exploração do óleo de xisto”. *A União*, 23 jun. 1974, p. 2
- “Como economizar gasolina”. *A União*, 5 jul. 1974, p. 7
- “A influência do subsolo”. *A União*, 9 jul. 1974, p. 2
- “Mercedes vai mostrar como se economiza combustível”. *A União*, 14 jul. 1974, p. 7
- “Motores mais econômicos para o Torino e o Montego”. *A União*, 14 ago. 1974, p. 7
- “Nova gasolina”. *A União*, 11 ago. 1974, p. 2
- “Economizar gasolina”. *A União*, 16 ago. 1974, p. 7
- “Pedras”. *A União*, 24 ago. 1974, p. 2
- “Brasil e o petróleo”. *A União*, 15 set. 1974, p. 2
- “Mercado açucareiro mundial com excelentes perspectivas”. *A União*, 18 set. 1974, p. 5
- “Enfrentando a conjuntura”, “Nossas possibilidades” *A União*, 21 set. 1974, p. 2
- “A refinaria de petróleo”. *A União*, 6 out. 1974, p. 8
- “Nosso modelo”, “Opções diferentes”. *A União*, 16 out. 1974, p. 2
- “Aumentará produção de açúcar”. *A União*, 25 out. 1974, p. 8

- “Ameaça”. *A União*, 27 out. 1974, p. 2
- “Estabilidade no mercado de açúcar”. *A União*, 1 nov. 1974, p. 2
- “Usina dobrará produção com ajuda do IAA”. *A União*, 7 nov. 1974, p. 8
- “Como economizar gasolina”. *A União*, 22 nov. 1974, p. 9
- “Porque os preços do petróleo devem cair”. *A União*, 19 nov. 1974, p. 5
- “Auto-suficiência petrolífera”. *A União*, 29 nov. 1974, p. 4
- “Poço petrolífero de Campos dará 800 mil barris diários”. *A União*, 4 dez. 1974, p. 4
- “Petróleo repercute na bolsa”. *A União*, 10 dez. 1974, p. 11
- “Um raio de esperança”. *A União*, 4 dez. 1974, p. 2
- “Crise na Europa motiva reunião”. *A União*, 10 dez. 1974, p. 1
- “Autorizada exportação da rapadura paraibana”. *A União*, 10 dez. 1974, p. 1
- “Importação reduzida forçaria baixa no preço do petróleo”. *A União*, 11 dez. 1974, p. 5
- “Petróleo brasileiro sofre acréscimo em sua produção diária”. *A União*, 15 dez. 1974, p. 4
- “Brasil sem problemas de combustível em 1975”. *A União*, 15 dez. 1974, p. 1
- “Preço do petróleo no mercado mundial é quase autêntico”. *A União*, 19 dez. 1974, p. 5
- “Petrobrás obtém financiamento para terminal marítimo”. *A União*, 25 dez. 1974, p. 4
- “Petrobrás pesquisará a costa paraibana”. *A União*, 29 dez. 1974, p. 3
- “Maior produção de açúcar”. *A União*, 31 dez. 1974, p. 5
- “Petróleo da arca de Noé ao iate faiçal”. *A União*, 10 jan. 1975, p. 9
- “Petróleo modificará panorama do Brasil”. *A União*, 15 jan. 1975, p. 4
- “Vereador de Cabedelo acredita em petróleo”. *A União*, 25 jan. 1975, p. 8
- “Não existe petróleo no estado da Paraíba”. *A União*, 29 jan. 1975, p. 8
- “Novo plano petrolífero dos EUA é levado a Faiçal”. *A União*, 16 fev. 1975, p. 1
- “Kissinger propõe solução multilateral para o petróleo”. *A União*, 28 fev. 1975, p. 5
- “Argélia sugere redução nos preços do petróleo”. *A União*, 5 mar. 1975, p. 1

- “10 nações discutem energia”. *A União*, 9 abr. 1975, p. 1
- “Exportadores querem o petróleo mais barato”. *A União*, 8 maio 1975, p. 2
- “Surge mais petróleo em Sergipe”. *A União*, 18 maio 1975, p. 1
- “Descoberto novo poço petrolífero em Alagoas”. *A União*, 22 maio 1975, p. 4
- “Produtores de petróleo fazem reunião fechada”. *A União*, 10 jun. 1975, p. 1
- “Países membros da OPEP discutem novo aumento”. *A União*, 12 jun. 1975, p. 2
- “OPEP ameaçada de entrar em colapso”. *A União*, jul. 1975, p. 3
- “Estados unidos veem maiores recursos energéticos na AL”. *A União*, 26 ago. 1975, p. 2
- “América reduziu petróleo”. *A União*, 4 set. 1975, p. 1
- “Novo aumento do petróleo pode ir a 15%”. *A União*, 23 set. 1975, p. 1
- “Venezuela é solicitada a moderar a OPEP”. *A União*, 24 set. 1975, p. 2
- “OPEP anuncia novo aumento para o petróleo”. *A União*, 25 set. 1975, p. 1
- “Petróleo sobe 10% e aumentos são congelados”. *A União*, 28 set. 1975, p. 1
- “Aumento do petróleo faz com que o país reduza importações”. *A União*, 3 out. 1975, p. 1
- “Geisel anuncia hoje medidas para reduzir importações do país”. *A União*, 9 out. 1975, p. 1
- “Gabão vai fornecer petróleo para o Brasil”. *A União*, 14 out. 1975, p. 4
- “Reservas do FMI caem 4 bilhões”. *A União*, 7 out. 1975, p. 1
- “Petróleo: Sua importância e implicações políticas”. *A União*, 14 out. 1975, p. 5
- “OPEP estuda ajuda a países mais pobres”. *A União*, 22 out. 1975, p. 2
- “Cientista destaca liderança da China na área petrolífera”. *A União*, 23 out. 1975, p. 2
- “Brasil quer apoio de todas as nações para explorar petróleo”. *A União*, 28 out. 1975, p. 1
- “Processamento das refinarias da Petrobrás cresceu 8% em 1974”. *A União*, 9 mar. 1975, p. 4
- “Geisel visita centro de pesquisas da Petrobrás”. *A União*, 16 mar. 1975, p. 4
- “Petrobrás vai reduzir a importação de petróleo”. *A União* 31 de maio 1975, p. 4
- “Domício reafirma sua posição sobre o problema do petróleo”. *A União*, 12 jul. 1975, p. 3

- “Petrobrás investiu mais 97,3% de janeiro a maior com exploração”. *A União*, 7 ago. 1975, p. 4
- “Projetos exploratórios da Petrobrás na Amazônia”. *A União*, 12 ago. 1975, p. 4
- “Petrobrás encomenda as maquinarias para funcionamento de Garoupa”. *A União*, 19 ago. 1975, p. 4
- “Petrobrás testa poço com petróleo no Amapá”. *A União*, 28 ago. 1975, p. 4
- “Petrobrás conta hoje com a existência de 2 bilhões de barris”. *A União*, 31 ago. 1975, p. 14
- “Petrobrás abre poço pioneiro em Garoupa”. *A União*, 26 set. 1975, p. 4
- “Gasolina já custa CR\$ 2,00”. *A União*, 11 jan. 1975, p. 1
- “Gasolina terá novo aumento”. *A União*, 16 fev. 1975, p. 4
- “Gasolina vai ter aumento”. *A União*, 23 mar. 1975, p. 1
- “Táxis tem movimento bem menor”. *A União*, 31 maio 1975, p. 4
- “Gasolina sobe em 180 por cento na Argentina”. *A União*, 6 jun. 1975, p. 2
- “Aumento da gasolina aprovado pelo CNP será superior a 10%”. *A União*, 10 set. 1975, p. 4
- “Venda da gasolina cai 70%”. *A União*, 24 set. 1975, p. 4
- “Refinarias enfrentam problemas”. *A União*, 2 out. 1975, p. 4
- “Prefeitura começa a racionar a gasolina”. *A União*, 21 out. 1975, p. 11
- “Racionamento da gasolina recebe aplausos do MDB”. *A União*, 22 out. 1975, p. 3
- “Gasolina e diesel, 25 anos”. *A União*, 1 fev. 1975, p. 5
- “Gasolina associa benzeno”. *A União*, 1 jun. 1975, p. 1
- “Gasolina substitui água”. *A União*, 26 abr. 1975, p. 4
- “Nordeste pode superar sua crise de petróleo”. *A União*, 15 jun. 1975, p. 8
- “Mandioca poderá ter um papel prioritário para o país”. *A União*, 31 de ago. 1975, p. 3
- “Mandioca da Paraíba poderá ser utilizada para álcool”. *A União*, 27 set. 1975, p. 3
- “Petróleo ameaça economia dos Estados Unidos”. *A União*, 18 set. 1975, p. 2
- “EUA intensificam a produção de carvão”. *A União*, 8 out. 1975, p. 2

- “EUA farão seminário sobre energia”. *A União*, 15 out. 1975, p. 2
- “Engenheiro vê carro elétrico”. *A União*, 23 out. 1975, p. 4
- “Incentivos fiscais para petroquímica, alumínio e açúcar”. *A União*, 3 jan. 1975, p. 4
- “A conferência sobre o açúcar”. *A União*, 13 fev. 1975, p. 5
- “Senador pede melhores preços para o açúcar”. *A União*, 21 fev. 1975, p. 5
- “Preços não alteram no Brasil o comportamento econômico”. *A União*, 20 mar. 1975, p. 1
- “Dívida dos países aumenta”. *A União*, 25 jul. 1975, p. 1
- “Deputado pede rodovia ligando várias cidades produtoras de açúcar”. *A União*, 8 abr. 1975, p. 8
- “Diversificação”. *A União*, 18 abr. 1975, p. 3
- “Produção açucareira no nordeste cai em trinta por cento”. *A União*, 20 mai. 1975, p. 4
- “Produção mundial de açúcar vai ultrapassar a de 1974”. *A União*, 1 jun. 1975, p. 13
- “Comitê do açúcar é visto como solução para exportações”. *A União*, 18 jul. 1975, p. 4
- “Plantadores de cana vão levar memorial a Geisel”. *A União*, 3 ago. 1975, p. 14
- “Preço baixo ameaça produção açucareira”. *A União*, 31 ago. 1975, p. 14
- “Usinas começam moagem do açúcar da safra 1975/76”. *A União*, 25 set. 1975, p. 12
- “Governo estuda os novos preços da cana e do açúcar”. *A União*, 14 set. 1975, p. 4
- “Álcool”. *A União*, 28 set. 1975, p. 3
- “Açúcar aumenta exportações do NE”. *A União*, 28 set. 1975, p. 10
- “Produção de açúcar sobe 20 por cento”. *A União*, 2 out. 1975, p. 12
- “Produção canavieira”. *A União*, 3 out. 1975, p. 3
- “Geisel anuncia os novos rumos econômicos do país”. *A União*, 10 out. 1975, p. 1
- “São Paulo já estuda como produzir álcool carburante”. *A União*, 10 out. 1975, p. 4
- “Paraíba vai produzir álcool para gasolina”. *A União*, 12 out. 1975, p. 10
- “Crises podem trazer indústrias do álcool”. *A União*, 21, out. 1975, p. 4
- “Utilização da batata doce no fabrico do álcool”. *A União*, 21 out. 1975, p. 10

“Plantio da mandioca será incentivado”. *A União*, 24 out. 1975, p. 4

“Agrônomo diz como é fácil extrair álcool de mandioca”. *A União*, 6 nov. 1975, p. 3

“Álcool de mandioca terá usina em Minas”. *A União*, 12 nov. 1975, p. 4

“Plano Nacional do Álcool é aplaudido na Assembléia”. *A União*, 18 nov. 1975, p. 3

## **CAPITULO II**

“A invasão da eletricidade”. *A União*, 31 jan. 1973, p. 7

“Eletrificação rural”. *A União*, 7 fev. 1973, p. 2

“Crescimento acelerado”. *A União*, 21 fev. 1973, p. 2

“Eletrificação rural paraibana receberá Cr\$ 6,5 milhões”. *A União*, 22 fev. 1973, p. 5

“Colonização atrai muito”. *A União*, 23 fev. 1973, p. 5

“O governo não recua”. *A União*, 23 fev. 1973, p. 5

“Incrá desapropria na Pb”. *A União*, 25 fev. 1973, p. 2

“Reforma agrária e o diálogo”. *A União*, 20 mar. 1973, p. 2

“Eletrificação rural”. *A União*, 21 mar. 1973, p. 2

“Quinze paraibanos vão adquirir lotes rurais do Incra na Amazônia”. *A União*, 22 mar. 1973, p. 5

“Revisão na reforma agrária”. *A União*, 4 abr. 1973, p. 1

“Migrante a empregar”. *A União*, 7 abr. 1973, p. 2

“Prorural trouxe benefícios a 37 mil paraibanos”. *A União*, 10 maio 1973, p. 1

“Incrá fará planejamento a longo prazo”. *A União*, 17 maio 1973, p. 1

“Ocupação nacional”. *A União*, 17 maio 1973, p. 2

“Banco mundial estuda formulas para ajudar a agricultura da região”. *A União*, 24 maio 1973, p. 8

“Problemas que vem da urbanização”. *A União*, 24 maio 1973, p. 2

“Desenvolvimento adequado”. *A União*, 27 maio 1973, p. 2

- “A modernização da agricultura no Nordeste”. *A União*, 27 maio. 1973, p. 2
- “Nossa consolidação”. *A União*, 1 jun. 1973, p. 2
- “Cidade e campo”. *A União*, 13 jun. 1973, p. 2
- “Política agrária”. *A União*, 29 jun. 1973, p. 2
- “As armas do agricultor”. *A União*, 28 jul. 1973, p. 2
- “Agricultura”. *A União*, 8 ago. 1973, p. 2
- “Imprensa dos EUA ressalta agricultura do Brasil”. *A União*, 18 ago. 1973, p. 4
- “O trabalho da terra”. *A União*, 2 ago. 1973, p. 2
- “Ação econômica”. *A União*, 25 ago. 1973, p. 2
- “Novas energias”. *A União*, 1 set. 1973, p. 2
- “Prevista a instalação de dezesseis estações do sol”. *A União*, 5 set. 1973, p. 8
- “Energia solar e eólica”. *A União*, 12 set. 1973, p. 2
- “A desruralização”. *A União*, 27 jan. 1974, p. 2
- “Correntes marinhas, novas fontes de energia”. *A União*, 10 jan. 1974, p. 6
- “Problemas da alimentação mundial” *A União*, 17 jan. 1974, p. 2
- “Energia Solar”. *A União*, 30 jan. 1974, p. 2
- “Agrônomo Nilton Marinho quer revolução agrícola no estado”. *A União*, 14 fev. 1974, p. 8
- “Geisel e a agricultura”. *A União*, 12 mar. 1974, p. 2
- “Colonização”. *A União*, 11 abr. 1974, p. 2
- “Energia”. *A União*, 17 abr. 1974, p. 2
- “Aquecimento solar. *A União*, 4 maio 1974, p. 2
- “A agricultura no governo”. *A União*, 23 maio 1974, p. 2
- “Aproveitando a energia solar”. *A União*, 7 mai. 1974, p. 2
- “Aquecimento e refrigeração solar”. *A União*, 9 mai. 1974, p. 7
- “Perspectiva”. *A União*, 22 jul. 1974, p. 2



- “Eletrobrás: setor de energia elétrica cresce 12,1 e reduz em 55% o uso de combustível”. *A União*, 28 dez. 1974, p. 4
- “Revolução verde”. *A União*, 20 fev. 1975, p. 2
- “BOMBA POPULACIONAL, Até onde vai o perigo?” *A União*, 8 mar. 1975, p. 9
- “Ajuda ao pequeno agricultor”. *A União*, 19 mar. 1975, p. 3
- “Geisel fala sobre mudança agrícola”. *A União*, 8 maio 1975, p. 1
- “Conterra vai executar reforma agrária no NE”. *A União*, 23 maio 1975, p. 8
- “Conselho mundial da alimentação examina plano contra a fome”. *A União*, 19 jun. 1975, p. 2
- “Americanos agora dão valor a energia solar”. *A União*, 1 jul. 1975, p. 2
- “Para senador batalhão rural é a solução para a agricultura”. *A União*, 10 jul. 1975, p. 4
- “Sem improvisar”. *A União*, 20 jul. 1975, p. 3
- “Mensagem de otimismo”. *A União*, 31 jul. 1975, p. 3
- “Ueki diz que Brasil vai aproveitar energia solar”. *A União*, 30 jul. 1975, p. 4
- “Produção agrícola”. *A União*, 3 ago. 1975, p. 3
- “Ministro vê migrações criando pressões nas grandes cidades do país”. *A União*, 30 ago. 1975, p. 4
- “Técnicos discutem apoio para energia solar”. *A União*, 16 set. 1975, p. 12
- “Energia solar pode acabar com a seca”. *A União*, 17 set. 1975, p. 12
- “Brasil vai bem em pesquisas solares”. *A União*, 18 set. 1975, p. 1
- “Banco amplia crédito rural no Nordeste”. *A União*, 19 set. 1975, p. 1
- “Paraíba firmará convênio para programas agrícolas”. *A União*, 20 set. 1975, p. 1
- “Estado firmou convênio para fins agrícolas”. *A União*, 27 set. 1975, p. 8
- “O sol pode ser uma solução?” *A União*, 25 out. 1975, p. 5
- “Nordeste irrigará 100 mil hectares até 1979”. *A União*, 21 out. 1975, p. 1
- “Recursos para agricultura sobem 130%”. *A União*, 30 out. 1975, p. 8
- “O mundo continua com fome”. *A União*, 14 nov. 1975, p. 9

“Pesquisa e tecnologia”. *A União*, 18 nov. 1975, p. 10

“Geisel quer agricultura do país mais produtiva”. *A União*, 20 nov. 1975, p. 4

“Governo controlará expansão de cidades”. *A União*, 27 nov. 1975, p. 1